

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PAULO ROBERTO MARTINS

**A GÊNESE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO
SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

PAULO ROBERTO MARTINS

**A GÊNESE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO
SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Porto Alegre

2023

PAULO ROBERTO MARTINS

**A GÊNESE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO
SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka/PUCRS

Porto Alegre

2023

Ficha Catalográfica

M386g Martins, Paulo Roberto

A gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro / Paulo Roberto Martins. – 2023.

143.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka.

1. Questão agrária. 2. Capitalismo dependente. 3. Questão social.
I. Sobottka, Emil Albert. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

PAULO ROBERTO MARTINS

**A GÊNESE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO
SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito para a obtenção
do grau de Doutor pelo Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul –
PUCRS.

Aprovada em: ___ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Jane Cruz Prates - PUCRS

Dr^a Roberta Sperandio Traspadini - UNILA

Dr^a Berenice Rojas Couto

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka/PUCRS - Orientador

Porto Alegre

2023

AGRADECIMENTOS

É comum dizer que a escrita de uma tese é solitária. Parte disso é verdade, outra nem tanto. Ao longo destes anos tenho tido a sorte de conviver com pessoas que me ensinam constantemente, que fizeram e fazem com que eu tenha acesso a reflexões que sozinho jamais teria chegado a elas. Por isso, muito ou grande parte do que escrevi até o momento nessa tese é resultado destes encontros, destas andanças. Sem essas pessoas, sem esses momentos e conhecimentos partilhados, os limites desta tese seriam ainda maiores do que já são. Por isso, entendo necessário fazer esse exercício de agradecer.

Gostaria de agradecer a minha mãe, Rose, pelo apoio e incentivo cotidiano. Gracias pelos mates no fim de tarde e pelos ensinamentos de sempre.

Ao meu filho Augusto, que tanto me ensinou a me tornar um ser humano melhor, e olhar para certos aspectos da vida que antes passavam longe do meu olhar.

Meu pai, seu José Bonifácio, te dedico este trabalho. Como já te disse, se hoje eu tenho inserido o olhar para o rural nas minhas reflexões, é devido as nossas andanças pela *campanha gaúcha*.

Com o Grupo de reflexão Ruy Mauro Marini tenho uma gratidão enorme. Foi onde pude conhecer e iniciar de fato os estudos sobre a Teoria Marxista da Dependência em meados de 2019, seja na sala de aula, nos bares, nas ruas. Com vocês fui descobrindo um Brasil, ou alguns *brasis*, até então desconhecido. E de América Latina e Caribe da mesma forma, onde pude iniciar meu processo de saída da ignorância em relação as suas histórias e da resistência do seu povo.

Ao Núcleo de Estudos em Políticas e Economia Social (NEPES) do PPGSS/PUCRS também só tenho gratidão. Não só pelos debates, mas pela amizade, pelos momentos de cumplicidade, onde durante o período pandêmico, foi um espaço importante de suporte.

A professora Jane, por acolher as demandas dos estudantes, desde cursos de formação, palestras, buscando os meios para garantir estes espaços, como pela luta diária para que o nosso PPGSS pudesse ser reconhecido nacionalmente pela sua excelência.

Ao professor Carlos Nelson dos Reis, que foi meu orientador por três anos, agradeço a paciência eos ensinamentos, por ir me auxiliando a trilhar este caminho na pós-graduação. E também ao grupo de colegas, que como eu, eram orientandos do professor Carlos Nelson, onde todos auxiliavam um aos outros na lida com seus respectivos trabalhos. Mas o mais importante foi o apoio e o incentivo incondicional que se estabelecia a cada um quando as dificuldades se apresentavam.

A professora Valdete, pelas preciosas contribuições na banca de qualificação, onde foi decisiva para o fechamento deste trabalho. Além deste momento, ao acompanhar as suas análises sobre a realidade brasileira, sempre são momentos de grande ensinamento, que enriquecem a leitura sobre as contradições da nossa sociedade.

O ano de 2021, especificamente o fim de janeiro, fevereiro e março foi um período que causou um divisor de água neste estudo. Neste período fui aluno da professora Roberta Traspadini na disciplina “Imperialismo, Questão Agrária e Dependência”. Tínhamos aula duas vezes na semana e com média de duração em torno de 3h a 4h. Particularmente, parecia que duravam não mais que 1h, tamanha densidade dos debates e leituras sobre a América Latina e o Caribe, até então desconhecidos por este doutorando. Outro ponto é o caráter político-pedagógico das aulas ministradas pela professora Roberta, que mesmo com um profundo conhecimento sobre a América Latina e o Caribe, sempre se mostrou aberta ao diálogo e valorizou os diversos saberes que ali se encontravam. Talvez não consiga expressar em palavras

a importância destes momentos e admiração que fui construindo, mas foi um essencial para fechar este ciclo.

A partir desta disciplina formou-se um grupo, com nome Latinoamérica – CPP Questão Agrária, onde se tornou mais um espaço de estudo e de importantes vínculos afetivos, na qual levo para a vida. O presente trabalho tem muito das nossas discussões.

Agradeço ao professor Emil Albert Sobottka, pelas reflexões e apontamentos referidos durante as orientações, que foram certos aos limites deste trabalho.

A Letícia Chimini pela amizade, pelas conversas ao longo destes anos, pelos debates, onde muito do que refletimos foi incorporado nesta tese. Por fim, agradeço pelas diversas vezes em que dedicou teu olhar para este trabalho, contribuindo nas articulações das ideias e nos caminhos para onde a escrita deveria rumar.

Para a Laís também tenho uma gratidão enorme. Mesmo com a correria das múltiplas tarefas e atividades que está envolvida, se colocou à disposição para ler este trabalho e de dialogar sobre as elaborações que constavam no mesmo.

Aos meus colegas do Setor de Atenção Integral ao Estudante (SATIE) da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) também dedico algumas breves palavras. Para além de colegas de trabalho, considero que temos uma relação de amizade, de cumplicidade, de apoio mútuo, que mesmo nas dificuldades, jamais se rompeu. Agradeço o apoio para finalizar este trabalho, pelas conversas diárias, momentos essenciais para concluir a tese.

Para Andréa F. Carloto, também só tenho gratidão. Amiga desde os tempos de Unipampa, hoje madrinha do Augusto, agradeço o apoio de sempre. Da mesma forma ao Daniel, que além de professor de Física, é um excelente assador, e que também participou de alguma forma dos rumos que este trabalho tomou.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”)

Dedico ao povo latino-americano, que através da sua memória de luta e de resistência, nos ensinam que a construção de outro mundo é possível.

Un día, yo pregunté
Abuelo, ¿Dónde está Dios?
Mi abuelo se puso triste
Y nada me respondió
Mi abuelo murió en los campos
Sin rezos, ni confesión
Y lo enterraron los indios
Flauta de caña y tambor

Al tiempo, yo pregunté
Padre, ¿qué sabes de Dios?
Mi padre se puso serio
Y nada me respondió
Mi padre murió en las minas
Sin doctor, ni protección
¡Color de sangre minera
Tiene el oro del patrón!

Mi hermano vive en los montes
Y no conoce una flor
Sudor, malaria y serpiente
La vida del leñador
Y que nadie le pregunte
Si sabe dónde está Dios
¡Por su casa no ha pasado
Tan importante señor!

Yo canto por los caminos
Y cuando estoy en prisión
Oigo las voces del pueblo
Que canta mejor que yo

Hay un asunto en la tierra
Más importante que Dios
Y es que nadie escupa sangre
Pa' que otro viva mejor

¿Que Dios vela por los pobres?
Tal vez sí y tal vez no
¡Pero es seguro que almuerza en la mesa del patrón!

(Perguntitas Sobre Dios – Atahualpa Yupanqui)

RESUMO

A presente tese tem como tema a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro. Buscamos compreender as determinações deste processo a partir do estudo da formação sócio-histórica brasileira, enquanto recurso analítico para que possamos evidenciar como se materializam as tendências gerais que regulam o funcionamento do capitalismo. A invasão colonial escravista protagonizada pelos europeus aprisionou a terra e o trabalho a lógica mercantil, onde os sentidos construídos pelos povos originários são destituídos de forma brutal. Toda a violência produzida pelo colonialismo no Brasil e na América Latina e Caribe fez parte da história da acumulação primitiva, onde organizou-se modos de produção baseados na servidão e escravidão dos povos indígenas e dos povos negros sequestrados do continente africano. Esse processo foi um dos pilares para que a transição ao capitalismo se constituísse. Concretamente, produziu ritmos e formas desiguais de desenvolvimento, que resultaram na subordinação das economias latino-americanas e caribenhas aos ditames das nações imperialistas no mercado mundial a partir do século XIX. A dependência é a expressão desta subordinação, que produz internamente estruturas que reproduzem a dominação imperialista. No Brasil, a *forma particular* que assume a transição do escravismo colonial ao capitalismo dependente caracteriza-se por manter o passado tecendo o presente, onde umas dessas expressões é o caráter mercantil da terra, através do latifúndio, a racialização das relações sociais condicionando a superexploração da força de trabalho e o sentido agrário-exportador. A acumulação capitalista na economia dependente brasileira terá nestes elementos os seus eixos fundamentais. Ao mesmo tempo que são pressupostos, se tornam produto. Assim, a questão agrária será reposta nos termos abertos a partir do colonialismo e continuados no capitalismo dependente, agudizando as contradições e reverberando nas expressões da questão social. Quanto mais esse processo se aprofunda, maior os níveis de desigualdades e de conflito, radicalizando a luta de classes. O objetivo geral foi investigar e analisar as determinações que constituem a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro, a fim de contribuir para o debate, com uma visão do Serviço Social, acerca das particularidades que assumem esses processos na formação sócio-histórica brasileira, em especial seus impactos na vida da classe trabalhadora, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento das estratégias de resistência. A partir deste objetivo, elencamos outros específicos: 1) Investigar e analisar os elementos teóricos-históricos que revestem a questão agrária na formação sócio-histórica brasileira; 2) identificar o papel que cumpriu a questão agrária na transição ao capitalismo dependente e 3) demonstrar como a questão social se manifesta nas condições de vida da classe trabalhadora do Brasil, tendo em vista as particularidades que assume no capitalismo dependente. O método que orientou este estudo foi o materialismo histórico-dialético, no que se refere aos aspectos metodológicos, é uma pesquisa de tipo exploratório e de natureza qualitativa, onde utilizamos da pesquisa bibliográfica para levantamento das obras que subsidiaram as reflexões e a análise de conteúdo para compreender os sentidos que elas assumiram tendo em vista os objetivos deste estudo.

Palavra-chave: Questão agrária; capitalismo dependente; questão social.

RESUMEN

La presente tesis tiene como tema la génesis de la relación entre la cuestión agraria y la cuestión social en el capitalismo dependiente brasileño. Buscamos comprender las determinaciones de este proceso a partir del estudio de la formación sociohistórica brasileña, como recurso analítico para poder evidenciar cómo se materializan las tendencias generales que regulan el funcionamiento del capitalismo. La invasión colonial esclavista protagonizada por los europeos encadenó la tierra y el trabajo a la lógica mercantil, donde los sentidos construidos por los pueblos originarios son despojados de forma brutal. Toda la violencia producida por el colonialismo en Brasil y en América Latina y el Caribe formó parte de la historia de la acumulación primitiva, donde se organizaron modos de producción basados en la servidumbre y esclavitud de los pueblos indígenas y de los pueblos negros secuestrados del continente africano. Este proceso fue uno de los pilares para que la transición al capitalismo se constituyera. Concretamente, produjo ritmos y formas desiguales de desarrollo, que resultaron en la subordinación de las economías latinoamericanas y caribeñas a los dictados de las naciones imperialistas en el mercado mundial a partir del siglo XIX. La dependencia es la expresión de esta subordinación, que produce internamente estructuras que reproducen la dominación imperialista. En Brasil, la forma particular que asume la transición del esclavismo colonial al capitalismo dependiente se caracteriza por mantener el pasado tejiendo el presente, donde una de esas expresiones es el carácter mercantil de la tierra, a través del latifundio, la racialización de las relaciones sociales condicionando la superexplotación de la fuerza de trabajo y el sentido agrario-exportador. La acumulación capitalista en la economía dependiente brasileña tendrá en estos elementos sus ejes fundamentales. Al mismo tiempo que son presupuestos, se convierten en producto. Así, la cuestión agraria será repuesta en los términos abiertos a partir del colonialismo y continuados en el capitalismo dependiente, agudizando las contradicciones y reverberando en las expresiones de la cuestión social. Cuanto más se profundiza este proceso, mayores son los niveles de desigualdad y conflicto, radicalizando la lucha de clases. El objetivo general fue investigar y analizar las determinaciones que constituyen la génesis de la relación entre la cuestión agraria y la cuestión social en el capitalismo dependiente brasileño, con el fin de contribuir al debate, desde una perspectiva del Servicio Social, acerca de las particularidades que asumen estos procesos en la formación sociohistórica brasileña, especialmente sus impactos en la vida de la clase trabajadora, con el fin de aportar subsidios para el fortalecimiento de las estrategias de resistencia. A partir de este objetivo, enumeramos otros específicos: 1) Investigar y analizar los elementos teórico-históricos que envuelven la cuestión agraria en la formación sociohistórica brasileña; 2) identificar el papel que desempeñó la cuestión agraria en la transición al capitalismo dependiente y 3) demostrar cómo se manifiesta la cuestión social en las condiciones de vida de la clase trabajadora de Brasil, teniendo en cuenta las particularidades que asume en el capitalismo dependiente. El método que orientó este estudio fue el materialismo histórico-dialéctico, en lo que se refiere a los aspectos metodológicos, es una investigación de tipo exploratorio y de naturaleza cualitativa, donde utilizamos la investigación bibliográfica para recopilar las obras que subsidiaron las reflexiones y el análisis de contenido para comprender los sentidos que ellas asumieron teniendo en cuenta los objetivos de este estudio.

Palabras clave: Cuestión agraria; capitalismo dependiente; cuestión social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 MÉTODO E METODOLOGIA	30
2 CATEGORIAS CENTRAIS DA TESE	38
2.1 A CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA.....	38
2.2 DEPENDÊNCIA	48
2.3 QUESTÃO SOCIAL	59
3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E COLONIALISMO: A VIOLENTA SEMEADURA DO DIVÓRCIO ENTRE TERRA E TRABALHO (1492-1822)	68
3.1 MODERNIDADE E COLONIALISMO	68
3.2 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E COLONIALISMO: A IMPOSIÇÃO DA LÓGICA MERCANTIL PARA A QUESTÃO AGRÁRIA	80
4 A TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE: O PASSADO TECENDO O PRESENTE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL (1822-1930)	96
4.1 DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA: A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE (1822-1889).....	97
4.2 QUESTÃO AGRÁRIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: TENSIONAMENTO PERMANENTE DA QUESTÃO SOCIAL NA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA (1889-1930)	117
5 CONCLUSÕES	131
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	137

1 INTRODUÇÃO

La amnesia no es el triste privilegio de los países pobres. Los países ricos también aprenden a ignorar. La historia oficial no les cuenta, entre muchas cosas que no les cuenta, el origen de su riqueza. Esa riqueza, que no es inocente, proviene en gran medida de la pobreza ajena, y de ella se alimenta más y más. Impunemente, sin que le duela la conciencia ni le arda la memoria, Europa puede confirmar, cada día, que la tierra no es redonda. Razón tenían los antepasados: el mundo es un plato, y más allá se abre el abismo. Al fondo de ese abismo, yace América Latina, y todo el resto del Tercer Mundo (GALEANO, 1992, p. 20).

A presente tese de doutorado tem como tema a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro. Buscamos estabelecer algumas mediações no sentido de entender esse processo a partir da particularidade da formação sócio-histórica brasileira. Com isso, podemos compreender como as leis gerais que regem o capitalismo operam na nossa realidade, que, devido às nossas próprias marcas históricas, determinaram processos particulares da relação entre a questão agrária e a questão social. Dessa forma, o estudo das determinações que constituem o capitalismo brasileiro não deve ser a mera aplicação da análise de outras formações, é necessário atentarmos para aqueles processos que o particularizam na nossa sociedade. É sempre importante destacar que esse processo particular está interligado à dinâmica geral do sistema mundial capitalista, que tem como tendência produzir *ritmos diferentes e desiguais de desenvolvimento* (MARINI, 2011). Na sequência, apresentaremos, enquanto notas introdutórias, algumas dessas características que particularizam o capitalismo no contexto brasileiro.

Conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de janeiro a 14 de junho de 2023, foram resgatados 1.443 trabalhadores e trabalhadoras de condições análogas à escravidão, sendo 1.240 no meio rural e 203 no meio urbano, totalizando 174 estabelecimentos fiscalizados.¹ Entre esses estabelecimentos, estavam as vinícolas Salton, Aurora e Garibaldi, localizadas na Serra Gaúcha do Rio Grande do Sul, que, em março, foram denunciadas e alvo de fiscalização. Essas empresas possuem um expressivo faturamento, a Salton, por exemplo, chegou no ano de 2022 a R\$ 265 milhões, a Aurora e a Garibaldi ultrapassaram os R\$ 500 milhões cada uma.

¹<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-resgatou-1-443-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>

Poderíamos supor que esses dados de trabalho análogo à escravidão são um fato isolado, uma mera anomalia ao conjunto social *moderno e racional* dos tempos que vivemos hoje. Não devendo caracterizar o estágio que estamos de *civilização*, sendo meros resquícios, na aparência, de um passado já enterrado, superado. É isso que as classes dominantes argumentam, através de discursos defendendo os *direitos humanos* e a necessidade de modernizar a nossa sociedade, quando são “surpreendidas” com batidas dos órgãos fiscalizadores, terceirizando a responsabilidade e se eximindo da culpa por manter vivas no presente relações do passado.

Usam de todos os artifícios pseudocientíficos para mascarar essa realidade, reviram-se para sustentar uma concepção *moderna*, professam discursos em defesa da liberdade, principalmente do mercado, mas também dos direitos políticos e civis. Na prática, porém, o discurso dá lugar para uma ação que revive cotidianamente o passado e o coloca em aliança com o moderno, como forma de sustentar seu poder. Tratam-se, na realidade, de “projetos autoritários [que] têm a capacidade de recriar o passado e obscurecer o papel das populações que viveram e criaram outras histórias; não apenas aquela europeia e colonial. Muitas temporalidades conviveram simultaneamente” (SCHWARCZ, 2019, p.40). Portanto, captarmos esse processo, irmos além da aparência, não é um processo simples, requer um esforço de mediações das amarras que conformam a sociedade brasileira. Significa remar contra a maré da história oficial, apontar a contradição e a existência de outras histórias, que são constantemente escondidas, para que se possa naturalizar e justificar essas amarras.

Para avançarmos para além das mistificações produzidas pelas classes dominantes, é necessário atentarmos para o caráter particular da formação sócio-histórica brasileira.

O sociólogo José de Souza Martins é uma importante referência no estudo da permanência do passado no presente. Como ele refere no início do seu livro “O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta”, é um passado que tenta se esconder atrás do moderno, mas que cotidianamente demonstra a sua persistência e que está vivo, tecendo o presente. Tornando-se um traço fundamental do processo histórico brasileiro.

O peculiar da sociedade brasileira, como de outras sociedades, está em sua história. Menos, obviamente, por suas ocorrências características e factuais. E mais pelas determinações que dela fazem mediação viva do presente. História inacabada, o inacabado e o inacabável vão se revelando as determinações estruturais que demarcam o nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto transitório de chegada; àquele que define uma realidade configurada, marcada por seu próprio tempo singular, seu modo de ser e de interpretar-se (MARTINS, 1994, p. 11).

Nosso trajeto, nosso nunca chegar ao ponto *transitório*, pelo menos do ponto de vista da classe trabalhadora, significa justamente a continuidade dos processos de desumanização e

de opressão inaugurados com o colonialismo, como forma de agudizar a exploração em um novo modo de produção, tornando-se mecanismos de sustentação do poder das classes dominantes (GORENDER, 2010; MOURA, 1994). Na dialética do passado com o presente, a categoria transição² busca expressar que esse processo não significa o aniquilamento total do modo de produção anterior. É destruição e continuidade ao mesmo tempo, é superação, mas também subordinação. É a convivência conflitiva de relações sociais diversas numa mesma formação econômica. Entendemos – a partir das reflexões de Martins (1994), Marx (2011), Marx (2013), Souza (2020), Traspadini (2016) e Gorender (2010) – que a compreensão do caráter particular e histórico das transições está diretamente relacionada com o estudo das formações econômicas, tal como nos ensina o importante historiador brasileiro.

O estudo de uma formação social deve começar pelo estudo do modo de produção que lhe serve de base material. As formações sociais podem conter um único modo de produção, o que lhes atribuirá homogeneidade estrutural. Podem conter, no entanto, vários modos de produção, dos quais o dominante determinará o caráter geral da formação social. Comumente, os próprios modos de produção não são puros, mas encerram categorias insuficientemente desenvolvidas ou decadentes, que representam embriões ou sobrevivências de modos de produção diferentes (GORENDER, 2010, p. 59).

Quando observamos a dinâmica concreta do capitalismo³ brasileiro fica evidente que o passado não foi soterrado, superado, mas foi mantido vivo, como base para que o novo pudesse ser construído. Nesse sentido, o estudo da formação sócio-histórica brasileira é essencial para compreendermos como foram sendo constituídos, em suas transições, esses processos acima mencionados. Para tal tarefa, elencamos, primeiramente, a importância de a questão agrária⁴

² É um debate inacabado, que possui importantes pontos de divergências dentro do marxismo. Um dos autores que recuperou esses debates foi Eduardo Barros Mariutti (2004) no livro “Balanço do debate: a transição do feudalismo ao capitalismo”, onde traz, entre outros, a divergência entre os marxistas Maurice Dobb e Paul Swezy sobre a transição, que ainda ocupa importante relevância nas análises deste processo.

³ Sobre o caráter dependente do capitalismo no Brasil, desenvolveremos brevemente nas próximas páginas.

⁴ Sobre a questão agrária é preciso fazer uma importante observação: é uma categoria que apreende o real, ou parte dele, estando alicerçada na dinâmica luta de classes, possibilitando que possamos compreender de forma concreta como opera os conflitos entre capital e trabalho no capitalismo, de forma geral, e especificamente na formação sócio-histórica brasileira. Para além da contradição entre capital x trabalho, cria-se divergências, conflitos interna no conjunto da classe trabalhadora, muitas vezes criando uma cisão entre os/as trabalhadores/as do campo e da cidade construção da estratégia e da tática revolucionária. Gostaríamos de sugerir algumas obras importantes para o estudo da questão agrária, que devido ao limite deste trabalho, não foi possível incorporar com a devida densidade que merecia, sendo: “A questão agrária” de Karl Kautsky (1998); “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” de Lenin (1982); “La organización de la unidad económica campesina” de Alexander V. Chayanov (1974); os três livros do “O Capital” de Karl Marx (2013); a Editora Expressão popular possui uma coleção chamada “A questão agrária no Brasil”, atualmente no 10º volume, onde reúne textos de importantes autores/as brasileiros que discutem a questão agrária, sendo uma importante consulta para a compreensão dos debates e das divergências que a compõem; “Terra prometida” de Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos T. da Silva (2021); “Experiências históricas de reforma agrária no mundo”, livro que possui dois volumes publicados e que foram

compor nossos estudos. Não como um fenômeno secundário, mas como categoria que, ao expressar *parte* do movimento concreto da história brasileira, possibilita-nos, em articulação com outras chaves analíticas, avançarmos na complexidade que envolve o estudo da nossa formação social. Quando falamos do passado que persiste, a questão agrária tem muito a nos dizer.

A partir do diálogo com importantes intelectuais, como Traspadini (2016), Souza (2020), Martins (1994), Marx (2013; 2011), entendemos que ela possui a capacidade, enquanto categoria apreendida a partir do concreto, de demonstrar os conflitos e concepções antagonistas em torno da terra e do trabalho. Enquanto síntese de múltiplos processos, ela é marcada no seu interior com a coexistência conflitiva de modos de produção que, a partir das relações sociais estabelecidas, possuem sentidos diversos e antagônicos de compreender a terra e o trabalho na produção da existência humana ao longo da história. Ou seja, ela vincula-se ao caráter universal do desenvolvimento humano, afinal, não existe vida sem a mediação da terra e do trabalho, mas, dependendo das determinações concretas próprias de cada formação sócio-histórica, dará um caráter singular e particular a esses elementos.

É partir da mediação entre esses momentos da análise que a questão agrária demonstra que as bases para a formação e para o desenvolvimento do capitalismo dependente são oriundas do caráter mercantil que a terra e o trabalho assumiram, a partir da invasão colonial realizada pelos europeus. O divórcio desses elementos não ocorreu a partir do desenvolvimento de contradições internas aos modos de produção dos povos originários, mas foram trazidas de fora (SOUZA, 2020). Esses povos tinham como base material da sua reprodução a indissociabilidade entre terra e trabalho. Os europeus, ao colocarem em marcha a guerra colonial, impuseram modos de produção baseados em relações sociais de servidão e escravidão aos povos originários e aos povos africanos, sequestrados do seu continente, para compor o processo de produção de riqueza mercantil para enriquecer os centros europeus (CUEVA, 1983; CARDOSO, 1988; DUSSEL, 1993; CESÁIRE, 2020).

O limite da invasão colonial não ficou somente no domínio dos povos que aqui viviam ou que foram sequestrados dos seus territórios nativos, foi necessário impor uma *destruição cultural* (BAÉZ, 2010), que significou desumanizar, em todos os sentidos, esses sujeitos.

organizados por João Pedro Stedile; “Agricultura, escravidão e capitalismo” de Ciro Flamarion S. Cardoso (1979); “Origens agrárias do Estado brasileiro” de Octavio Ianni (2004); “El capital em su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida” de Armando Bartra (2006); “Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global” de Sassen Saskia (2016); “Formação política do Agronegócio” de Caio Pompeia; “Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia” de Ana Manuela Chã” (2018); “Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina” com organização de Renata Couto Moreira e Luiz Jorge Mendonça (2022).

Destruição da memória coletiva, das obras de artes, dos livros, eliminação física de povos inteiros, assassinando uma diversidade enorme de idiomas, de formas de sentir e de viver o mundo. Foi o extermínio do outro não europeu, como refere Dussel (1993), que não foi “descoberto”, mas encoberto, negado como sujeito com histórias próprias, sendo imposta outra única forma de conceber o mundo, a partir da visão do europeu.

Tratarmos nesses termos o que foi a pré-história do capitalismo é situar o sentido que assumiu tamanha brutalidade do colonialismo contra esses povos. Esse sentido tem na acumulação primitiva, enquanto método violento, as bases sobre onde foram forjados os elementos formadores do capitalismo. Ou seja, o rompimento do vínculo entre os meios de produção, o que inclui a terra e o trabalho. A história prévia do capital jorra sangue e lama por todos os lados (MARX, 2013). Nesses termos, a invasão colonial escravista não colocou em *contato* diferentes povos, não levou a civilização aos seres supostamente primitivos, atrasados, levou somente destruição, fome e miséria. “É urgente fazer falar o silêncio, refletir e debater essa herança marcada por expropriação, violência e brutalidade para não condenarmos a sociedade a repetir indefinidamente atos anti-humanitários similares” (BENTO, 2022, p. 24). É necessário expor as contradições da história oficial, trazer para a cena política aqueles homens e mulheres, que submetidos(as) às formas brutais de exploração, denunciaram a desumanização de muitos para o enriquecimento de poucos.

A história dos quilombos, assim como a de muitos importantes levantes ou revoltas que ocorreram antes da abolição, forçando o fim da escravidão é omitida na historiografia oficial. Isso pode ter ocorrido para não ferir a imagem de país da suposta democracia racial ou, ainda, para não reconhecer o protagonismo da população negra na história nacional (BENTO, 2022, p. 39).

É sobre romper com essa visão colonialista que Aimé Césaire nos convoca, quando realiza o seguinte questionamento:

[...] a colonização realmente *pôs em contato*? Ou se, preferirem, de todas as formas de estabelecer contato, ela foi a melhor? Eu respondo: *não*. E digo que, da colonização à civilização, a distância é infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais despachadas, não sobraria um único valor humano (CESAIRE, 2020, p. 11).

Um dos resultados desse processo, quando pensamos a transição do escravismo ao capitalismo dependente no Brasil durante o século XIX, foi a manutenção do latifúndio, como expressão do monopólio privado da terra. Marca persistente da estrutura econômica brasileira

que condicionou a forma-conteúdo do Estado, da cultura, da política. Em síntese, o poder econômico dos proprietários de terra, acumulado durante o escravismo colonial, foi base para que consolidassem sua visão de mundo como visão dominante na transição ao capitalismo, o que determinou a sua influência em dar o *ritmo* das transformações na sociedade brasileira. Capturam o moderno e, com eles, mesclam-se para garantir a continuidade dos seus interesses. Lembrando: a consolidação do capitalismo no Brasil ocorre quando, a nível da economia mundial, já temos a fase monopolista do capitalismo em pleno desenvolvimento, onde o Imperialismo se consolida como determinante da dinâmica global, que gera repercussões internas nas economias latino-americanas.

O nosso objetivo não é meramente a recuperação da história da formação sócio-histórica brasileira, mas ao fazê-la, buscamos estabelecer mediações de como o passado, mesmo que modificado, persiste no tempo presente. Essa persistência condiciona a forma-conteúdo, o alcance e impõe os limites das transformações sociais. Conforme nos convoca José de Souza Martins, em seu livro “O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da história Lenta”, ao defender a sua perspectiva da **sociologia da história lenta**, referindo que ela nos

permite fazer uma leitura dos fatos e acontecimentos orientada pela necessidade de distinguir no contemporâneo a presença viva e ativa de estruturas fundamentais do passado. De modo que os fatos de hoje acabam se mostrando como fatos densamente constituídos pela persistência de limitações e constrangimentos históricos que definem o alcance restrito das condutas transformadoras (MARTINS, 1994, p. 14).

A questão agrária não interessa somente aos trabalhadores e as trabalhadoras do campo, mas sim, a todos/as, não é um “problema residual do passado, [que] será resolvido com o progresso e o desenvolvimento urbano inevitáveis” (SOUZA, 1994, p. 12). Um desses exemplos foi a *modernização conservadora* da agricultura na década de 1960 (DELGADO, 2012), que promoveu uma profunda transformação na composição do capital no setor agropecuário, elevando o capital constante em relação ao capital variável, através da extensão do uso de máquinas, do desenvolvimento técnico-científico da indústria química na agricultura, presença do capital bancário articulado à indústria. O latifúndio longe de ser atacado, foi modernizado, aprofundando ainda mais a expulsão de homens e mulheres do campo, para compor as *franjas marginais* das cidades (MOURA, 2021).

O caráter heterogêneo da agricultura brasileira – do ponto de vista técnico, social e regional – foi preservado, e até mesmo aprofundado nesse processo de modernização. Em certo sentido, pode-se visualizar nele um *pacto agrário modernizante e conservador*, que, simultaneamente à integração técnica da indústria com a agricultura, trouxe ainda para o seu abrigo as oligárquicas rurais

ligadas à grande propriedade territorial e ao capital comercial. [...]. A grande propriedade fundiária, tratada em geral como sujeito oculto desse pacto, é assimilada em programas e projetos especiais e obtém inúmeras linhas de apoio e defesa também na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. (DELGADO, 2012, p. 14).

Cria-se por parte do Estado, na década de 1960, um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que buscou oferecer as condições para que os proprietários de terras pudessem financiar e *modernizar* sua produção, excluindo os trabalhadores ou para aqueles sujeitos que possuíam outra concepção de desenvolvimento para o campo. Como contrapartida, deveriam adotar o pacote tecnológico da “Revolução Verde”⁵, como chave para elevar a produtividade do trabalho na agricultura brasileira. Ao “resolver” a questão agrícola, que está ligada à produção em si mesma, agravou ainda mais a questão agrária (SILVA, 2001).

Os que tratam de forma secundária o debate da questão agrária, entendem que basta o uso de técnicas modernas que o problema será resolvido, porém, “não conseguem ver que no problema fundiário está o núcleo das dificuldades para que o País se modernize e se democratize” (MARTINS, 1994, p. 12). Essas dificuldades têm origem a partir da invasão colonial e do caráter mercantil que atravessou a concepção de terra e o trabalho. Que não foi dissolvida na transição ao capitalismo, mas continuada sob novas relações sociais. É dessa base econômica que o Estado se constitui, representando os interesses da oligarquia agrária-exportadora, que, mesmo quando perde a hegemonia para a burguesia industrial após 1930, não deixa de influenciar os rumos do desenvolvimento brasileiro. Dessa composição, institui-se um Estado que agudiza a cisão entre a cidadania formal e a cidadania real.

Os discursos de igualdade apresentam-se como universais, que congregam a todos sem distinção, mas, na prática, opera-se mecanismos que negam os benefícios da universalidade burguesa para grande parte da população. Negação que está alicerçada na desumanização de negros e de indígenas que a modernidade colocou em marcha como mecanismos de dominação e saqueio das riquezas desses povos. Todo esse processo estruturou as relações sociais na sociedade brasileira, desde a invasão colonial até o capitalismo, tornando-se mecanismo para submeter esses povos as mais brutais condições de exploração. A não-integração do negro a nova sociedade como assalariado e reconhecido como sujeitos de direitos, conforme Moura

⁵ Programa de desenvolvimento do capitalismo na agricultura e na pecuária, que se baseia na produção voltada para o lucro e para o mercado, através: da genética vegetal com produção e multiplicação de sementes híbridas ou “melhoradas”, resistentes a doenças e pragas e adaptadas para receber altas doses de adubos químicos; da aplicação de novas técnicas agrícolas ou tratamentos culturais – aplicação intensiva de adubos químicos e venenos; da mudança da infra-estrutura agrícola e aplicação de mecanização pesada e intensiva em todas as atividades possíveis; da genética animal com animais de raças “melhoradas”, uso de antibióticos, hormônios e produtos químicos (GÖRGEN, 2004, p. 26).

(2021), impôs a eles que, para sobreviverem, precisassem se submeter às piores condições de trabalho, sem proteção, com salários, quando recebiam, muito abaixo do necessário para garantir a sua reprodução.

A imagem abstrata que os estratos superiores que se julgam brancos têm do *negro* é reflexa dessa realidade social, econômica e cultural na qual ele se encontra imerso. Concluem daí que ele não tem condições para desfrutar da liberdade, pois, dissipa-se na cachaça, no amor livre e na maconha. Para esses estratos, o negro, desde que conseguiu livrar-se do cativo vem demonstrando como, por uma questão de inferioridade congênita, incurável, não tem condições de competir com o branco, que é visto como membro de uma raça mais inteligente, *limpo*, culto, que pauta o seu comportamento por padrões morais mais elevados aos quais o negro não poderá chegar (MOURA, 2021, p. 29-30).

São concepções ideológicas que direcionam a política de exclusão social dos negros e dos indígenas, não basta lhes retirar o acesso à terra, é necessário negar a cidadania e o conjunto de direitos que a constitui. Por isso, entendemos a necessária articulação da questão agrária com o racismo, enquanto elementos que compõem os mecanismos concretos da acumulação capitalista e da luta de classes. Afinal, como bem destaca Cida Bento, a invasão colonial, como momento inicial de formação do capitalismo, “ligou raça, terra e divisão do trabalho, conferindo substância à relação de dominação que se constituiu” (BENTO, 2022, p. 36). Ou seja, sua conexão foi estabelecida desde 1492, não sendo rompida desde então.

Se entendemos, a partir dos ensinamentos da crítica da economia política marxista, que é necessário darmos centralidade para a forma como os seres humanos estabelecem relações entre si e com o meio natural em que vivem na produção da sua existência, é imperativa a articulação entre questão agrária e racismo, afinal, “em um mundo em que a raça define a vida e a morte, não a tomar como elemento de análise das grandes questões contemporâneas demonstra a falta de compromisso com a ciência e com a resolução das grandes mazelas do mundo” (ALMEIDA, 2021, p. 57).

São relações sociais que estruturam a produção da riqueza na forma capitalista no contexto brasileiro, direcionam as armas repressivas e político-ideológicas do Estado para reproduzi-las ao conjunto da sociedade, como forma de sustentação dos interesses das classes dominantes. São mediações necessárias para entendermos os processos de dominação porque nossas transformações são lentas, não se generalizam para todos e todas.

Por que entre nós, o discurso sobre a cidadania é mais forte do que a pseudocidadania que temos? Por que o já lugar-comum dos clamores da sociedade civil é tão mais visível do que a própria sociedade civil? Na verdade, estamos muito longe de uma sociedade de cidadãos. Nossas tradições históricas e nossos dilemas históricos não resolvidos nos empurram perigosamente em outra direção. A *propriedade latifundista*

da terra se propõe como sólida base de uma orientação social e política que freia, firmemente, as possibilidades de transformação social profunda e de democratização do país. É um sério erro supor, como fazem muitos, que a questão fundiária deva ser isolada do conjunto dos processos sociais e históricos de que é mediação, para no fragmento de um isolamento postigo ser analisada como mero problema social, circunscrito a algumas regiões e a alguns grupos sociais. Na verdade, a *questão agrária* engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer (MARTINS, 1994, p.12-13).

Enquanto não situarmos no campo da política a centralidade da questão agrária, teremos dificuldades em atacar as raízes das desigualdades sociais que constituem o capitalismo na nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que não conseguiremos compreender os processos de resistência a mercantilização da terra e do trabalho que a séculos ocorrem, tendo o protagonismo dos povos originários, quilombolas, camponeses. São esses sujeitos que escancaram as contradições das amarras que sustentam a sociedade capitalista, que denunciam o latifúndio, a violência do Estado e dos agentes privados que personificam o capital, a exploração, a dominação colonial.

As reflexões que mencionamos acima, apenas enquanto notas introdutórias, demonstram alguns processos que particularizam nosso capitalismo. Nessa linha de buscar compreendê-lo a partir da análise concreta, evitando importar outras noções estranhas à nossa dinâmica, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) traz um importante arcabouço teórico e político do caráter *sui generis* do capitalismo dependente latino-americano e caribenho e, especificamente brasileiro. Os/as teóricos/as vinculados à TMD buscaram estabelecer investigações para desvendar as estruturas que reproduzem o subdesenvolvimento como forma do desenvolvimento do capitalismo, como mecanismos que mantêm, em escala global, a dominação das nações imperialistas.

A TMD é fruto do processo histórico e das indagações de intelectuais que buscavam ao mesmo tempo compreender o caráter *sui generis* do capitalismo, como também orientar a práxis da ação revolucionária para a sua superação. Na década de 1960, quando a América Latina e o Caribe passavam por uma importante crise econômica, e nem mesmo com os altos índices registrados nos anos 1964 e 1965 criaram-se expectativas, em alguns estudiosos, de que se poderia ter uma recuperação. Conforme estudo realizado pela CEPAL, em 1968, intitulado “La evolución social de América latina”, não havia razões para acreditar na manutenção do crescimento econômico, tendo em vista o contexto no qual situava-se a região, onde sinalizava alguns elementos para tal posição:

[...] la inestabilidad de los mercados de las principales exportaciones latinoamericanas; la tendencia general a la baja registrada por las tasas de inversión

privada, compensada sólo en parte por un incremento de la inversión pública; y la creciente proporción de divisas que absorbe el servicio de la deuda externa (WOLF, 1968, p. 3).

Essa crise criou dificuldades para a continuidade do processo de industrialização das economias latino-americanas e caribenhas, dependendo cada vez mais do capital estrangeiro para dar continuidade às transformações na base produtiva. Tendência que se acentuou após o fim da 2ª Guerra Mundial, onde a economia internacional reorganiza-se, sob a hegemonia norte-americana, e, com isso, “o avanço conseguido pela concentração do capital em escala mundial coloca então em mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos, que necessitam buscar aplicação no exterior” (MARINI, 2011, p. 166).

A presença do capital estrangeiro não se deu somente via importação de maquinário, mas também com investimento direto de capital em setores importantes das economias latino-americanas e caribenhas (BAMBIRRA, 2019). Esse cenário aprofunda a dependência enquanto condição estruturante das economias latino-americanas, dando novo caráter ao capitalismo dependente, agora “la penetración del capital extranjeros ya no se circunscribía sólo al sector primário-exportador sino que paulatinamente se dirigia hacia el sector manufacturero a través de inversiones directas de capital-maquinaria” (BAMBIRRA, 1978, p. 18).

A influência norte-americana no continente é substancial, basta analisar o volume de capital investido na região.

[...] em 1962, las 1.000 empresas manufactureras mayores controlaban tres cuartas partes de las ventas totales en América Latina, ya en 1950, 300 filiales de empresas americanas respondían por un 90 por ciento de las inversiones realizadas por las empresas estadounidenses en la región. Si bien los estudios sobre esta materia son aún preliminares, existe alguna evidencia de que las empresas extranjeras - en su gran mayoría conglomerados norteamericanos - controlan de un 50 a un 75 por ciento de las industrias dinámicas, esto es, de las industrias líderes en el proceso de desarrollo de América Latina (FURTADO, 1971, p. 19).

Nesse contexto, de forte presença do capital estrangeiro em setores centrais da economia, os projetos e as teorias que propunham um desenvolvimento nacional autônomo perdem correspondência com a realidade concreta que vivia a América Latina e o Caribe. “Como la penetración se hace en todas partes independientemente del grado de desarrollo industrial ya alcanzado, se interrumpe, de manera general, la formación de una clase de empresarios con claro sentido nacional” (FURTADO, 1971, p. 20).

Com o sentido nacional comprometido, algumas teses defendidas por importantes intelectuais latino-americanos passam a ser contestadas. “Na medida em que não se realizam as expectativas suscitadas pelos efeitos da industrialização, coloca-se em dúvida a teoria do

desenvolvimento, que serve de base para o modelo de desenvolvimento social e independente elaborado nos anos 1950” (SANTOS, 2012, p. 398).

A teoria do desenvolvimento que influenciou a CEPAL em um primeiro momento, mas que sofreu modificações devido à correlação de forças na América Latina e no Caribe, para superar o “atraso” que viviam as economias da região, propunha um projeto de desenvolvimento nacional de base industrial e autônomo, seguindo o caminho dos países desenvolvidos. Com isso “o problema externo só pode ser neutralizado na medida em que o sistema econômico vier a tornar-se mais independente de importações, o que só se pode alcançar através de um grande esforço industrializante” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 196).

Outra tese que passou a ser criticada se referia a dos Partidos Comunistas que defendiam uma aliança estratégico-tática entre as classes exploradas com a burguesia nacional “progressista”, visando instalar governos nacionalistas e democráticos, tendo como algumas de suas bandeiras a luta antifeudal e anti-imperialista.

Com a crise econômica impactando nas condições de vida da população, intensifica-se o descontentamento popular e as mobilizações populares. Entre as variadas linhas dos movimentos que pulsavam no contexto latino-americano, existiram os que buscaram resolver essa crise não com uma aliança com a burguesia ou com o *desenvolvimento* do capitalismo, mas sim, com sua superação através da revolução socialista, influenciados pela Revolução Cubana contra a ditadura de Fulgêncio Batista na década de 1950. Assim, as burguesias latino-americanas e caribenhas não tendo interesse em propor projetos que atendessem aos anseios populares, implementaram uma série de ditaduras militares pelo continente, visando retomar o crescimento econômico, porém, sem romper o caráter dependente, “cuyo objectivo es contener la inflación, dar seguridad a los inversionistas extranjeros, generar, en suma, los prerequisites para um nuevo ciclo de acumulación” (BAMBIRRA, 1978, p.20).

A efetivação das ditaduras militares no continente fez milhares de intelectuais e militantes de esquerda e críticos aos governos autoritários buscarem exílio em países de regimes democráticos, visando escapar da perseguição política. Nesse interim, o Chile torna-se um dos principais lugares, juntamente ao México, para onde esses militantes migram. Com isso, o debate da dependência aprofunda-se, mas, antes, no Brasil, já havia iniciado as primeiras tentativas de elaboração de teses críticas à CEPAL e aos Partidos Comunistas.

Foi no Brasil da primeira metade dos anos 1960 que essa confrontação ideológica assumiu um papel mais definido e que surgiram proposições suficientemente significativas para abrir caminho a uma elaboração teórica, capaz de enfrentar e, a seu tempo, derrotar a ideologia cepalina – não podendo ser, pois, motivo de surpresa o

papel destacado que nesse processo desempenharam intelectuais brasileiros ligados, de alguma forma, ao Brasil (MARINI, 2011, p. 64).

Com a criação da Universidade de Brasília (UNB) em 1962, conduzida por Darcy Ribeiro, aglutinam-se importantes intelectuais, como Anísio Teixeira, Oscar Niemeyer, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, entre outros, criando espaço profícuo para o aprofundamento do que, futuramente, seria conhecida como TMD. Porém, foi no Chile onde as teses que a constituíram puderam ganhar corpo e status teórico. As razões que podem explicar esse fato são variadas, uma delas seria a reunião de militantes e intelectuais revolucionários de diversos países, tornando-se um dos mais importantes centros de resistência às ditaduras (BAMBIRRA, 1978). Outro fator relevante seria o fato de que, no Chile, estava a sede central dos organismos das Nações Unidas, da CEPAL e do ILPES. No seio dessas instituições, principalmente da CEPAL, os próprios intelectuais⁶ já elaboravam críticas às suas teses. Isso ocorreu porque reuniram-se intelectuais de reconhecida competência e engajamento político, onde buscavam um ambiente em que pudessem desenvolver suas ideias de forma livre.

Nesse cenário, cria-se um importante conjunto de debates/embates em torno da Dependência⁷, onde, em seu seio, constituiu-se variadas formas de interpretar o desenvolvimento do capitalismo na região, onde podemos citar duas principais vertentes: a) marxista, tendo como principais expoentes Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank; b) weberiana,⁸ onde Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto credenciavam-se como os principais intelectuais.

Como se pode observar, a vertente marxista da Dependência, tal como as outras, surgiu a partir do contexto vivido pelos(as) intelectuais, visando interpretar a crise que assolava as economias latino-americanas e caribenhas. Como teoria, cumpre uma função crítica, enquanto “síntese do encontro profícuo entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, esta última formulada, entre outros, por Lenin” (LUCE, 2018, p. 9), ao mesmo

⁶ Fernando Henrique Cardoso, Aníbal Quijano, Edelberto Torres, Francisco Weffort, entre outros.

⁷ Sobre as diferentes interpretações sobre a dependência, de forma particular, e do caráter do capitalismo latino-americano e caribenho de forma geral, é essencial o acesso a obra organizada por Ruy Mauro Marini e Mária Millán intitulada “La Teoría Social Latinoamericana: textos escogidos”, onde foi dividida em três tomos. Essa obra recupera importantes autores e autoras que buscaram interpretar as formações econômicas latino-americanas e caribenhas, sendo uma importante fonte para compreender parte do debate travado durante os anos 1960 e 1970. Sobre as críticas a teoria marxista da dependência, o texto “Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia (1974)” de Agustín Cueva é uma fonte importante, que inclusive recebeu crítica de Bambirra (1978). O livro de Luce (2018) é outra obra que merece ser citada, principalmente pelo fato de o autor recuperar as principais críticas à TMD, trazendo um leque importante de autores/as que apontam as fragilidades da TMD, e ao mesmo tempo que aponta os limites destas críticas.

⁸ Caracterizaram-se por defender as “teses capitalistas do desenvolvimento integrado, cujo argumento para a dependência e o atraso tecnológico vividos no continente era fruto da pouca visão criativa do empresariado nacional” (TRASPADINI; STEDILE, 2011, p. 28).

tempo em que incorporou muitas reflexões e categorias analíticas de outras vertentes teóricas. Como escreve uma das principais referências dessa teoria: “así como los estudios sobre la dependencia asimilaron toda una vasta tradición del pensamiento marxista [...], de la misma manera tuvo que incorporar avances provenientes del pensamiento nacionalista de izquierda y desarrollista” (BAMBIRRA, 1978, p.30).

É a partir desse momento que as elaborações teóricas vinculadas à TMD se inserem no sentido de elaborar teoricamente os determinantes da permanência do subdesenvolvimento, onde se compreendeu que ele não é resultado de falta de capitalismo, mas é a forma particular como ele se constituiu no território (MARINI, 2011). Desenvolvimento e subdesenvolvimento fazem parte da mesma totalidade que é o capitalismo. A compreensão desses processos tem, na formação sócio-histórica, uma importante categoria para a mediação dos níveis abstratos aos níveis concretos da análise.

A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. É assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida (MARINI, 2011, p. 184).

Conforme essas leis vão se especificando, produzem um processo que singulariza e diferencia as formações econômico-sociais dependentes, forjando leis tendenciais específicas a elas. Essas leis tendenciais, conforme Luce (2019), tornam-se traços das economias dependentes, mas não estão dissociadas das leis gerais que regem o capitalismo, tornando sua expressão particular, como: a superexploração da força de trabalho, as transferências de valor como intercâmbio desigual e a cisão entre produção e consumo, enquanto momento do ciclo de reprodução do capital⁹. Sobre o destino da classe trabalhadora, a acumulação capitalista em uma economia dependente, agudiza a exploração do trabalho, nega-se a possibilidade para boa parte dos(as) trabalhadores(as) de receberem salários que garantam a sua reprodução física. Ao mesmo tempo, produz uma população supérflua à valorização do capital, expressão própria da acumulação capitalista, que, na economia dependente brasileira, será adicionada por uma política colonialista e racista que promoverá à exclusão de negros e indígenas na transição ao trabalho livre, restando-lhes a submissão a receber baixos salários para sobreviverem. Elementos que dão substância à superexploração da força de trabalho na economia dependente (SOUZA, 2020; MOURA, 1994; MOURA, 2021).

⁹ No capítulo 2, desenvolveremos essas categorias com maior nível de profundidade.

Diante desses elementos, a TMD propõe-se a “definir o caráter *condicionante concreto* que as relações de dependência entre centro-hegemônico e países periféricos tiveram no sentido de conformar determinados tipos específicos de estruturas econômicas, políticas e sociais atrasadas e dependentes” (BAMBIRRA, 2019, p. 38). Estabelece-se uma relação dialética de dominação entre o externo e o interno, a dominação imperialista encontrará na burguesia nacional uma aliada para a reprodução do subdesenvolvimento como forma própria do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Caribe. Essa constatação terá implicações centrais na leitura sobre a luta de classes e as alianças construídas entre trabalhadores(as) e a burguesia. As obras “Subdesenvolvimento e Revolução” e “O reformismo e a contrarrevolução: estudos sobre o Chile”, de Ruy Mauro Marini, já denunciavam o caráter subordinado e integrado das classes dominantes às nações imperialistas.

Inclusive, a falência dessa aliança já era denunciada desde o início do século XX pelo cubano Julio Mella, onde escreveu as seguintes palavras:

Em sua luta contra o imperialismo – o ladrão estrangeiro – as burguesias – os ladrões nacionais – unem-se ao proletariado, boa bucha de canhão. Mas acabam compreendendo que é melhor se aliarem ao imperialismo, que no fim das contas tem o mesmo interesse. De progressistas, transformaram-se em reacionárias. As concessões que faziam ao proletariado para tê-lo ao seu lado, são traídas quando este, em seu avanço, se transforma em um perigo tanto para o ladrão estrangeiro quanto para o nacional. Daí a gritaria contra o comunismo (MELLA, 2012, p. 100).

E continua com sua denúncia, sobre as concessões do imperialismo às burguesias nacionais.

Um bom país burguês com um governo estável, isto é o que os Estados Unidos querem em cada nação da América, um regime em que as burguesias nacionais sejam acionistas menores das grandes empresas. Em troca, concedem-lhes o privilégio de “governar”, de ter hinos, bandeiras e até exércitos. Esta forma de domínio é mais econômica para eles (MELLA, 2012, p. 100).

Não se colocam contra o monopólio privado da terra, pelo contrário, fomentam o mesmo. Afinal, a estrutura agrária nesses termos teria como função fornecer os bens primários para potencializar a acumulação de capital nos países centrais, mecanismos para contornar a tendência da queda da taxa de lucro e aumentar a taxa de mais-valia. A transição ao capitalismo pela via oligárquico-dependente (CUEVA, 1993) não foi mero acaso. As suas bases se estabelecem a partir do escravismo colonial, não havendo ruptura com o passado, buscou-se construir mecanismos que garantissem a sua presença. Propriedade privada monopolista da terra, sentido agrário-exportador, racialização dos despossuídos e expropriados como

substância da superexploração foram os elementos que conformam a acumulação capitalista na economia dependente (SOUZA, TELES, 2021). Mesmo que a acumulação capitalista tenha passado por diferentes fases, esse pressupostos são reproduzidos continuamente. *Não sendo aspectos da gênese do capitalismo dependentes, mas constituindo-se em elementos que fazem parte da processualidade histórica brasileira.*

É próprio da acumulação capitalista que cada vez mais homens e mulheres sejam submetidos ao processo de valorização do capital, que, despojados de suas condições objetivas de existência, o que inclui a terra, só lhes resta vender sua força de trabalho como única forma de sobreviver. Os frutos do seu trabalho serão apropriados privadamente, onde a equação da produção coletiva e apropriação privada da riqueza determina o seu destino, ou seja, o capital acumula riqueza, o trabalhador acumula miséria. O suplício do último é a prosperidade do primeiro (MARX, 2011).

É esse caráter que assume a exploração do trabalho no capitalismo, em que a questão social é produto da lei geral da acumulação capitalista, onde se instaura e se particulariza a sua anatomia (NETTO, 2011). A questão social não nasce pronta, como algo natural, foi sendo forjada por processos de contínua violência, de expropriação, de usurpação, que possibilitaram que a acumulação de capital se constituísse a partir da exploração da força de trabalho. As desigualdades produzidas, a falta de habitação, os salários insuficientes, a violência, a fome não foram produzidos pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas. A pobreza nas sociedades precedentes à sociedade burguesa, em determinadas formações socioeconômicas *podia* estar relacionada a um quadro geral de escassez,¹⁰ vinculado ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou até por desastres naturais. Mas, no capitalismo, a pobreza possuía outras determinantes, a sua forma “acentuada e generalizada no primeiro terço do século XIX – o pauperismo – aparecia como nova precisamente porque ela se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão” (NETTO, 2011, p. 154).

A produção dessas mazelas é resultado da própria lei geral da acumulação capitalista, que se insere como potência econômica para intensificar a exploração da força de trabalho, impor salários miseráveis e condições precárias de trabalho. É a partir da Lei Geral da Acumulação Capitalista, estudada por Marx em “O Capital”, que a questão social ganha sentido.

¹⁰ A fome é um produto da modernidade, afinal, antes da invasão colonial promovida pelos europeus, esses fenômenos não faziam parte da realidade dos povos originários. O estudo de Maria Rostworowski, no livro “Historia del Tahuantinsuyu”, traz evidências de que os povos Incas, tendo em vista a sua complexa estrutura social, conseguiam produzir excedente para além das necessidades dos seus integrantes, inclusive produzindo técnicas de armazenamento de alimentos.

É somente nesta perspectiva que a contradição que envolve a produção e a reprodução da questão social é possível de ser captada. A partir desta leitura, compreende-se que a acumulação capitalista, para garantir a sua continuidade, jamais poderá deixar de produzir a questão social como seqüela inerente ao seu desenvolvimento. A implicação política remete ao fato que a superação da questão social somente ocorrerá com a superação do capitalismo e da divisão da sociedade em classes, não havendo possibilidade deste processo ocorrer dentro da lógica do capital.

Como escreve Marilda Iamamoto,

[...] a questão social enquanto parte constitutiva das relações capitalistas, é apreendida como **expressão ampliada das desigualdades sociais**: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social. Sua produção/reprodução assume perfis e expressões **historicamente particulares** na cena contemporânea. Requer no seu enfrentamento, a prevalência das necessidades da coletividade dos trabalhadores, o chamamento à responsabilidade do Estado e a afirmação de políticas sociais de caráter universal, voltadas aos interesses das grandes maiorias, condensando um processo histórico de lutas pela democratização da economia, da política, da cultura na construção da esfera pública (IAMAMOTO, 2001, p. 10-11).

A produção de desigualdades sociais é própria da dinâmica capitalista, porém, devido às expressões historicamente particulares da formação sócio-histórica brasileira, terão seus níveis agudizados. O estudo dessas particularidades, como condição para compreender os fundamentos da questão social, é uma orientação que vários/as intelectuais do Serviço Social têm chamado a atenção, onde podemos citar, para além da professora Iamamoto (2001) e de Netto (2011), Souza e Teles (2021), Santos (2012), Lara e Maranhão (2019), Pastorini (2004). São reflexões que se colocam na busca por compreender os mecanismos que particularizam a acumulação de capital na economia brasileira, ou seja, os determinantes que condicionam a questão social e as suas expressões no destino da classe trabalhadora.

A concentração da terra no Brasil é um desses determinantes. Afinal, quando temos o fato de que 1% dos estabelecimentos agropecuários concentrarem 47,5% das terras, não é produto do acaso, da capacidade da burguesia agrária de poupar e trabalhar de sol a sol. É resultado do poder econômico e político que a oligarquia agrária conseguiu acumular desde a invasão colonial, onde foi determinante o rompimento da relação entre terra e trabalho. Afinal, a violência desse processo não se encerrou, as nossas *veias* continuam *abertas* na *América Latina*, para referenciarmos a obra de Eduardo Galeano. Conforme dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no ano de 2022, foram 2018 conflitos, com 47 assassinatos, envolvendo 909.450 mil pessoas. Malerba (2023, p.24), ao comparar os períodos de 2013 a 2018 e de 2019 a 2022, indica que “houve um crescimento de 26,7% no número de conflitos

por terra e um aumento de 53,6% no número de famílias envolvidas”. A expropriação das terras e a política dirigida do Estado para exterminar os povos originários, os camponeses, as lideranças dos movimentos populares, os que lutam pela terra, pela vida, pelo direito do diverso re-existir continuam sendo uma marca persistente da acumulação capitalista na economia dependente brasileira e latino-americana. É o passado se expressando em toda a sua brutalidade, que, longe de ser dissipado, tem sido aprofundado.

Sobre o estudo dessa realidade, a produção do Serviço Social tem feito importantes avanços, principalmente no que tange ao debate da questão agrária, que cada vez tem ocupado mais espaço, mas que, no conjunto, ainda é muito incipiente. São poucas obras que dão centralidade para o debate da questão agrária, mesmo que a temática envolvendo a terra seja transversal, ela não se apresenta de forma explícita. Algumas obras que se debruçam no tema, dando centralidade para a questão agrária, a título de exemplo, são: “Trabalho e indivíduo social”, de autoria de Marilda Villela Yamamoto; “Trabalho bruto no canavial: questão agrária, assistência e Serviço Social”, escrito por Raquel Santos Sant’Ana; “Reforma agrária à brasileira: política social e pobreza”, por Maria das Graças Osório P. Lustosa; “Luta de classes e racismo na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente”, escrito por Cristiane L. Sabino de Souza. Na esteira dessas produções, o nosso trabalho soma-se aos esforços dos/as pesquisadores/as que se debruçaram sobre essa temática, buscando realizar algumas reflexões que nos ajudem a compreender as múltiplas determinações que compõem a realidade na qual vivemos.

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS tem historicamente contribuído para o avanço da reflexão sobre a questão agrária na realidade brasileira, produzindo importantes dissertações e teses que nos auxiliam a interpretar o real, entre esses trabalhos, podemos citar BRUMER, 2002; CASTEL, 2007; KRAEMER, 2006; KRAEMER, 2013; PASINATO, 2011; PENTEADO, 2016; MARTINS, 2017; FLORENCE, 2018; CHIMINI, 2021, com temas que evidenciam as dificuldades que a população do campo e da cidade enfrentam ao acessarem os serviços públicos providos pelo Estado, ou, em algumas situações, por empresas privadas, tais como: água, luz, saúde, educação, transporte, saneamento básico, entre outros. É possível também observar que as taxas de analfabetismo são mais altas em determinadas regiões, muitas delas localizadas no meio rural. Essas desigualdades sociais que se manifestam no campo e na cidade são frutos do próprio processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo. Este estudo, ao se somar aos anteriores, visa contribuir para que possamos visualizar os tecidos que envolvem essa dinâmica, que nem sempre está escancarada aos nossos olhos. Essas produções, entre tantas outras, demonstram a importância

do PPGSS da PUCRS e o absurdo do seu fechamento, decretado de forma arbitrária pela gestão da PUCRS.

A partir dessas problematizações, que aqui apresentamos como notas introdutórias, construímos o seguinte problema de pesquisa: Quais as determinações que constituem a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro?

Desse problema de pesquisa, desagregamos as seguintes questões orientadoras:

- 1) Quais os elementos teórico-históricos que revestem a questão agrária na formação sócio-histórica brasileira?
- 2) Qual o papel que a questão agrária ocupou na transição ao capitalismo dependente brasileiro?
- 3) De que forma a questão social se manifesta nas condições de vida da classe trabalhadora do campo considerando as particularidades do capitalismo dependente do Brasil?

Da formulação do problema de pesquisa e de sua desagregação em questões orientadoras, chegamos aos objetivos geral e específicos. Sendo o **objetivo geral** expresso da seguinte maneira: investigar e analisar as determinações que constituem a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro, a fim de contribuir para o debate, com uma visão do Serviço Social, acerca das particularidades que assumem esses processos na formação sócio-histórica brasileira, em especial seus impactos na vida da classe trabalhadora, com vistas a contribuir com subsídios para o fortalecimento de estratégias de resistência.

Do objetivo geral, desagregam-se os seguintes objetivos específicos:

- 1) Investigar e analisar os elementos teóricos-históricos que revestem a questão agrária na formação sócio-histórica brasileira;
- 2) Identificar o papel que cumpriu a questão agrária na transição ao capitalismo dependente;
- 3) Demonstrar como a questão social se manifesta nas condições de vida da classe trabalhadora do Brasil, tendo em vista as particularidades que assume no capitalismo.

Na sequência, apresentaremos algumas reflexões acerca do método e dos aspectos metodológicos deste estudo.

1.1 MÉTODO E METODOLOGIA

O método que utilizamos neste estudo é o materialismo histórico-dialético, oriundo do pensamento marxiano, enquanto suporte para que possamos analisar os elementos constitutivos

da relação entre questão agrária e questão social, tendo a determinação da lógica de produção e reprodução do capitalismo dependente. Assim, o estudo de uma determinada formação sócio-histórica, que, no nosso caso, é a brasileira, permite que possamos realizar as mediações entre o nível mais abstrato de análise das leis universais do capitalismo para um com maiores determinações concretas.

Esse método nos permite a identificação dos *conflitos primários* entre as classes sociais, que têm na terra e no trabalho seu ponto gravitacional. É a partir dele que as demais categorias se desenvolvem, como escravismo colonial, propriedade privada, dependência, acumulação capitalista, questão social, Estado nacional, refletindo sobre a raiz da desigualdade social na sociedade brasileira. Como enfatizado por Netto: “por isso, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real” (NETTO, 2011, p. 45). Sobre as categorias que brotam a partir do estudo do movimento do real, podemos citar as seguintes:

A **historicidade** é mais do que a história, é analisar o real enquanto movimento, processo, devir, é entender que os processos sociais estão inseridos em determinados contextos históricos (GOIN, 2016). Ao se analisar os fenômenos sociais, é necessário o reconhecimento de sua processualidade e de sua provisoriedade, não sendo estáticos, estão em curso de desenvolvimento, e, portanto, só podem ser apreendidos a partir do desvendamento desse movimento, por cortes históricos (PRATES, 2014, p. 216).

A categoria **contradição** permite analisar os fenômenos sociais “em seu complexo e contraditório processo de produção e reprodução, ao considerar o movimento da realidade social” (GOIN, 2016, p. 50). Ao mesmo tempo em que é destruidora, é também criadora, nesse processo dialético que se instaura o processo de superação, pois, a contradição torna-se intolerável, os contrários em luta buscam a superação da contradição, superando-se a si próprios, desvendá-la é mostrar os opostos em luta e movimento (PRATES, 2014). É a tensão entre o que já está constituído e o que ainda não foi que possibilita o surgimento e a constituição de novas sínteses.

Por fim, a **totalidade**, que representa mais que a simples junção de todas as partes, “significa um todo articulado, conectado, onde a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, e sim um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem” (PRATES, 2014, p. 215). Por isso, conectar as partes, enquanto um todo articulado, que não é a soma das partes, foi uma das premissas para que se pudesse atingir os objetivos deste trabalho. A análise de “um

fenômeno social, uma situação concreta, à luz da totalidade, não significa exaurir todos os fatos, mas problematizá-los de forma inter-relacionada, buscando as determinações que uns têm sobre os outros para melhor interpretar a realidade”. (PRATES, 2014, p. 215).

O materialismo histórico e dialético permite-nos compreender a estrutura e a própria dinâmica que envolve a sociedade capitalista. Ou seja, desvelar os fundamentos que sustentam a sociedade burguesa: a propriedade privada capitalista dos meios de produção e do produto do trabalho que o trabalhador produz. Mesmo com as transformações ocorridas durante o processo histórico, o objetivo é o mesmo, capturar cada vez mais trabalho não pago, valorizar o valor, que, no capitalismo dependente, o trabalho alienado apresenta-se como superexploração. Assim, enquanto ferramenta teórica e política, permite-nos superar a mera aparência dos fenômenos que a economia política burguesa insiste em naturalizar e torná-la a-histórica, como se não tivesse possibilidade de mudança, tornando toda crítica radical desnecessária, por isso, a dialética precisa ser descartada ou retirada de seu núcleo racional, *o negativo*, que é justamente a possibilidade de desvelar e romper com os pressupostos desta sociedade. Como escreve Marx no posfácio da segunda edição de “O Capital”,

[...] em sua configuração racional, ela constitui um escândalo e um horror para a burguesia e seus porta-vozes doutrinários, uma vez que, na inteligência positiva do existente, inclui, ao mesmo tempo, a inteligência de sua negação, de seu necessário perecimento. Além disso, apreende toda forma desenvolvida no fluxo do movimento, portanto, incluindo o seu lado transitório; porque não se deixa intimidar por nada e é, por essência, crítica e revolucionária (MARX, 2013, p. 91).

A *intelecção de sua negação* é justamente a possibilidade de mudança, de transitoriedade que é inerente à sociedade capitalista, pois, em seu desenvolvimento, gera-se o negativo, as contradições, o elemento de sua própria superação: a classe trabalhadora. O capitalismo, ao mesmo tempo em que concentra cada vez mais os meios de produção e os meios de subsistência, torna grande parte da população meros vendedores de sua força de trabalho. Esses sujeitos históricos, destituídos das suas condições objetivas de existência de forma brutal, ao compreenderem os processos que os oprimem e expropriam, que não são naturais, mas forjados por toda uma estrutura socioeconômica e político-ideológica, que visa tratar como eternas as mesmas, visualizaram com maior nitidez seus inimigos e os elos que os dominam.

Por isso, a produção marxiana se apresenta radicalmente antagônica aos teóricos da Economia burguesa, onde pressupõe “o caráter contraditório, perecível e histórico das formas econômicas e das categorias econômicas da sociedade capitalista” (BENOIT, 1996, p. 42).

As categorias econômicas trabalhadas por Marx não possuem definição fixa, pois, como o próprio desenvolvimento da análise, elas são constantemente negadas e superadas pela lógica dialética, construindo novas sínteses. Outra questão a se destacar, é que essas categorias são analisadas sempre tendo em vista sua mediação com outras categorias, e a manifestação do negativo desses processos, da crítica e da própria contradição inerente ao próprio desenvolvimento dos objetos/categorias. Esse é um pressuposto central na elaboração teórica e política que estamos realizando, a constante necessidade de cercar o objeto em suas variadas determinações e trazendo a própria contradição que se desenvolve, justamente para evitar tratar a aparência ou saber imediato enquanto totalidade. É o que a ciência burguesa visa evitar, caso contrário, suas contradições estariam explícitas, sem nenhuma cortina escondendo o seu real movimento.

Do ponto de vista da apreensão científica da especificidade do diverso, isto quer dizer que a simples exposição da singularidade *capital* já o revela na sua contradição, uma vez que seu universo é o da *não exposição*, posto que sua apresentação só se sustenta na esfera fenomênica, mas nunca na da essência: se o capital se expuser *essencialmente*, ele se mostrará como uma totalidade que se contradiz a si mesma, pois dela faz parte e nela repousa o elemento capaz de suprimi-lo e superá-lo enquanto relação social de produção – o trabalho (RANIERI, 2011, p. 152).

Nesse processo de superação que situamos as classes populares no centro da política, dos projetos societários em disputa. Na sociedade brasileira, e latino-americana, as lutas de camponeses e camponesas, indígenas, quilombolas, são geralmente esquecidas da história oficial, tratando-as como meros distúrbios a ordem. Por isso, a dialética nos proporciona os mecanismos para trazer à tona o processo de desumanização, que foi aberto com a acumulação primitiva, e o colonialismo como o operador do massacre que foi a expansão mercantil europeia. Como nos ensina Cida Bento.

De fato, trabalhar o território da memória é reafirmar que não se trata apenas de recordação ou interpretação. Memória é também construção simbólica, por um coletivo que revela e atribui valores à experiência passada e reforça os vínculos da comunidade. E memória pode ser também a revisão da narrativa sobre o passado “vitorioso” de um povo, revelando atos anti-humanitários que cometeram – os quais muitas vezes as elites querem apagar ou esquecer (BENTO, 2022, p. 39).

É nesse terreno, que nossa pequena contribuição se direciona. De dialogar com autoras e autores do pensamento latino-americano, muitas vezes esquecidos, que denunciam o horror que foi a expansão europeia colonial e o próprio modo de produção capitalista. Que o capital jorra sangue por todos os seus poros. Porém, constantemente, busca-se tratar esse passado como

distante, como um tempo em que a liberdade não existia, que era supostamente suprimida por “estruturas arcaicas”, sendo que, na nova sociedade, do livre mercado, se daria a superação desse estágio.

Esse discurso apresenta-se já na primeira fase da esfera da circulação de mercadorias, onde os detentores dos meios de produção e os detentores da força de trabalho, aparentemente, estão em igual condição, enquanto possuidores de mercadorias, pelo menos no aspecto formal-jurídico.

Aparentemente, o operário dispunha livremente de si mesmo e isto era inclusive confirmado pelo contrato que ele assinara livremente. No entanto, após fechado o negócio, após entrar na fábrica, descobre-se que ele não era "nenhum agente livre". Descobre-se, pela análise lógica e histórica, que a sua liberdade de vender a força de trabalho, na verdade, é já uma coação: "ele é obrigado" (*gezwungen ist*) (BENOIT, 1996, p. 33).

É obrigado porque lhe foi retirada toda a possibilidade de produzir de forma autônoma os bens necessários para sua reprodução, só lhe restando a venda de sua energia física e mental para poder sobreviver. Essa venda é onde o capital sustenta sua potencialidade para se valorizar, ao drenar a energia do trabalho, alimentando sua busca pelo lucro. Hegel compreendia como positiva essa liberdade da era moderna, comparada à servidão feudal, de poder exteriorizar determinadas qualidades e faculdades pessoais, ou melhor, de poder alienar sua força física e mental por um *quantum*, por um determinado tempo, cristalizado em um contrato, desde que seja resultado da livre iniciativa dos sujeitos possuidores de mercadorias.

Posso ceder a outrem aquilo que seja produto isolado das capacidades e faculdades particulares da minha atividade corporal e mental ou do emprego delas por um tempo limitado, pois esta limitação confere-lhe uma relação de extrinsecidade com a minha totalidade e universalidade. Mas se eu alienasse todo o meu tempo de trabalho e a totalidade da minha produção, daria a outrem a propriedade daquilo que tenho de substancial, de toda a minha atividade e realidade, da minha personalidade (HEGEL, 1997, p. 65).

Ainda sobre a venda força de trabalho, coloca-se uma relação de contradição entre circulação e produção: o capitalista, para poder obter mais valor do que tinha inicialmente, precisava encontrar, no primeiro ato da circulação, uma mercadoria que tivesse a capacidade de criar um valor novo, essa seria a força de trabalho. Porém, esse novo valor só pode ocorrer na esfera da produção, “aqui se revelará não só como o capital produz, mas como ele mesmo, o capital, é produzido. O segredo da criação de mais-valor tem, enfim, de ser revelado” (MARX, 2013, p. 250). Na sequência, Marx faz a crítica e supera a suposta liberdade expressa na esfera da circulação:

A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentaham. Liberdade, pois os compradores e vendedores de uma mercadoria, por exemplo, da força de trabalho, são movidos apenas por seu livre-arbítrio (MARX, 2013, p. 250).

Ao adentrarmos para a esfera da produção, tem-se uma mudança na fisionomia dos personagens, diga-se, o capitalista e o trabalhador. “O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da... esfolada” (MARX, 2013, p. 251). A efetivação da liberdade ocorreria somente com a dissolução da sociedade burguesa, onde se estará no reino da liberdade e não no reino da necessidade.

Esse trabalhador livre, livre para vender sua força de trabalho e dos meios para atender suas necessidades, chegou a essa condição porque historicamente foi submetido ao processo violento de expropriação dos meios de existência, da terra. Marx, no capítulo 24 de “O Capital”, historicizou esse processo que constituiu o fundamento do modo de produção capitalista, a separação do trabalhador dos seus meios de produção e de subsistência. A chamada acumulação primitiva é “a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde” (MARX, 2013, p.786). Somente a partir desse processo que o dinheiro pode ser transformado em capital, é o seu ponto de partida.

Aos nos guiarmos pelo materialismo histórico e dialético, compreendemos que as categorias não são determinadas *a priori*, mas ao longo do desenvolvimento, onde cada vez mais vão sendo determinadas historicamente. Por isso, novamente ressaltávamos a importância de nos atentarmos às estruturas e às dinâmicas que regem a formação sócio-histórica para realizarmos mediação entre as leis universais que regem o capitalismo e sua concretude em um determinado território. Talvez seja esse o grande desafio no pensar e agir dialeticamente, tendo em vista que não é estático e a-histórico, mas está em constante mudança, em constante movimento, um *vir a ser* contínuo. O pressuposto da dialética é a possibilidade inerente da crítica, da contradição, de colocar em movimento as categorias, apontar suas contradições e superá-las. Por fim, é a partir do materialismo histórico e dialético que podemos compreender como o capitalismo, e o desenvolvimento desigual que coloca em marcha ao operar em diferentes formações sócio-históricas, particulariza-se, ao mesmo tempo em que expõe suas contradições.

No que se refere aos **aspectos metodológicos**, estruturamos esta pesquisa enquanto um estudo do tipo exploratório que, conforme Triviños (1987, p. 109) “permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de determinado problema”. No estágio de nossa elaboração teórica sobre o concreto, estamos construindo sucessivas aproximações ao complexo debate que envolve a formação sócio-histórica latino-americana e brasileira em especial. Dando ênfase às determinações que constituem a gênese da relação entre questão agrária e a questão social no capitalismo dependente, por isso, entendemos que este estudo é de natureza qualitativa, que “possibilita apreender a totalidade coletada visando, em última instância, atingir o conhecimento de um fenômeno histórico que é significativo em sua singularidade” (MINAYO, 1992, p. 10).

Em relação aos aportes metodológicos, utilizamos a pesquisa bibliográfica, onde constitui-se a partir

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Após analisados os dados, a sua análise se deu através da técnica de análise de conteúdo de tipo categorial temática e frequencial. Essa técnica se caracteriza por captar o conteúdo das mensagens que os interlocutores expressam. O processo de análise dos dados desenvolveu-se em três etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011).

A pré-análise é o momento em que se organiza o material coletado para análise, para isso, realiza-se uma primeira leitura flutuante para “estabelecer contato com os documentos que seriam analisados e conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (BARDIN, 2011, p. 126). A segunda etapa compreende a exploração do material, codificando os documentos, para que na sequência se possa isolar categorias/termos/frases, o que gerará, após aglutiná-las por conteúdo temático, as categorias explicativas da realidade. A terceira e última etapa consiste no tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Buscando articular os sentidos presentes nas bibliográficas utilizadas neste estudo, a fim de construir mediações para responder aos objetivos deste estudo.

A estrutura da tese está dividida em 5 capítulos. O **capítulo 1** é composto por esta introdução que apresentamos. O **capítulo 2**, intitulado “Categorias centrais da Tese”, busca elencar elementos teóricos e históricos que revestem os sentidos da terra e do trabalho a partir

da categoria *questão agrária*. Também nos debruçamos sobre a categoria *dependência*, como síntese de múltiplas determinações, que nos possibilita compreender a dinâmica desigual do capitalismo a partir do estudo da formação sócio-histórica brasileira e das tendências próprias que aqui assume. Por fim, recuperamos o acúmulo produzido por importantes intelectuais do Serviço Social sobre as determinações que constituem a questão social enquanto produto da acumulação capitalista. No **capítulo 3**, denominado “Acumulação Primitiva e colonialismo: a violenta sementeira do divórcio entre terra e trabalho (1492-1822)”, apresentamos a brutalidade que foi a invasão colonial escravista européia na América Latina e Caribe contra os povos originários e os povos africanos submetidos à escravização e à servidão; a constituição dos diversos modos de produção impostos pelo colonialista para saquear as riquezas que aqui existiam para serem enviadas para os centros europeus; tendo como síntese desse processo a imposição do divórcio entre terra e trabalho, a construção da racialização das relações sociais como mecanismos para justificar e naturalizar toda a violência cometida no território.

No **capítulo 4**, intitulado “A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente: o passado tecendo o presente da relação entre questão agrária e questão social (1822-1930)”, tivemos como objetivo demonstrar como a *forma particular* da transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente constituiu processos que agudizam as desigualdades sociais e os conflitos, determinando a dinâmica da questão social.

No **capítulo 5**, apresentamos as conclusões, onde realizamos a síntese de todas as reflexões dos capítulos anteriores para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos, que giraram em torno de elencar os determinantes constituintes na gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente.

2 CATEGORIAS CENTRAIS DA TESE

O presente capítulo tem como objetivo tecer algumas reflexões sobre as categorias¹¹ centrais que mobilizaram as discussões. Para além do caráter teórico, para apreender a dinâmica do capitalismo de forma geral, elas possuem a capacidade, enquanto síntese de múltiplas determinações, de demonstrar as determinações concretas que particularizam a formação sócio-histórica brasileira. Em um primeiro momento, apresentaremos a categoria *questão agrária*, onde ela comportar os sentidos de terra e trabalho em disputa na América Latina e Caribe; na sequência, apresentamos algumas reflexões em torno da categoria *dependência*, como produto das relações desiguais entre as nações formalmente independentes; o último momento teve como intuito tecer considerações acerca dos elementos constitutivos da questão social na formação brasileira.

2.1 A CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA

A partir da invasão colonial da América Latina e do Caribe pelos Europeus, estabeleceu-se uma violenta política de guerra e de ocupação territorial. A partir desse marco, o colonialismo se constitui na organização de modos de produção, baseados em relações sociais de servidão e escravidão dos povos originários e dos povos africanos sequestrados para serem escravizados. A terra assume um sentido mercantil, onde os sentidos dos modos de produção dos povos originários são totalmente desorganizados e submetidos aos interesses das metrópoles ibéricas. Esse contexto da invasão colonial se dá por ocasião da expansão comercial que ocorreu, principalmente na Europa Ocidental nos primórdios do século XVI. O comércio expandia-se, onde, com o avanço das técnicas de navegação e da necessidade de ampliar os territórios conquistados, consegue-se ampliar as rotas comerciais para além do eixo Europa, África e Ásia. Antes de iniciar o debate histórico da América Latina e do Caribe a partir da invasão colonial, tem-se a necessidade de fazer uma breve incursão no debate sobre terra e trabalho.

A transformação da relação entre terra e trabalho como unidade indissociável até o divórcio desses elementos no modo de produção capitalista consta no texto de Marx

¹¹ Antes de avançarmos ao debate propriamente dito destas categorias, é preciso referir que as mesmas não encerram debates, mas que abrem inúmeras discussões, com aproximações e divergências, no campo marxista. Outro ponto que merece destaque é que a articulação destas categorias não se deu somente na gênese do desenvolvimento do capitalismo dependente, mas se constitui como parte da *processualidade história da formação sócio-histórica brasileira*, tornando-se cada vez mais complexa, onde adiciona elementos conforme avança esse processo.

“Formações que precederam a produção capitalista”¹², onde aborda o problema da evolução histórica pré-capitalista. Esse texto representa “sua mais sistemática tentativa de enfrentar o problema da evolução histórica e complemento indispensável do prefácio da Crítica da Economia Política, escrito logo após e que apresenta o materialismo histórico em sua forma mais rica” (HOBSBAWM, 1985, p. 14). Esse texto possui dois aspectos importantes que precisam ser mencionados. O primeiro é que

[...] Marx preocupa-se – como em seu prefácio à CRÍTICA, em estabelecer o mecanismo geral de todas as transformações sociais: isto é — a formação das relações sociais de produção que correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais; o desenvolvimento periódico de conflitos entre as forças produtivas e as relações de produção; as ‘épocas de revolução social’ em que as relações de produção se ajustam novamente ao nível das forças produtivas (HOBSBAWM, 1985, p. 15).

As transformações sociais são constitutivas do desenvolvimento humano e a transição de um modo de produção a outro, demonstrando que a história é construída pelos seres humanos na produção da sua vida material, estabelecendo determinadas relações sociais entre si e também com o meio natural em que vivem. A transição de um modo de produção para outro mantém em constante conflito o velho e o novo até que se realize a superação, que não necessariamente destrói totalmente o primeiro, mas pode subordiná-lo e/ou conservá-lo à lógica do novo modo de produção dominante.

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade (MARX, 2008, p. 48).

Um segundo aspecto, que está relacionado ao primeiro, é a busca por “formular o conteúdo da história na sua forma mais geral. Este conteúdo é o *progresso*” (HOBSBAWM, 1985, p. 15). O progresso refere-se à crescente emancipação do ser humano em relação à sua condição natural ou primitiva, e, ao mesmo tempo, no domínio e acúmulo de conhecimentos e saberes sobre a sua base natural e fornecedora das suas condições objetivas de existência, onde o desenvolvimento histórico deverá conduzir a humanidade para o livre desenvolvimento de todos os seres humanos. Mas esse desenvolvimento tem uma base objetiva que sustenta o humanismo marxiano e a evolução social e econômica, que seria o entendimento do ser humano como um animal social. Nas palavras do historiador inglês:

¹² Esse texto compõe o livro *Grundrisse*, publicado pela Boitempo em 2011, este que, apesar de ser organizado pelo autor para seu próprio esclarecimento, não tendo objetivo de publicação, representa um fecundo período de sua produção intelectual.

O homem — ou melhor, os homens — realizam trabalho, isto é, criam e reproduzem sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor, etc. Fazem isto atuando na natureza, tirando da natureza (e, às vezes, transformando-a conscientemente) com este propósito. Esta interação entre o homem e a natureza é — e ao mesmo tempo produz — a evolução social (HOBSBAWM, 1985, p. 16).

O humano não possui existência sem estar em contato com a natureza.¹³ A mediação que se dá entre o humano e a natureza faz o primeiro transformar, modificar a segunda e, com isso, conseguir satisfazer as suas necessidades e da comunidade ou grupo em que está inserido. É essa base objetiva que propiciou a evolução social. Ao apropriar-se da natureza, apropria-se como propriedade, não no sentido da *forma* histórica da propriedade privada capitalista (HOBSBAWM, 1985), mas o “trabalhador se relaciona às condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade; trata-se, nesse caso, da unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos. [...] relaciona-se consigo mesmo como proprietário, como senhor das condições de sua realidade” (MARX, 2011, p. 388). Assim, relaciona-se com os demais como coproprietários, como pressuposto – a propriedade sobre as condições objetivas de existência, diga-se, meios de trabalho e o objeto de trabalho – para que as comunidades e os indivíduos se reproduzam, principalmente naquelas sociedades em que predominam a propriedade comunitária e a pequena propriedade livre. Nesse processo, a centralidade não está na produção do valor, via valor de troca, e mesmo quando ocorre algum intercâmbio ou processo de troca, não se orienta pela lógica mercantil e, sim, pela reprodução do humano e dos pressupostos que sustentam a comunidade. Sobre essas bases, Marx destaca três formas de propriedade: 1) a comunidade natural, 2) a forma comunitária e 3) a forma germânica.¹⁴ Para Marx,

[...] em todas essas formas, o fundamento do desenvolvimento é a reprodução das relações pressupostas do indivíduo singular à sua comunidade – relações originadas mais ou menos naturalmente, ou mesmo historicamente, mas tornadas tradicionais -,

¹³ Essa relação entre os seres humanos e a natureza já constava nos escritos de um dos expoentes da escola clássica de Economia Política: “Por acaso a natureza nada faz pelo homem nas manufaturas? E a força do vento e da água que movem nossas máquinas e ajudam a navegação? A pressão atmosférica do vapor, que nos permitem fazer funcionar os mais extraordinários engenhos – não serão dádivas da natureza – para não falar ainda nos efeitos do calor no amolecimento e na fusão dos metais, na decomposição da atmosfera, no processo de tingimento e na fermentação. Não é possível indicar uma manufatura na qual a natureza deixe de dar sua ajuda ao homem, generosa e gratuitamente” (RICARDO, 1982 p. 69-70).

¹⁴ Nesse caso, o membro da comunidade enquanto tal não é copossuidor da propriedade coletiva [...], o solo é ocupado pela comunidade, é solo romano; uma parte continua sendo da comunidade enquanto tal, por contraste aos membros da comunidade, *ager publicus* nas suas diversas formas; a outra parte é repartida e cada parcela do solo é romana pelo fato de ser a propriedade privada, o domínio, de um romano, a cota que lhe pertence do laboratório; todavia, ele só é um romano na medida em que possui esse direito soberano sobre uma parte da terra romana (MARX, 2011, p. 396). Essas formas sociais de propriedade não podem ser generalizadas para todas as formações sociais, exemplo seria as sociedades dos povos originários da América Latina e do Caribe, somente destacamos o caráter indissociável entre terra e trabalho que lhes constituem.

e uma existência objetiva, determinada, predeterminada para o indivíduo, no comportamento seja com as condições do trabalho, seja com seus companheiros de trabalho, companheiros de tribo etc. -, mas que, superado o limite, representa decadência e desaparecimento (MARX, 2011, p. 398-399).

Essa decadência e desaparecimento ocorre ao longo do processo histórico, os seres humanos, ao se emanciparem de sua condição originária em relação a natureza, transformando-a, não modificam somente o nível de desenvolvimento das forças produtivas, mas também as relações sociais de produção. Com isso, devido a um longo processo de disputas e conflitos, as relações entre os seres humanos se modificam, a lógica de produção centrada na reprodução da comunidade vai se dissolvendo e a produção de mercadorias para troca assume cada vez mais centralidade, com isso, destruindo, mas não necessariamente exterminando. Esse processo de transição, que expõe a presença do velho ou do superado na dinâmica do novo, fornece-nos a história das resistências no presente, enquanto expressões das antigas sociedades que sobrevivem, mesmo que subordinadas. Também pode nos mostrar que uma transição que não sepulta o passado para construir o novo se torna uma força que bloqueia o pleno desenvolvimento das transformações sociais que determinada sociedade pode exigir, tendo em vista a perspectiva teórico-política que se adota.

Quando ocorre a emancipação em relação a natureza, ocorre a individualização do indivíduo¹⁵ em relação à comunidade ao longo da história, entrando em contradição com ela. Esse processo pode ser gestado através de contradições internas de determinada formação social, ou, como é o caso da América Latina e do Caribe, ser trazido de fora, gerando a desorganização dessas sociedades.

Conforme avançam essas contradições, a “dupla relação de trabalho-propriedade é progressivamente rompida, na medida em que o homem se afasta da *naturwüchsig*, isto é, de sua relação primitiva (ou desenvolvida espontaneamente¹⁶) com a natureza” (HOBBSAWM, 1985, p. 17). A separação por completo se dá no capitalismo, onde a relação social de produção predominante se cristaliza entre o trabalho assalariado e o capital, é *nessa forma histórica particular* que ocorre “a desvinculação do trabalhador da terra como seu laboratório natural” (MARX, 2011, p. 388). É nesse aspecto que se encontra a raiz sobre a qual se edifica a conformação do capitalismo, é pressuposto para a sua reprodução essa desvinculação.

¹⁵ Na América Latina e no Caribe, antes da invasão colonial, os povos originários não davam indícios de rompimento da relação indivíduo e comunidade. Mesmo com a guerra colonial aberta em 1492, que ainda reverbera no presente, esses povos reproduzem as mesmas relações sociais dos modos de produção originários, demonstram a luta e a resistência contra a mercantilização da vida.

¹⁶ Espontaneamente não significa que seja imediato. O uso de instrumentos para a pesca, a caça e a coleta já significava que havia mediação entre ser e natureza.

A separação entre ambos é o princípio de toda a exploração do trabalho alheio: da escravidão, da servidão, bem como do moderno trabalho “livre”; foi o primeiro passo rumo à conformação do particular modo de produção capitalista, processo decisivo para a subsunção do trabalhador ao mercado, à falta de alternativas e à crescente miséria (SOUZA, 2020, p.36).

Assim, terra e trabalho se dissociaram e passaram a ser subordinados à lógica mercantil, o que inclui, enquanto processo avançado dessa lógica, as relações sociais de produção capitalista, como um momento dentro da história humana, que não são naturais e/ou eternas. Sobre o caráter natural ou eterno de determinadas categorias econômicas, é preciso que atentemos, tal como alerta Marx (2011, p. 41), para o seguinte: “As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos –, não seja esquecida a diferença essencial” (MARX, 2011, p. 41). Tal esquecimento resulta em “economistas modernos que demonstram a eternidade e a harmonia das relações sociais existentes” (MARX, 2011, p. 41), tratando a propriedade privada dos meios de produção (incluiu-se a terra) e os trabalhadores dissociados das condições objetivas de sua existência como um processo natural, eterno, o que, na verdade, representa apenas um período particular do desenvolvimento humano. O próprio processo de trabalho, no processo de produção capitalista, torna-se meio para o processo de formação e valorização do valor. No capitalismo, os valores de uso que participam da produção são entendidos como capital em si, conforme os teóricos burgueses.

[...] se llega a la conclusión de que todos los *medios de producción* son potencialmente [...] y en la medida en que funcionen como medios de producción, realmente (*actu*), capital; y por ende de que el capital es un elemento necesario del *proceso laboral humano en general*, abstracción hecha de toda forma histórica del mismo; y por lo tanto de que el capital es algo eterno y condicionado por la naturaleza de trabajo humano (MARX, 1974, p. 10).

Ao tratar-se o capital como coisa, negligencia-se que, fundamentalmente, ele é uma relação social particular e histórica, que ele precisa que um determinado conjunto de fatores se articule para que ganhe vida no processo de produção. Assim, para que essa relação social pudesse ser plenamente desenvolvida, foi central o processo da acumulação primitiva ou originária para que se consolidasse as bases fundantes do capitalismo. É preciso sempre lembrar: não foi um processo pacífico, mas construído à base de violência, de guerras, o que desmascara a falsa ideia de um processo de desenvolvimento natural.

Para produzir a riqueza a partir da *forma capitalista*, foi necessário subordinar terra e trabalho. Afinal, o *conteúdo* da riqueza material de toda produção mercantil em geral, se dissipada da forma particular que assume ao longo do desenvolvimento histórico, tem como fonte terra e trabalho. “Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele [o humano] produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty, o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material” (MARX, 2013, p. 121). A riqueza, em seu aspecto geral, é a capacidade do ser humano, através do seu trabalho, em intercâmbio com a natureza e com seus pares, de produzir a sua própria existência, de utilizar todo o conhecimento gerado e acumulado para atender suas necessidades.

Feitas essas breves reflexões sobre a centralidade da terra e do trabalho enquanto pressuposto geral da evolução humana, independentemente da forma social e historicamente determinada, podemos avançar na compreensão de como esse processo de divórcio entre terra e trabalho se deu na América Latina e no Caribe.¹⁷

Tratamos esses elementos como centrais não porque o *lócus* de estudo trata do rural ou da questão agrária, mas porque compreendemos que, ao analisar a transição das sociedades pré-colombianas/cabralinas para os modos de produção implementados pelo colonialismo, e deste para o capitalismo dependente, teve-se como centro e consequência a separação radical da terra e do trabalho (indígena e negro). Mas essa separação não estava sendo gestada através de processos internos das sociedades dos povos originários. A contradição gerada entre as sociedades pré-colombianas e as que ocorreram a partir da invasão colonial possui uma **transição** particular em relação ao desenvolvimento europeu. Aqui a contradição ocorreu a partir de interferência externa, ou seja, não foi gestada no interior das sociedades pré-colombianas, mas, sim, imposta de fora pelos europeus (SOUZA, 2020). Por esse processo, “a constituição da América, para ser Latina, teve que ocultar, demolir, soterrar as diversidades encontradas. Uma dupla escravidão, portanto, é o que define a Questão Agrária colonial: da destruição dos povos da América e dos povos da África” (TRASPADINI, 2020, p. 10).

A guerra colonial aberta a partir de 1492, ao soterrar as diversidades de modos de produção, impôs uma forma única de compreender as relações estabelecidas entre a terra e o trabalho enquanto meros suportes para a produção de mercadorias destinadas ao mercado

¹⁷ Mesmo que nosso estudo tenha como foco a formação sócio-histórica brasileira, entendemos como necessário, para além de apresentar as suas singularidades e a sua diferencialidade, tecer algumas mediações do caráter particular que reveste a América Latina e Caribe, o processo da desvinculação entre terra e trabalho. Com isso, a transição assume características próprias que não podem ser negligenciadas, principalmente quando buscamos situar, na análise, as contradições que são inerentes a esse processo na América Latina e no Caribe.

mundial em desenvolvimento. Para contrapor a essa concepção, que ainda se faz presente na dinâmica atual, é preciso compreendermos que a terra e o trabalho são carregados de vários sentidos e concepções que os envolvem ao longo da história. O que queremos afirmar é a existência de formas concomitantes, conflitivas, de outros sentidos e concepções para terra e trabalho, ou seja, de outros modos de produção, que nem as transições até o capitalismo dependente conseguiram soterrar de forma definitiva. Essas formas sociais permanecem resistindo à mercantilização da vida, mesmo com todo o aparato militar e político-ideológico que produzem argumentações da sua suposta não cientificidade, do seu caráter primitivo, místico e bárbaro, inimigas do avanço da modernidade, da razão. Argumentos que se tornam justificativas para toda a violência contra esses povos que se negam a aceitar a lógica mercantil como única possível. Recuperar a resistência desses sujeitos é dar evidência, superar a mera aparência, e expor a contradição como motor da história. Para isso, é fundamental darmos centralidade à terra na análise, onde se apresenta como

[...] uma decisiva categoria explicativa, síntese das múltiplas determinações do domínio e espoliação do território, desde a invasão colonial. Considerada na cosmovisão dos povos originários, como divina, absoluta, mãe de todos os seres, foi aprisionada como mera fonte de riquezas para o mercado, cercada e cerceada dos seus sentidos e das suas funções definidas por seus filhos originários (SOUZA, 2020, p. 36).

Para dar evidência a esse processo, é que se destaca a questão agrária. Ao articular terra e trabalho, ela permite que se dê visibilidades às diversas formas que, ao longo da história, assume na produção da vida material. Ela

demarca a centralidade histórica entendida como disputas, contradições, complexas relações sociais de demarcação sobre o que se entende por vida, terra, ser social e sociabilidade para cada um dos grupos que, ante a guerra, exercem suas distintas formas de poder ao longo da história (TRASPADINI, 2018, p. 1697).

Nesse sentido, no processo de transição das sociedades pré-colombianas que ocorre a partir da invasão colonial, a questão agrária cumpre uma função dialógica e mediadora entre o passado e o presente (TRASPADINI, 2018). Nesse diálogo, os conflitos de diferentes visões sobre a terra e o trabalho são inerentes. Nas sociedades pré-colombianas, predominava uma diversidade de modos de produção e de propriedade da terra, com predominância da forma coletiva/comunitária. Já a partir da invasão colonial, ocorre a contínua privatização da terra e a escravidão e a servidão da força de trabalho indígena e negra, o que, mais tarde, constituiria a base para o desenvolvimento do capitalismo dependente na América Latina e no Caribe.

A América Latina e o Caribe, a partir da invasão colonial, insere-se no cenário geral da transição feudalismo-capitalismo, como um dos capítulos centrais, junto com as próprias transformações internas ocorridas na Europa (revolução francesa, revolução industrial). Sobre o papel que ela cumpriu, é preciso referenciar dois pontos: de um lado, o entendimento que essas sociedades coloniais escravistas “só adquirem pleno sentido se são abordadas como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem como anexos complementares da economia europeia” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.63). Por outro lado,

[...] a empresa colonial fez aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa com o comércio atlântico e com as suas respectivas metrópoles política: desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, mas não o bastante. É necessário também abordar as próprias estruturas internas, descobrir suas especificidades e seu funcionamento” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.63).

Geralmente, tem se dado ênfase ao primeiro aspecto, principalmente no seu papel na acumulação prévia de capital e no “caráter ‘setorial’ do conjunto americano’, deixa[ndo] na sombra o estudo profundo das estruturas internas” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.64). Dessa forma, acreditamos que a análise deverá compreender ambos os processos, que, articulados, representam a dinâmica geral da formação e do desenvolvimento do capitalismo e como as formações sócio-históricas latino-americanas se inserem nesse contexto. Afinal, as estruturas internas produzidas pelo colonialismo não ficaram no passado, mas continuam ecoando na dinâmica do presente.

A acumulação originária ou primitiva de capital ocorrida no território foi uma das importantes alavancas para acelerar o desenvolvimento e a consolidação do modo de produção capitalista no território europeu, que internamente contou com níveis desiguais de desenvolvimento, tanto dentro das regiões que compõem os países, quanto entre eles. As riquezas extraídas do território, como fruto da escravização dos povos, da apropriação da terra e da destruição das culturas presentes nela, e enviadas à Europa forneceram um importante volume dos requisitos físicos para que o capitalismo pudesse se desenvolver.

A acumulação primitiva foi o método violento de expropriação da terra, da destruição dos modos de produção originários, da negação do outro não europeu e a imposição de uma lógica antagonica. Ela cumpriu a função de dissolver a unidade estabelecida entre o ser humano e a terra e, com isso, ir construindo os pressupostos básicos para o desenvolvimento das relações capitalistas. Essa dissolução foi essencial para a constituição do capital, tal como expõe Marx (2013, 786):

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2013, p. 786).

Não bastou somente o saque das riquezas e a imposição do trabalho compulsório, foi necessário desencadear também um processo de destruição cultural, da cosmovisão, negar os modos de viver dos povos originários e africanos. Báez (2010) trata esse processo como memoricídio, genocídio, etnocídio. Semeando com sangue e fogo as bases para que o novo modo de produção pudesse surgir das velhas estruturas socioeconômicas. Caso contrário, não seria possível falar de relação capitalista enquanto o ser social tivesse controle sobre os meios de subsistência, por isso, a necessidade de dissolução das formas sociais que compreendem como pressuposto a indissociabilidade desses elementos (ROSDOLSKY, 2001).

A invasão colonial da América Latina e do Caribe, conforme refere Agustín Cueva (1983), está relacionada a um processo mais amplo, que foi a acumulação primitiva em escala mundial. Ou seja, insere-se no processo histórico que irá constituir a base material e político-ideológica para a transição ao capitalismo. Conforme expõe o autor equatoriano, foi

[...] um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos polos do sistema, supõe necessariamente a desacumulação, também sem precedentes, no outro extremo. Portanto, e sob a condição de não se tomar a concentração escravista ou feudal de terra na América como um processo de acumulação primitiva *local*, é evidente que o movimento metropolitano de transição ao capitalismo, ao invés de impulsionar, freou o desenvolvimento desse modo de produção nas áreas coloniais. Como Marx observou, o excedente econômico produzido nessas áreas não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas, onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis, mas fluía ao exterior para converter-se, ali sim, em capital (CUEVA, 1983, p. 24-25).

O que nos parece essencial nessa reflexão é o fato de que os modos de produção implementados pelo colonialismo, baseados no trabalho compulsório dos indígenas e negros africanos submetidos ao trabalho compulsório, estavam totalmente submetidos ao domínio europeu, onde não foi somente a fuga de riqueza e a destruição cultural, mas também a impossibilidade de gerar um processo de acumulação interna. Ou seja, ao mesmo tempo em que a acumulação primitiva expropriava as riquezas extraídas do solo e dos braços latino-americanos para se converter em capital na Europa, esse processo, na América Latina e no Caribe, gerou um resultado contrário, ou tornou, no mínimo, tardia a sua transformação em

capital. A Nova Espanha (México atualmente) e o Peru, por exemplo, produziam excedentes suficientes para transformar esses países em potências, porém, na realidade, essa possibilidade não se concretizou (SEMO, 1973).

Assim, Espanha e Portugal, em um primeiro momento, conseguiram, não sem violência e conflito, extrair importantes riquezas e enviá-las para à Europa. Como exemplo, “segundo dados coletados por E.J Hamilton¹⁸, entre 1503 e 1650 a Espanha recebeu de suas colônias americanas 181 toneladas de ouro e 16.887 toneladas de prata” (FURTADO, 1976, p. 24). A prata que foi usurpada do território da América “em um pouco mais de um século e meio excedia três vezes o total das reservas europeias. E essas cifras não incluem o contrabando” (GALEANO, 2020, p. 43). Outro exemplo é “que o valor dos envios de metais preciosos, que realizava o setor privado, era cerca de quatro vezes maior que o valor total das importações” (FURTADO, 1976, p. 26).

Quando ocorreram as independências formais das nações latino-americanas, “a fuga precipitada de riquezas foi o ponto culminante de um longo processo de desacumulação: é o último ato com que o colonizador conclui sua ‘missão civilizadora’” (CUEVA, 1983, p. 25).

O processo de desacumulação primitiva concluiu-se deste modo, e a “herança colonial”, moldada durante mais de três séculos reduziu-se ao pesado lastro da matriz econômico-social, a *partir do qual* terá que reorganizar-se totalmente a vida das novas nações. Se em algum lugar se há de buscar o segredo mais recôndito de nossa debilidade inicial, é, pois, nesse plano estrutural” (CUEVA, 1983, p.26).

Somente no século XIX, a acumulação primitiva irá converter-se em capital na América Latina e no Caribe, mas mantendo, de forma concomitante, a sua função para as economias centrais. Pelo fato de iniciar a organização dessas novas sociedades a partir de sua autonomia política, pelo menos formalmente, e com o rompimento do domínio colonial, mas que gerou outras formas de sucção da riqueza produzida localmente. O que queremos destacar é que a forma *dependente* do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e Caribe está relacionada com esse processo prévio de dominação colonial e escravista, porque forjou um poder que bloqueou qualquer desenvolvimento autônomo. Inclusive, a dinamização das relações capitalistas no Brasil, principalmente após 1850, ocorreu através da imponente presença do capital inglês, que ocupou importantes setores da economia brasileira e foi um dos pilares para realizar a transição ao capitalismo dependente (MOURA, 1994).¹⁹

¹⁸ Celso Furtado utilizou a obra de E. J. Hamilton, intitulada “American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650” (Harvard University Press, 1934), como fonte para esses dados.

¹⁹ Esse aspecto será abordado com nível maior de profundidade no último capítulo desta tese.

Assim, mesmo com ritmos diferentes, não é possível dissociar a história da América Latina e do Caribe da história da Europa, mesmo

[...] que suas particularidades tendam a demonstrar outros processos dentro de um mesmo e gigante *modus operandi*. Terra e trabalho na Europa e na América Latina conformam a acumulação originária e posterior acumulação de capital em movimento desde a conquista. Suas formas e seus tempos podem ocorrer a *destempo*, mas o conteúdo é o mesmo: a transformação da terra em capital e do trabalho em fundamento da produção de valor. (TRASPADINI, 2016, p. 137).

A questão agrária na América Latina e no Caribe, e no Brasil em especial, ao ser aprisionada à lógica mercantil, irá ser constituída por *formas* diferenciadas para a terra e o trabalho, mas que obedeceram, e ainda obedecem, à mesma dinâmica geral da produção do valor. Por isso, a necessidade de realizar o estudo das determinações concretas que constituem a formação sócio-histórica brasileira e as suas transições, enquanto recurso analítico para compreendermos como a acumulação de capital opera em uma economia dependente como a brasileira e como a questão agrária é recrutada a participar deste processo, que, na nossa realidade, significa repor de forma estrutural as bases construídas a partir da invasão colonial.

Na sequência, iremos tratar sobre alguns elementos gerais que compõem a interpretação da dependência a partir da vertente marxista, bem como sobre algumas categorias que sintetizam a dinâmica *sui generis* que o capitalismo assumiu na nossa formação sócio-histórica.

2.2 DEPENDÊNCIA

A dependência, enquanto uma categoria processual e historicamente determinada, foi gestada ao longo do século XIX. É nesse período que ela começa a se colocar como chave analítica para compreendermos a forma que o capitalismo brasileiro assume. Ela explicita como as leis gerais que regulam o capitalismo operam na particularidade da formação sócio-histórica brasileira. Ao realizar essas mediações, estabelece um nível com maiores determinações concretas dessas leis, porém, inserindo fenômenos próprios, que assumem

[...] caráter de lei, como na superexploração da força de trabalho, na transferência de valor como intercambio desigual e na cisão do ciclo do capital, sob as quais as contradições do capitalismo se tornam mais agudas e a exploração se impõe de maneira brutal sobre a classe trabalhadora e a grande massa do povo (LUCE, 2018, p. 198).

É inerente à reprodução do capitalismo em escala ampliada, que necessite estabelecer relações desiguais entre as nações, que se aprofunda conforme a centralização e concentração

de capital se acentuam. Por isso, a dependência está intimamente vinculada à transição da fase concorrencial do capitalismo para a fase monopolista, tendo a constituição do Imperialismo como seu estágio superior (LENIN, 2012), o que implicará a elevação da acumulação capitalista em outras escalas, tanto nas mudanças na composição do capital, quanto nas guerras abertas contra os povos não europeus para dominá-los e partilhar as suas riquezas entre as nações dominantes. É a partir dessas relações que o desenvolvimento das econômicas centrais foi sustentado através do subdesenvolvimento das economias periféricas, não se caracterizando pela falta de capitalismo, mas sendo a própria forma particular como ele se *particulariza* na América Latina e no Caribe. As explicações que visam tratar que tivemos uma falta de capitalismo, ou que não adotamos as políticas econômicas corretas para atingir o nível das economias centrais, não conseguem captar essa dinâmica contraditória, que é central para a sua reprodução em escala global. O intelectual brasileiro Ruy Mauro Marini – um dos fundadores da Teoria Marxista da Dependência, que se debruçou sobre o estudo das formações econômicas da América Latina e do Caribe, visando expor as teias constitutivas da dependência – refere que a dependência pode ser “entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2011, p. 134-135). É esse nexos causal que é importante evidenciar, onde o subdesenvolvimento e o desenvolvimento representam face do mesmo movimento geral. Tal como sustenta Gunder Frank, um dos mais importantes teóricos da dependência,

[...] el subdesarrollo no es debido a la supervivencia de instituciones arcaicas o la existencia de falta de capital en las regiones que se han mantenido aisladas del torrente de la historia del mundo. Por el contrario, el subdesarrollo ha sido y es aún generado por el mismo proceso histórico que genera también el desarrollo económico: el desarrollo del propio capitalismo (GUNDER FRANK, 1967, p. 165).

A dependência capta justamente esse duplo processo, que, interligado, representa a própria forma como o capitalismo se reproduz. A síntese desse processo é a constituição de um capitalismo diferenciado em sua formação sócio-histórica, comparado ao que ocorreu nos países centrais, e justamente por essa diferença, que se instala na América Latina e no Caribe uma desigualdade estrutural nas relações econômicas e políticas que serão estabelecidas no desenvolvimento histórico entre essas nações. Enquanto um dos elos dessa subordinação em escala mundial, tem-se a constituição de uma burguesia agrária e industrial historicamente associada e subordinada ao interesse do capital internacional, com poucos momentos de autonomia. Justamente pelo caráter dependente estabelecido das economias latino-americanas

que o capitalismo nos países centrais conseguiu dar o salto qualitativo no seu desenvolvimento industrial.

O que se está sublinhando é a existência de duas realidades distintas no âmbito do capitalismo, embora muito vinculadas (não são dois momentos de produção, mas o modo de produção capitalista articulado enquanto economia mundial), que também expressam por sua vez duas realidades contraditoriamente integradas de formações econômico-sociais, as quais influem e se veem afetadas de modo diferenciado na totalidade que é a economia mundial (LUCE, 2018, p. 30-31).

Esse modo diferenciado entre as diferentes formações econômico-sociais, como foi dito anteriormente, gerou uma relação de desigualdade entre os países desenvolvidos e os países subdesenvolvidos, o que possui repercussões internas nas economias nacionais latino-americanas e na forma como estas irão participar no mercado mundial. Essas repercussões significam, devido à estrutural transferência de valor, que o trabalho estranhado nas nossas economias irá intensificar ou agudizar o caráter da exploração da força de trabalho, tendo sua particular manifestação na superexploração como mecanismo fundamental para a acumulação capitalista na economia dependente brasileira.

Se entendemos a dependência como uma categoria processual e que foi sendo gestada ao longo do devir histórico, é necessário apontar as tessituras que costuraram essa relação de subordinação. Como refere Marini (2011, p.143), “não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas” (MARINI, 2011, p. 143). Essa debilidade não foi mero acaso ou uma incapacidade das nações latino-americanas de seguirem outra forma de desenvolvimento. Ao contrário, é produto de séculos de exploração e dominação colonialista, que foi estruturando essa desigual relação entre as nações quando de suas independências durante o século XIX. Nesse sentido, a relação entre as nações foi forjada pela violência, pela imposição de uma sociabilidade estranha e antagônica à organização das sociedades que aqui viviam. Esse caráter, muitas vezes, passa despercebido aos olhos dos teóricos burgueses, onde argumentam sobre a incapacidade das economias latino-americanas em adotar as medidas corretas para superar essas condições de atraso. Essas medidas têm como parâmetro a *forma de desenvolvimento* da Europa, onde os países atrasados, para entrarem na era moderna, devem seguir os passos e as orientações dos países desenvolvidos. Porém, o que ocorre é que os teóricos burgueses acabam produzindo um esquecimento/apagamento intencional da história que foi a invasão colonial, parecendo que chegaram ao estágio de desenvolvimento por vias próprias, como se o ouro e a prata das minas latino-americanas, lavados com o sangue dos povos originários e dos povos

africanos escravizados, não tivessem servido como alavanca para chegar a tal estágio. Ou seja, apagam a acumulação primitiva e o papel crucial da América Latina e do Caribe na pré-história do capitalismo. Esse “esquecimento” oculta uma série de violências, assassinatos, torturas, extermínio de povos e de sua cultura, para que as riquezas fossem extraídas e enviadas para as metrópoles europeias, para lá se tornarem capital.

Sobre a reflexão de Marini (2011), referindo que as nações industriais abusam das economias não industriais por serem débeis, Agustín Cueva (1983) expressa sua concordância, mas, ao mesmo tempo, refere-se à condição de que ela seja “dialetrizada e precisada”. Assim, nos termos do cientista social polemizador com as teses de Marini, dois elementos precisam ser considerados, devido à condição acima mencionada. Primeiro,

[...] para não perder de vista a essência do subdesenvolvimento, que não é outra coisa senão o resultado de um processo no qual as burguesias dos estados mais poderosos abusam das nações economicamente débeis, aproveitando exatamente essa condição, uma vez que esses abusos perpetuam e até aprofundam tal debilidade, reproduzindo em escala ampliada, ainda que em modalidades variantes, os mecanismos básicos de exploração e dominação (CUEVA, 1983, p. 23).

Segundo,

[...] com o fim de determinar em que se consistiu essa debilidade inicial – que em nosso caso se identifica com a “herança colonial” – e a configuração que a partir dela foram adquirindo as novas nações em sua primeira etapa de vida independente. Pois é claro que a plena incorporação da América Latina ao sistema capitalista mundial, quando este alcança seu estágio imperialista no último terço do século XIX, *não ocorre a partir de um vazio*, e sim sobre a base de uma matriz econômico-social preexistente, ela mesma moldada em estreita conexão com o capitalismo europeu e norte-americano em sua fase protoimperialista” (CUEVA, 1983, p. 23, grifos nosso).

Quando pensamos na gênese da relação entre questão agrária e questão social em uma economia dependente, é inerente que um dos seus elementos centrais seja justamente o divórcio entre a terra e o trabalho que o colonialismo impôs. É esse fato, o aprisionamento mercantil da questão agrária, que consolida as bases fundamentais para o futuro desenvolvimento do capitalismo. Não foi um processo gestado a partir das contradições internas dos modos de produção originários, mas trazido de forma externa pela invasão europeia. O que foi produzindo uma acumulação de riquezas em um polo de forma significativa, enquanto, do outro lado, produziu-se miséria, destruição, genocídios, escravidão. Nesse contexto, está a processualidade histórica da debilidade das economias latino-americanas, que possibilitou, ao mesmo tempo, alavancar o poder hegemônico das nações imperialistas ao fim do século XIX, perpetuando sua

hegemonia justamente na reprodução da exploração, e o saqueio e a captura das riquezas produzidas nas nossas economias.

Ao longo do século XIX, os diferentes e desiguais níveis de produtividade do trabalho se constituem e se aprofundam entre os novos países, criados no contexto das lutas pelas independências, e as potências europeias, principalmente a favor da Inglaterra como centro industrial deste período. Esses níveis diferentes e desiguais são importantes como ponto de partida para que se possa compreender por que algumas economias serão desenvolvidas e outras subdesenvolvidas. Demonstrando serem dimensões da mesma totalidade, que é o capitalismo.

Quando Jaime Osório (2016) questiona “quais os motivos para que as economias independentes no século XIX iniciarem as relações desde pontos de partida muito diferentes em matéria de produtividade” (p. 497), remete-nos justamente aos séculos de saqueio de nossas riquezas através dos modos de produção impostos pelo colonialismo, que na transição ao capitalismo dependente, longe de serem dissolvidas, foram mantidas, sob novas roupagens. Salientamos esse ponto no intuito de evitar a naturalização desses processos, podendo dar margem a interpretações de que as nações de capitalismo dependente, por não adotarem determinadas “receitas”, tiveram como resultado inevitável o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, bastando somente uma mudança na rota para que se chegasse ao porto das nações desenvolvidas. Por estarem fadadas ao subdesenvolvimento, à desorganização, seria necessária a tutela estrangeira, dos povos “civilizados”, para que pudessem sair de tal estágio primitivo.

O fato do capitalismo necessitar extrair valor por meios econômicos e não políticos não pode levar a que a história e os processos prévios [de] apropriação de riquezas por meios políticos entre impérios e colônias – que permitiram que emergissem economias industriais e economias agro-mineiras – sejam apresentados como um assunto insignificante, um mero antecedente, porque *para a história subsequente não se trata de um detalhe irrelevante* (OSÓRIO, 2016, p. 498).

Por isso, entendemos da importância de recuperar criticamente o que foi o colonialismo e os modos de produção colocados em marcha para o saqueio das riquezas e a desumanização dos povos indígenas e africanos. Significa a possibilidade de estabelecermos as mediações entre o passado e presente e como essa articulação conforma o que vivemos hoje, recuperar as raízes da dependência e da debilidade das economias latino-americanas, mas, ao mesmo tempo, tratando de traçar as diferenças destes dois momentos. Reafirma-se, dependência e a “situação”

colonial não são a mesma coisa.²⁰ “Ainda que se dê uma continuidade entre ambas, não são homogêneas; [...] a dificuldade da análise teórica está precisamente em captar essa originalidade e, sobretudo, em discernir o momento em que a originalidade implica mudança de qualidade” (MARINI, 2011, p. 135). Nesse último ponto, está a centralidade do estudo das relações sociais fundamentais que sustentam as formações sócio-históricas, como a terra e o trabalho tiveram sua dinâmica condicionada na produção capitalista. Sobre o aspecto das raízes da dependência, e como elas condicionam o surgimento do novo, a reflexão realizada por Traspadini (2016) é central para compreendermos a relação entre esses dois momentos e como condicionam a questão agrária aqui na América Latina e no Caribe

[...] a dependência não se demarca no período colonial. Mas os traços que a dão vida sim. A cooperação antagônica entre colônia-metrópole define a terra e o trabalho vinculado a ela como as sementes orgânicas da germinação enraizadora do capital no continente. O trabalho e a terra, independentemente do nível de cativo no qual estejam encerrados no contexto colonial, não conformam, no período do enraizamento, a produção de valor assentada na superexploração da força de trabalho e na produção mercantil majoritária na posse da terra. No momento em que ocorre o giro hegemônico do capital industrial na Europa, século XIX, a nova condição de produção de valor atrelada à técnica e ao trabalho especializado, redefine o sentido da terra e do trabalho na América Latina e a dependência brota das raízes do período colonial, como um novo momento da divisão internacional do trabalho. Como toda raiz, o novo apresentado pela planta/árvore, encarna o velho e reforça nos frutos a continuidade histórica de uma genética que ao longo do desenvolvimento expõe novos mecanismos de exploração e espoliação (TRASPADINI, 2016, p. 131).

Na Europa, ou pelo menos em parte da Inglaterra, a questão agrária é constituída a partir da exploração do trabalho assalariado, como resultado da expropriação praticada contra os camponeses, onde lhes impuseram a condição de ser mão de obra disponível para a indústria. No Brasil, especificamente, a forma-conteúdo da questão agrária, na produção global de mercadorias, manifestou-se através da expansão da privatização da terra e do monopólio privado sobre ela. Esse processo se dá sobre a base da continuidade das relações escravistas, em contexto que a economia brasileira se insere no sistema mundial capitalista como exportadora de bens agrícolas (MOURA, 1994; SOUZA, 2020). Como refere Marini, ao analisar os mecanismos de extração e apropriação de trabalho excedente, “não implica o suposto de que a economia exportadora latino-americana se baseia já na produção capitalista” (MARINI, 2011, p. 148). Como se pode observar através da análise concreta, a reprodução das relações sociais não capitalistas, como a servidão e a escravidão, demonstra o caráter particular desse processo. Foi a base inicial sobre qual a América Latina e o Caribe se inseriram na divisão

²⁰ Para Marini, a debilidade do trabalho de Gunder Frank reside em identificar a situação colonial e a situação da dependência como a mesma coisa.

internacional do trabalho, mas que também assumiu ao longo do desenrolar histórico o status de pressuposto para a acumulação de capital, mesmo que de forma velada, onde se intensificam os mecanismos próprios de extração de mais-valia, ou seja, agudiza a superexploração da força de trabalho e o monopólio privado da terra. Internamente, o capital estrangeiro irá condicionar esse caráter geral e conduzirá, juntamente com a oligarquia agrária, a consolidação da via dependente do capitalismo a partir do ano de 1889. Esse processo ocorre quando o capitalismo já estava em sua fase imperialista, o que condiciona ainda mais a dinâmica interna da economia brasileira às necessidades de reprodução global do capital.

A terra como monopólio garantiu o abastecimento dos requisitos físicos para a transição da subsunção formal à subsunção real do trabalho ao capital nos países centrais, além disso, internamente, fez uma massa de homens e mulheres ficarem sem terras e, com isso, podendo circular “livremente” como força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo em sua face dependente. Por isso, a questão agrária, como síntese de múltiplos processos pelo domínio e hegemonia do que se entende por terra e trabalho ao longo da história é permeada por conflitos dos mais diversos entre as classes sociais em disputa. Essas disputas na América a partir do século XVI conformam na vitória dos grandes proprietários de terras, que deram a direção política-ideológica no processo de formação do Estado nacional. Esse processo gerou um aparato político e ideológico que identificou os inimigos da nação e do Estado em formação. Assim, o latifúndio é estruturante no contexto do capitalismo dependente, e no processo global da produção do valor. A terra concentrada e a superexploração da força de trabalho na América Latina e no Caribe potencializaram a acumulação de capital nas economias centrais, ao mesmo tempo em que, nas economias dependentes, geraram uma particular forma de desenvolvimento do capitalismo.

É a partir dessa base que as nações independentes se inserem na *economia mundial capitalista* como produtoras de mercadorias, porém, em um contexto em que os níveis desiguais de produtividade já possuem demarcações bem definidas, como já dissemos. Algumas nações produzem bens industriais, com a exploração da força de trabalho visando o aumento da sua produtividade, predominantemente através da mais-valia relativa, com importante presença do capital constante, fazendo elevar-se a composição orgânica do capital; outras produzem bens primários (matérias-primas e alimentos), onde a exploração da força de trabalho será predominantemente por meio da mais-valia absoluta, fazendo a presença do capital constante ser menor, logo, também a sua composição orgânica do capital. A América Latina e o Caribe caracterizam-se nesse último caso.

Esse debate da supremacia da mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta realizada nos países centrais, principalmente na Inglaterra, foi abordado por Marx no Livro I de “O Capital” e no Capítulo VI (Inédito). Nessa última obra, especificamente, são apresentadas duas categorias importantes que expõem esse processo e que possibilitam que sejam construídas mediações importantes para a análise do desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Caribe, sendo elas: a subsunção formal do trabalho ao capital e a subsunção real do trabalho ao capital. A primeira refere-se da seguinte maneira:

[...] denomino *subsunción formal del trabajo en el capital* a la forma que se funda en el plusvalor absoluto, puesto que sólo se diferencia *formalmente* de los modos de producción anteriores sobre cuya base surge (o es introducida) directamente, sea que el productor (*producer*) actúe como empleador de sí mismo (*self-employing*), sea que el productor directo deba proporcionar plus-trabajo a otros (MARX, 1974, p. 60-61).

É a subordinação das formas sociais anteriores ao processo de produção capitalista, submetendo-as ao aumento da jornada de trabalho para que produzam excedente. É um processo que engloba outras relações sociais de produção, por ser um processo de transição ao modo de produção *especificamente* capitalista, conserva o contato presente entre o novo e o velho na produção de mercadorias. Já a subsunção real do trabalho ao capital, tem como

[...] la característica general de la *subsunción formal* sigue siendo la directa *subordinación del proceso laboral* – cualquiera que sea, tecnológicamente hablando, la forma en que se le lleve a cabo – *al capital*. Sobre esta base, empero, se alza un *modo de producción* no sólo tecnológicamente *específico que metamorfosea la naturaleza real del proceso de trabajo y condiciones reales: el modo de producción*. Tan sólo cuando éste entra en escena se opera la *subsunción real del trabajo en el capital* (MARX, 1974, p. 72).

Aqui significa um momento específico do desenvolvimento do modo de produção capitalista em relação aos anteriores, onde a exploração da força de trabalho pela mais-valia absoluta, enquanto ponto de partida, tem a supremacia da mais-valia relativa, onde o aumento da produtividade do trabalho é marcante, fazendo a massa de mercadorias produzidas alcançar escalas inéditas da história humana. Esse processo gerou uma demanda sempre crescente pelos requisitos físicos, pelos alimentos e pelas matérias-primas, para que tal mudança se efetivasse, e, assim, fosse ampliada a importância da América Latina e do Caribe na exportação de mercadorias. O que acentua internamente, nas economias latino-americanas, o caráter agrário-mineiro-exportador, onde as mercadorias produzidas têm como foco serem vendidas fora do circuito da economia doméstica. O que gera uma cisão entre produção e consumo, ponto que aprofundaremos nas próximas páginas.

É preciso assinalar que esse processo não foi homogêneo em escala mundial, em certos territórios, essa transição realizou-se de forma plenamente desenvolvida (Inglaterra e EUA por exemplo), em outros, não se generalizou no conjunto da economia (América Latina e Caribe). Nesse sentido cabe destacar o papel que a América Latina e o Caribe desempenharam para que, nos países centrais, essa transição se realizasse, ao mesmo tempo em que gerava, em seus territórios, resultados contrários. Papel especificamente da questão agrária, que terá acentuado aquele caráter que mencionamos anteriormente, onde, conforme a acumulação de capital exigia escalas cada vez mais ampliadas, a tendência histórica é acentuar o monopólio sobre a terra, os conflitos agrários, as desigualdades sociais.

Afinal, “a criação da grande indústria moderna seria fortemente obstaculizada se não houvesse contado com os países dependentes e tido que se realizar sobre uma base estritamente nacional” (MARINI, 2011, p. 136). Significa que a reprodução da dependência foi vital para o desenvolvimento industrial e para a conformação das relações desiguais entre as nações formalmente dependentes. É nesse sentido que entendemos a contribuição das categorias subsunção formal e subsunção real como opera essas relações de aliança-subordinação entre as nações, afinal, elas são “inerentes ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, dão substância à cooperação antagônica entre colônia e metrópole, origem do movimento dialético entre desenvolvimento-subdesenvolvimento” (TRASPADINI, 2016, p. 160). Ou seja, é a partir desse duplo movimento, articulado em uma só unidade, que a realização da lei do valor ocorre e, com isso, gerando processos particulares conectados à dinâmica geral.

O que importa considerar aqui é que as funções que cumpre a América Latina na economia capitalista mundial transcendem a mera resposta aos requisitos físicos induzidos pela acumulação nos países industriais. Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 138).

A inserção da América Latina e do Caribe no circuito mercantil e dos seus bens primários consumidos nos centros econômicos, tem a função de atenuar as contradições da acumulação capitalista. Desse processo resulta que o aumento da extração de sobretrabalho via mais-valia relativa aumenta o capital constante em relação ao capital variável, assim, gerando o aumento na composição orgânica do capital. Esse processo faz, contraditoriamente, ter-se um aumento na mais-valia relativa e uma queda na taxa de lucro, pois, ela

[...] não pode ser fixada apenas em relação ao capital variável, mas sobre o total do capital adiantado no processo de produção, isto é, salários, instalações, maquinário, matérias-primas etc., o resultado do aumento da mais-valia tende a ser – sempre que implique, ainda que seja em termos relativos, uma elevação simultânea do valor do capital constante empregado para produzi-la – uma queda da taxa de lucro (MARINI, 2011, p. 141).

Dessa forma, a economia latino-americana contribui para que as economias centrais consigam resolver ou amenizar essa contradição da acumulação capitalista. Ao mesmo tempo em que possibilita que ocorra a desvalorização do valor da força de trabalho através do ingresso de alimentos baratos vindos da América Latina e do Caribe e, com isso, aumentando a taxa de mais-valia; também contribuiu para reduzir o valor do capital constante, o que faz aumentar a taxa de lucro. É esse o papel que a América Latina e o Caribe cumprem na produção e na reprodução do capital, porém, em seu território, agudiza as contradições próprias do capitalismo dependente, onde, devido à sua relação com os países centrais de forma subordinada, reproduz e aprofunda a dependência e a sucção contínua do mais-valor produzido na região em direção aos grandes centros.²¹ Assim, devido aos processos históricos²² onde se construiu os níveis diferentes e desiguais, as trocas que ocorrem entre as nações centrais e as nações dependentes têm como resultado a *transferência de valor como intercâmbio desigual* em direção às primeiras, onde conseguem absorver uma quantidade maior de riqueza do que realmente produziram.

Quando pensamos no *quantum* de valor produzido e apropriada por uma economia comparativamente à média do trabalho universal, comparece em cena o conceito de preço de produção. As economias mais produtivas, pelas próprias leis da concorrência, não veem obrigadas a reduzir o preço de venda de suas mercadorias até o limite de seu valor, porque produzem abaixo do preço de produção e contam, portanto, com a capacidade de se apropriar de somas de valor superiores àqueles que geraram efetivamente elas mesmas. E na esfera da distribuição, logram apropriar-se de maior *quantum* de riquezas. Estamos diante da *não-identidade* entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado *ou transferência de valor como intercâmbio desigual* (LUCE, 2018, p. 35-36).

Teoricamente, as trocas se dão entre equivalentes, porém, na prática, principalmente quando se opera relações comerciais entre ramos diferentes, bens industriais e bens primários, a tendência é que essas trocas burlem a lei do valor (MARINI, 2011). As burguesias nacionais na impossibilidade de conter essas perdas que sofrem na circulação, buscam mecanismos internos para contra-arrestar essa tendência, através da maior exploração da força trabalho, o

²¹ Marini, ao utilizar como referência os dados que Celso Furtado utiliza em seu livro “A economia latino-americana”, identifica que nas trocas comerciais os preços dos bens primários exportados pela América Latina e Caribe foram tendo uma depreciação, onde, entre 1821-1830 e 1841-1850, teve-se uma queda de 40%.

²² Os próximos capítulos se debruçaram sobre tal processo.

que, na América Latina e no Caribe, manifesta-se na *superexploração da força de trabalho*. Esse mecanismo é estrutural ao desenvolvimento do capitalismo como forma de atenuar a transferência de valor e, ao mesmo tempo, garantir a remuneração das burguesias nacionais. Os mecanismos em que opera a superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente podem ser descritos da seguinte forma:

O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. O mesmo se poderia dizer da prolongação da jornada de trabalho, isto é, do aumento da mais-valia absoluta na sua forma clássica; diferentemente do primeiro, trata-se aqui de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para o seu próprio consumo. Deve-se assinalar, finalmente, um terceiro procedimento, que consiste em reduzir o consumo do operário mais além do seu limite normal, pelo qual “o fundo necessário de consumo do operário se converte de fato, dentro de certos limites, em um fundo de acumulação de capital”, implicando assim em um modo específico de aumentar o tempo de trabalho excedente (MARINI, 2011, p. 147-148).

A tendência com a inserção das economias latino-americanas no mercado mundial é que agrava esse cenário, tendo em vista a busca por maximizar a remuneração das burguesias nacionais. O nível desigual de desenvolvimento das forças produtivas e o intercâmbio desigual, fez a transição ao capitalismo dependente ter como força motriz a superexploração da força de trabalho como mecanismo central e como seu fundamento. Todo esse contexto “é condizente com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia latino-americana, mas também com os tipos de atividades que ali se realizam” (MARINI, 2011, p. 149). Conforme sustenta Jaime Osório,

[...] o tipo de valores de uso produzidos exige níveis baixos de desenvolvimento das forças produtivas, se comparados com a ebulição que tem lugar no mundo industrial. O crescimento dos bens exportados se sustenta fundamentalmente, na extensão das jornadas de trabalho, na multiplicação do número de braços dedicados à produção e, mais tarde, quando se necessita infraestrutura mais complexa (como ferroviárias, frigoríficas e ferramentas diversas) esta será adquirida no mundo industrial (OSÓRIO, 2016, p. 502).

A dinâmica que assume a economia latino-americana como exportadora de bens primários gera a desvinculação da realização dessa produção no mercado interno, ou seja, gera-se a *cisão entre produção e consumo*. A baixa remuneração da força de trabalho, faz o mercado doméstico se desenvolver muito lentamente e em escala restrita, não havendo uma relação de associação entre produção e consumo, diferente do que ocorreu e ocorre nas economias centrais.

Esse traço é uma marca estrutural do capitalismo dependente, onde a análise da formação sócio-histórica evidencia a vivacidade dessa dinâmica mesmo com a industrialização.

2.3 QUESTÃO SOCIAL

A questão social é um conceito polissêmico e em disputa, existindo diferentes matrizes teóricas que analisam a sua constituição. Diante desse fato e para que se compreenda as raízes dos processos que a estruturaram, entendemos que a economia política marxista é a mais adequada para avançarmos para além da aparência, trazendo à tona as suas raízes formadoras. A partir do pensamento marxista, o Serviço Social produziu um giro metodológico central na história da profissão, através do movimento de reconceituação latino-americano nos anos 1960, expresso no Brasil no movimento de renovação, onde se inicia um processo de rompimento com o conservadorismo que orientou as suas origens. Elabora-se um acúmulo de reflexões, principalmente a partir do amadurecimento da vertente de intenção de ruptura, compreendendo de forma crítica o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O que também refletiu na leitura que se fazia da questão social, distanciando-se de orientações moralizadoras e que naturalizam a sua constituição.

Ao aproximar-se de forma bem-sucedida da crítica da economia política marxista, enquanto ferramenta teórica para reformular a compreensão sobre a questão social, compreende-se a mesma como produto inerente da acumulação capitalista (IAMAMOTO, 2001; IAMAMOTO, 2005; NETTO, 2011). Ou seja, ela é produzida socialmente, é inerente à própria sociabilidade do capital. Produzir riqueza na mesma proporção que produz desigualdades sociais, pobreza, desemprego, fome é condição, pressuposto para a acumulação do capital. Dinâmica que se sustenta a partir da exploração da força de trabalho e da capacidade de apropriar-se de trabalho não pago, tornando-se um dos centros dos conflitos entre as classes sociais.

Partimos desse acúmulo que a profissão produziu ao longo dos últimos anos para compreendermos a estrutura e a dinâmica da questão social na sociedade capitalista de forma geral, para que possamos tecer mediações de como esse processo se particularizou na formação sócio-histórica brasileira. Nesse contexto, a questão agrária é uma das mediações necessárias para que possamos captar a forma concreta como o capital opera na formação sócio-histórica brasileira, enquanto elemento constitutivo da acumulação de capital; e sua relação com a totalidade da reprodução do sistema mundial capitalista. Colocar essas mediações no campo de

análise, no nosso entendimento, fornece elementos para compreendermos o sentido particular da questão social na realidade brasileira.

Quando nos propomos a tecer os elementos que elucidam a gênese da relação entre a questão agrária e a questão social na formação sócio-histórica brasileira, buscamos dar ênfase para uma análise com maiores níveis de determinações concretas. A necessidade de transitarmos de um nível de análise mais abstrato para o nível com maior concreticidade conforme já foi salientado por importantes intelectuais do Serviço Social, como Iamamoto (2001) e Netto (2011), como precursores no estudo da questão social a partir do marxismo. Atualmente, importantes autores e autoras têm caminhado nesse mesmo sentido, onde podemos citar Souza e Teles (2021); Santos (2012); Lara e Maranhão (2019), Pastorini (2004), entre outras/os. Na sequência, iremos tecer algumas reflexões acerca das contradições da acumulação capitalista enquanto recurso analítico para compreendermos as raízes formadoras da questão social.

O processo de produção de forma geral, independentemente das formas históricas que assume, tem de recolocar continuamente os pressupostos que o sustentaram, percorrendo os variados momentos que o compõem. Como escreve Marx (2013, p. 641): “portanto, considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo contínuo de sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução”. É inerente que o resultado desse processo, ou seja, os produtos, sejam reconvertidos em meios de produção para servirem de suporte material a integrarem o novo processo de produção.

Na forma capitalista, esse processo tem como objetivo produzir e reproduzir as condições que garantem a sua sustentação. Se a produção é capitalista, a sua reprodução também será. Se “no modo de produção capitalista o processo de trabalho aparece apenas como um meio para o processo de valorização, também a reprodução aparece tão somente como um meio de reproduzir como capital o valor adiantado” (MARX, 2013, p. 641). É necessário, de forma geral, que os meios de produção, incluindo a terra, sejam retirados do controle dos(as) trabalhadores(as). A subordinação destes aos ditames do capital garante a força viva que fará o capital se valorizar, expandir-se. Por isso é essencial deixar o trabalho separado do seu “laboratório natural” (MARX, 2011), obrigando os(as) trabalhadores(as) a comparecerem, como única forma de sobrevivência, no mercado para vender a sua mercadoria, a sua força de trabalho. O papel da acumulação primitiva foi justamente forjar, pela violência, esses pressupostos para o desenvolvimento do capitalismo. “Assim, o processo capitalista de produção, considerando o seu conjunto ou como processo de reprodução, produz não apenas

mercadorias, não apenas mais-valor, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista, do outro, o trabalhador assalariado” (MARX, 2013, p. 653).

Na circulação, aparecem capitalista e trabalhadores como sujeitos livres e juridicamente iguais, que, a princípio, realizam trocas de mercadorias por seus equivalentes. Em realidade, já nesse momento, o capital já tem em suas mãos trabalho não pago expresso em dinheiro, que irá servir de mediação para comprar meios de produção e força de trabalho, que é resultado de um processo anterior de apropriação da mais-valia produzida pelos(as) trabalhadores(as) em favor do capitalista.

Nesse sentido, é preciso ser reposta continuamente na esfera da circulação as mercadorias necessárias para o início do novo ciclo. O capitalista, ao comprar meios de produção e a força de trabalho, coloca-os em movimento, onde a força viva dos(das) trabalhadores(as) irá produzir um valor além daquele necessário para a sua própria reprodução. Feito isso, garante a possibilidade de o capitalista captar esse valor excedente e, com isso, convertê-lo em capital para dar início novamente ao ciclo de valorização do valor.

Para acumular, é necessário transformar uma parte do mais-produto em capital. Sem fazer milagres, só podemos transformar em capital aquilo que é utilizável no processo de trabalho, isto é, os meios de produção e, além deles, aquilo com que o trabalhador pode sustentar-se, isto é, os meios de subsistência (MARX, 2013, p. 656).

No capitalismo, além da simples repetição do processo, ocorre a sua reprodução em escala ampliada. “Concretamente considerada, a acumulação não é mais do que a reprodução do capital em escala progressiva” (MARX, 2013, p. 657). O que irá requerer um volume maior de meios de produção e de trabalhadores,²³ despojados do controle direto sobre as condições materiais de sua existência para serem submetidos ao processo de trabalho, que se torna meio para o processo de valorização do capital. Essa escala progressiva da acumulação capitalista irá devastar e/ou subordinar outras formas econômicas, nações e trabalhadores(as), para que a valorização do capital seja desenvolvida sem interrupções. Nunca é demais lembrar que não é um processo pacífico, sendo característica a violência, guerras, assassinatos, genocídios, memoricídio (BAÉZ, 2010).

²³ Neste ponto, tal como expusemos anteriormente, que a acumulação primitiva foi decisiva para construir as bases fundantes do capital, ou seja, o divórcio entre os meios de produção e a força de trabalho. A violência do colonialismo inseriu pela força a América Latina e O Caribe na história pretérita do capital. Durante o século XIX, a América Latina e o Caribe cumpriram outro papel decisivo para o desenvolvimento do capitalismo: as transformações internas na Europa, onde ocorreu o predomínio da acumulação capitalista através do aumento da produtividade do trabalho, com aumento do uso do maquinário na produção, fez aumentar a necessidade daqueles requisitos físicos para garantir a ampliação desse processo. Quem forneceu foi a América Latina e o Caribe e, para isso, o latifúndio, a monocultura, escravidão e servidão submetidos ao mercado externo foram essenciais.

Diante dessa ação destruidora, que tende a se ampliar como mecanismo próprio do movimento do capital e de sua tendência à concentração e centralização, a produção de riqueza sob a *forma capitalista* atinge níveis cada vez maiores, na mesma proporção que produz miséria, desigualdades, fome, desemprego, aprofundamento da violência, entre outras manifestações dessa contradição. A produção da riqueza e da pobreza, como momentos da mesma dinâmica do movimento do capital, fazem parte da própria dinâmica da acumulação capitalista, assumindo o caráter de lei geral.

É tendência, a partir do movimento ampliado da reprodução do capital, que esse processo altere a composição do capital no processo produtivo, onde se tem o crescimento do capital constante (meios de produção) em proporções maiores que o capital variável. Essa alteração tem profundas repercussões no destino da classe trabalhadora (MARX, 2013). Com maior capacidade produtiva do trabalho, seja pela sua intensificação, seja pelo uso das máquinas, tem como consequência a produção de uma população trabalhadora excedente, supérflua, para o processo de valorização do valor.

Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital (MARX, 2013, p. 720).

Quanto mais esse processo avança, necessário para a contínua expansão do capital, avança na mesma proporção a tragédia sobre os ombros de homens e mulheres, que despojados(as) dos meios de produção, devem ingressar no mercado para vender a sua capacidade de trabalhar em troca de um salário. A imposição do divórcio entre terra e trabalho, enquanto método sempre presente da acumulação primitiva, é condição para submeter povos inteiros ao processo de valorização do capital, ao mesmo tempo em que se torna um dos fundamentos para os níveis agudos da desigualdade social e dos conflitos que marcam a sociedade brasileira e latino-americana. Toda a riqueza produzida, a partir desses marcos, será apropriada privadamente pelo capital. Ou seja, o processo no qual os(as) trabalhadores(as) produzem a riqueza para o capital, se voltará contra eles(elas) como sofrimento, estranhamento.

Conforme se altera a composição do capital, intensifica-se a incerteza de ter acesso, mesmo como assalariado(a), aos meios de subsistência que mantêm a si e a sua família, onde fome, miséria, falta de habitação, entre outras manifestações, impõem-se de forma trágica no seu cotidiano. É resultado desse mesmo processo a constituição de um exército industrial de reserva ou de uma superpopulação relativa, que irá compor o estoque de trabalhadores que o

capital poderá submeter às suas necessidades de se autovalorizar. Essa *incerteza*, que é produzida materialmente pela própria forma como a lei geral da acumulação capitalista opera, torna-se potência econômica para submeter os trabalhadores e as trabalhadoras a ponto que agudizam o nível de exploração, com a tendência de impor salários que não garantem minimamente a sua reprodução física.

É próprio da dinâmica da acumulação capitalista a produção de um excedente de força de trabalho ao processo de valorização do capital, ao mesmo tempo em que busca mantê-la “em constante equilíbrio com o volume e o vigor da acumulação prende o trabalhador ao capital mais firmemente do que as correntes de Hefesto prendiam Promoteu ao rochedo. Ela ocasiona uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital” (MARX, 2013, p. 721). É nessa contradição que encontramos “a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Para o capital, esse conjunto de seres humanos disponíveis como força de trabalho cumprem funções importantes para a sua reprodução em escala global. Entre elas, podemos destacar:

a) dinamiza os ciclos de rotação do capital ($D - M - P... - M' - D'$) deixando à disponibilidade dos diversos investimentos e créditos capitalistas uma quantidade sempre renovável de força de trabalho; b) barateia o custo da força de trabalho, ao despejar continuamente no mercado uma grande quantidade de oferta dessa mercadoria; c) aumenta a produtividade através da intensificação da extração de mais-valia absoluta e relativa, fazendo com que os trabalhadores se autopolicem e trabalhem com mais constância. Além disso, o papel da superpopulação relativa na regulação e flutuação do preço da força de trabalho a transforma em um instrumento eficaz e necessário de ampliação da extração de mais-valia e na contenção dos efeitos da lei da queda tendencial da taxa de lucros (LARA, MARANHÃO, 2019, p. 43).

É justamente essa contradição entre riqueza e miséria que sustenta a sociedade capitalista, sendo continuamente reproduzida para a continuidade da acumulação capitalista. Como foi dito anteriormente, conforme avança a reprodução do capital em escala global, cada vez mais vai sendo recrutado nesse processo um maior volume de recursos naturais e de força de trabalho. Ou seja, cada vez mais a propriedade privada da terra e a intensificação da exploração tornam-se premissas fundamentais para sustentar a reprodução do capitalismo de forma geral, que, no capitalismo dependente, assume a expressão do latifúndio e da superexploração da força de trabalho como expressão particular dessa tendência geral.

Comprendermos os aspectos abstratos e concretos dessa lei é essencial para que possamos, através da análise, captar o seu movimento, a sua dinâmica. Caso contrário, “praticamente cancelamos a possibilidade de apreendermos essa verdadeira esfinge

denominada “questão social” (LARA, MARANHÃO, 2019, p. 38-39). É a partir da dinâmica da acumulação capitalista, que foi estudada em sua raiz por Marx, que podemos compreender a “anatomia da questão social” (NETTO, 2011).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capitalista. Sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A questão social é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2011, p. 157).

É importante demonstrar que a questão social não é um fenômeno conjuntural ou pertencente somente às sociedades em que o *capitalismo ainda não se desenvolveu plenamente*, estando em um suposto estágio “inferior” de desenvolvimento. Ela está ligada estruturalmente às relações sociais que constituem o próprio capitalismo de forma geral. Podendo ser apreendida, conforme a intelectual do Serviço Social precursora do debate da questão social a partir do marxismo,

[...] como o *conjunto das expressões* das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2005, p. 27).

Essa contradição se reproduz a partir da exploração da força de trabalho, onde gira os conflitos entre capital e trabalho, mas, como salienta José Paulo Netto (2011, p. 157), “a exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da ‘questão social’; na sua integralidade, longe de qualquer uniausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais etc.”. O autor convoca-nos a realizar a mediação do caráter geral da lei geral da acumulação capitalista com a determinação concreta que assume a partir das particularidades histórico-culturais e nacionais.

Ou seja, para explicar a “questão social” no Brasil, não basta identificar as categorias centrais ao modo de produção capitalista — a relação antagônica entre capital e trabalho, por exemplo — que compõem o nível da universalidade. Há que acrescentar a esse nível a singularidade dos componentes dessa sociedade enquanto formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (SANTOS, 2012, p. 433).

É nesse sentido, de capturar *as particularidades histórico-culturais e nacionais*, que a dependência surge como chave analítica central para captarmos esse caráter. Ela representa o

caráter desigual do desenvolvimento do capitalismo (MARINI, 2011; BAMBIRRA, 2020) e como esse processo irradia internamente nas estruturas socioeconômicas e política-jurídicas que reproduzem esse processo. As economias dependentes, devido aos seus traços sócio-históricos, darão *formas e ritmos* particulares à *acumulação capitalista*. Reproduzem essa lei geral, porém, dando uma maior riqueza em suas determinações. Afinal, quando afirmamos os aspectos gerais sobre onde se sustenta o capitalismo,

[...] não significa que a “questão social” no capitalismo é única e que se expressa de forma idêntica em todas as sociedades capitalistas e todos os momentos históricos. Pelo contrário, como já foi dito aqui, a “questão social” assume expressões particulares dependendo das peculiaridades específicas de cada formação social (nível de socialização da política, características históricas, formação econômica, estágios e estratégias do capitalismo) e da forma de inserção de cada país da ordem capitalista mundial” (PASTORINI, 2010, p. 115-116).

Nesse campo sobre o estudo do movimento concreto da acumulação capitalista, que Lara e Maranhão (2019) alertam sobre um importante desafio teórico que é o “entendimento de nossa formação sócio-histórica, e, para isso, temos como uma exigência primordial a retomada do debate sobre a acumulação primitiva como possível chave analítica para indicar os caminhos dos estudos sobre a “questão social” na realidade brasileira” (LARA, MARANHÃO, 2019, p. 45). A partir dela, compreendermos o papel que cumpriu os modos de produção escravistas/servis na América Latina e Caribe e que tipo de sociedades serviram de base ou de raiz para o surgimento do capitalismo, determinando a produção da “nossa” questão social.

Os três séculos de expropriação e pilhagem das riquezas naturais, saques e extermínios dos povos locais marcaram a ferro e fogo o futuro das nações e suas formas de reprodução social. O escravismo no Brasil, por exemplo, deixou heranças profundas na constituição da sociedade brasileira, que singulariza nossa formação social e cultural (LARA, MARANHÃO, 2019, p. 48).

Não sendo mero acaso o papel que ocupamos na divisão internacional do trabalho, tal como alerta Jaime Osório (2016), séculos de dominação colonial não foram um mero antecedente histórico, mas teceram os níveis desiguais da produtividade do trabalho, que, na corrida de capturar riquezas produzidas em escala global, as economias dependentes arrancaram em desvantagem. É nessa esteira da necessidade de considerar as *particularidades histórico-culturais e nacionais* que Souza e Teles (2021, p.47-48) apontam que a investigação deve seguir, para que se possa captar “as particulares contradições entre capital e trabalho em cada formação social, subordinada à dinâmica do valor”. Para além da racialização das relações

sociais na formação dependente (SOUZA, 2020; MOURA, 1994, MOURA, 2021), ressaltamos o papel que a questão agrária cumpre enquanto categoria analítica fundamental, ao explicitar

o histórico funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do capitalismo na América Latina. Assim, conforma a base estrutural da questão social aberta no Continente a partir do momento em que o processo de desenvolvimento originário dos povos pré-colombianos foi subsumido de forma violenta à própria gênese constitutiva do capital. Essa questão nos remete ao passado-presente do desenvolvimento dependente, próprio, do capitalismo latino-americano (TRASPADINI, 2016, p. 114).

Tendo em vista a reflexão acima, podemos inferir que o sentido que a questão agrária assumiu a partir da invasão colonial, de caráter mercantil, foi determinante na constituição da questão social a partir da transição ao capitalismo dependente. Estabelece-se uma relação dialética, conforme se impõe a necessidade da acumulação capitalista, em repor a questão agrária nos termos da lógica mercantil, impactando diretamente na dinâmica da questão social e nas suas manifestações no cotidiano da classe trabalhadora brasileira e latino-americana e caribenha. A questão agrária, como primeiro momento de estruturação da questão social na América Latina e no Caribe no marco do capitalismo dependente, ao explicitar as contradições da relação entre capital e trabalho, também irá redefinir “o sentido do urbano-industrial nas entranhas da formação sócio-histórica colonial em que a terra e o trabalho foram, gradativamente, moldados para satisfazer a mesma produção de sentido: transição do processo de trabalho ao processo de valorização” (TRASPADINI, 2016, p. 167).

Na dialética da transição entre o velho e o novo, a questão agrária cumpre a função dialógica de mediação entre o passado e o presente, não somente demonstrando aquilo que permanece bloqueando as transformações sociais na sociedade brasileira, mas também o que permanece resistindo, ou seja, a resistência popular ao avanço da violência do colonialismo e do capitalismo sobre as suas formas de compreender os sentidos de terra e trabalho. Ensina-nos que recuperar a história, ou as histórias, é dar outro sentido para os elementos constitutivos da luta de classes no Brasil, a partir de um ponto de vista antagônico ao das classes dominantes.

A compreensão da luta de classes, quando leva em conta esses aspectos, permite-nos recuperar que os processos de resistência à mercantilização da vida ocorrem desde o início da invasão colonial, onde, através da “práxis negra e indígena, na luta contra a estrutura exploradora e violenta do escravismo colonial, [se tem] o marco inaugural da luta de classes no Brasil” (SOUZA, TELES, 2021, p. 51). Mesmo que o caráter específico dessa luta tenha sido superado com a transição ao capitalismo dependente, essas contradições foram reelaboradas sob a égide do capital.

[...] isso porque a estrutura social do capitalismo dependente se deu pela recriação das condições fundadas pelo modo de produção que o antecedeu: a propriedade privada monopolista da terra, o sentido agrário-exportador da produção de riqueza e a definição racializada dos despossuídos e expropriados, que determinou a negros e a indígenas a condição majoritária de sem terras, sem tetos, sem empregos e sem direitos (SOUZA, TELES, 2021, p. 51).

O que demonstra o caráter particular desse processo e as bases sobre as quais o capitalismo é forjado, impactando na radicalidade de como a questão social se manifesta na sociedade brasileira. São bases que se tornam pressuposto para a reprodução do capitalismo dependente e, ao mesmo tempo, seu resultado. O controle sobre a terra e a negação do acesso às condições objetivas de existência para negros e indígenas, possibilitou a imposição da agudização da exploração dos trabalhadores. Ao garantir uma estrutura socioeconômica adequada aos seus interesses, pôde cristalizar seu poder no âmbito do Estado Nacional, utilizando os aparelhos político-ideológico e repressivo no sentido de reproduzir essa base material e controlar e/ou eliminar os inimigos da nação agrária-dependente. Afinal, em um contexto em que os desiguais níveis de produtividade do trabalho estavam estabelecidos, acarretando uma constante drenagem da riqueza produzida nacionalmente para fora, em favor das nações imperialistas, foi necessário impor a superexploração internamente como forma de remunerar as elites dominantes nativas. Devido à brutalidade desse processo, os conflitos e a resistência popular foram inevitáveis, onde a violência do Estado, sob controle da oligarquia agrária, impôs-se como mecanismo de controle e reprodução do capitalismo dependente. São marcas históricas que vão dando o conteúdo concreto de como a acumulação capitalista se constituiu e, sendo inerente à relação estabelecida entre capital e trabalho no capitalismo brasileiro a hierarquia racializada, o monopólio sobre a terra, como forma de extrair trabalho não pago, submetendo a economia brasileira a dinâmica externa, ou seja, das nações que controlavam o mercado mundial.

3 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E COLONIALISMO: A VIOLENTA SEMEADURA DO DIVÓRCIO ENTRE TERRA E TRABALHO (1492-1822)

Neste capítulo o objetivo foi discutir a invasão colonial na América Latina e no Caribe. Processo esse marcado pela dominação colonial europeia, construída através da imposição violenta de um sentido de terra e trabalho antagônico ao que os povos originários e africanos praticavam. O colonialismo forjou modos de produção para extraírem as riquezas aqui existentes ou produzidas e enviá-las para a Europa, produzindo uma violenta guerra contra as formas de viver que aqui existiam antes da invasão colonial. A estrutura deste capítulo está dividido em dois momentos: 1) discutiremos a modernidade e o colonialismo como seu fruto e 2) um breve incursão nos modos de produção que o colonialismo colocou em marcha para que a acumulação primitiva pudesse gerar os fundamentos para o desenvolvimento do capitalismo, tanto no centro como na periferia, e também, ao analisarmos o Brasil, evidencia-se que o capitalismo dependente não rompeu de forma definitiva com o colonialismo, mas o repõe sobre novas roupagens.

3.1 MODERNIDADE E COLONIALISMO

A origem da escravidão negra teve, em primeiro momento, uma razão econômica.

[...] as colônias precisavam de mão de obra e recorreram ao trabalho negro porque era o melhor e o mais barato. Não era uma teoria; era uma conclusão prática extraída da experiência pessoal do fazendeiro. Ele iria até a lua, se precisasse, para conseguir mão de obra. A África ficava mais perto do que a Lua, mais perto também do que as terras mais populosas da Índia e da China. Mas estas também teriam sua vez (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

A construção político-ideológica da necessidade civilizar os povos “primitivos” e a “hierarquia das raças” estava alicerçada materialmente na necessidade de organizar modos de produção, a partir da invasão colonial da América Latina e do Caribe, que produzissem mercadorias para serem enviadas a Europa e alimentar o mercado mundial em expansão. Na busca por potencializar os lucros, foi imposto ritmos agudos de exploração aos povos indígenas e negros, sendo que “um escravizado trabalhando na plantação, na colônia, chegava a ser até 130 vezes mais lucrativo para a Inglaterra do que um inglês trabalhando no próprio país (BENTO, 2022, p. 29). A brutalidade desse nível de exploração, fez com que a Europa fosse “responsável perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história”

(CESÁIRE, 2020, p. 26). Toda essa desumanização colocada em marcha pelo colonialismo foi essencial para a constituição do capitalismo, faz parte da pré-história do capital.

Os homens e mulheres que estabelecem uma relação com a terra e o trabalho como unidade indissociável, enquanto pressuposto ontológico de sua existência, baseada em relações sociais que não se sustentam na exploração do trabalho alheio, foram acusados(as) de ir contra a modernidade. Tornaram-se expressões de um passado que reluta em ajoelhar-se ao *moderno*. Ao se recusarem a extenuar a terra para além do seu limite natural, de envenená-la, em busca da maior produtividade, terão como resposta da *razão europeia* os variados métodos de violência contra seus corpos e modos de vida, ou seja, estupros, assassinatos, torturas.

Essa parte do passado incomoda as elites dominantes na era do capital, porque ao lembrar do horror praticado pelos seus antepassados, significaria desnudar como seu poder econômico, político e ideológico foi construído. Recuperar a memória da história da modernidade, do colonialismo, da escravidão, da questão agrária, significa expor as raízes sobre a qual brotou o capitalismo dependente. Significaria, para aqueles(as) que tiveram suas vozes silenciadas e o seu direito à memória negado, denunciar a estrutura social que sustenta as desigualdades que assolam o cotidiano dos trabalhadores e das trabalhadoras do Brasil e da América Latina e do Caribe.

A modernidade ao expurgar todo saber popular, concebido como místico, irracional e ligado ao tradicional, e colocar um caráter racional, terá como intuito produzir uma concepção única, universal, sobre a terra na produção material e espiritual. Com a incessante necessidade de reprodução do capital, todo avanço das forças produtivas teve como objetivo aumentar a produtividade do trabalho e na mudança do tempo da terra. A busca por manipular o tempo natural, que antes era ligada ao sol quando do sentido originário, agora é marcado pelo tempo do capital. E quanto mais rápido a sua rotação, mais a terra será extenuada e o trabalho superexplorado. E toda concepção que pense fora dessa lógica, será tratada como irracional, como manutenção da tradição, do passado, não tendo validade científica. A produção do conhecimento científico burguês foi subordinada a procurar formas para que o processo de valorização do capital pudesse ampliar-se. Novamente, é preciso sempre lembrar, não foi, e não é, um processo pacífico, mas brutal, a subordinação é pela imposição. Negar a diversidade é recurso teórico e prático. A práxis da violência capitalista não permite outras formas de produção. Ou as permite enquanto pode subordiná-las ao capital, caso contrário, o recurso é a eliminação epistêmica e física. E assim, define-se a morte de negros, indígenas, sem-terra, dirigentes de movimentos populares.

Sobre as origens da modernidade podemos situá-la em duas perspectivas.

A primeira associa a modernidade como um fenômeno estritamente europeu, de conteúdo eurocêntrico, provinciano, regional. Que teria se desenvolvido no contexto da luta contra o feudalismo, da tradição e de todo ou qualquer espécie de misticismo como recurso explicativo da realidade. Para sair deste estado de imaturidade do espírito, seria necessário emancipar-se “por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano. Este processo ocorreria na Europa, principalmente a partir do século XVIII” (DUSSEL, 2005, p. 20). Assim, a reforma e a Ilustração Alemã, a revolução francesa, a revolução industrial, surgem como elementos que explicam o ponto de partida da modernidade como fenômeno essencialmente europeu, não havendo necessidade de buscar fora deste território explicações para seu desenvolvimento (DUSSEL, 2005).

A segunda perspectiva considera que realmente é um fato europeu, “mas em relação dialética com o não-europeu como conteúdo último de tal fenômeno. A modernidade aparece quando a Europa se afirma como “centro” de uma história mundial que inaugura, e por isso, a “periferia” é parte de sua própria definição” (DUSSEL, 1993, p.7). E para se tornar “centro” da *história universal* foi essencial o domínio sobre os povos não-europeus. Assim, a modernidade, nasce

[...] quando a Europa pôde se confrontar com o seu “Outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir como um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da Alteridade constitutiva da própria modernidade. De qualquer maneira, esse Outro não foi “descoberto” como Outro, mas foi “en-coberto” como o “si-mesmo” que a Europa já era desde sempre” (DUSSEL, 1993, p. 8).

A Europa, antes do colonialismo, era uma região periférica do mundo muçulmano, não tendo grande importância econômica, ao contrário da Ásia e da África (DUSSEL, 1993). A partir de 1492 inicia a reversão deste quadro, onde os últimos “tornaram-se locais com problemas crônicos de pobreza. Essa reversão não é efeito apenas da extração dos recursos dessas regiões, mas também da destruição de estruturas econômicas e sociais tradicionais” (BENTO, 2022, p. 29). Sobre essa destruição, Cyril James, autor do livro *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos* publicado em 1938, explana a tragédia que foi a expansão européia:

No século XVI, a África Central era um território de paz e as suas civilizações eram felizes. Os comerciantes viajavam milhares de quilômetros de um lado ao outro do continente sem serem molestados. As guerras tribais, das quais os piratas europeus afirmavam libertar as pessoas, eram meros simulacros; uma grande batalha significava meia dúzia de homens mortos. Foi sobre um campesinato, em muitos aspectos superior ao dos servos em amplas áreas da Europa, que o comércio de escravos recaiu. A vida tribal foi destruída e milhões de africanos sem tribos foram jogados uns contra os outros” (JAMES, 2010, p. 21-22).

Esse **primeiro momento da modernidade (1492-1650)**, do “ego” descobridor, no contexto da expansão comercial mercantilista, é aberto pela Espanha²⁴ e por Portugal quando iniciam o processo colonial que forjou o início da dominação europeia sobre todo o território mundial. É onde se origina o martírio da América, e a abundância do “centro”. O que mais tarde é continuado e ampliado por Inglaterra, França e Holanda. Esse processo inicial e permanente de violência, geralmente desaparece na elaboração teórica da ciência burguesa, inclusive excluindo os impérios ibéricos e os primeiros 150 anos de “colonização” como parte da *história da modernidade*, atrelando-a ao passado feudal. Ou quando tratada, é pelo viés de um processo necessário, um meio para o avanço da civilização contra a barbárie. É onde as veias abertas da América Latina, parafraseando Eduardo Galeano, têm seu primeiro corte, tornando-se fundamento para o novo que viria séculos mais tarde. Este novo, o capitalismo, se alimenta justamente da permanência da desigualdade social, da exploração do trabalho alheio e da sucção de riqueza da “periferia” para o “centro”.

Se a modernidade possui um núcleo racional, ao mesmo tempo - quando analisada a partir do seu movimento histórico-concreto, quando o europeu entra em conflito com o não-europeu - opera um “processo irracional que se oculta a seus próprios olhos. Ou seja, por seu conteúdo secundário e negativo *mítico*, a “Modernidade” é justificativa de uma práxis irracional de violência” (DUSSEL, 2005, p. 30).

É nesse duplo aspecto da modernidade que devemos nos atentar, como meio para combater as falsificações produzidas pela ciência burguesa, que criam elaborações teóricas que escondem e/ou buscam justificar a tragédia produzida pela expansão europeia. Na narrativa oficial da história, as histórias dos invisibilizados(as) e silenciados(as) pela modernidade são escondidas. Nega-se o fato que o capital ganhou vida, porque indígenas, negros, foram submetidos ao trabalho compulsório nas minas, nas fazendas, nas plantações de cana-de-açúcar. Em síntese, “o que era ouro e prata na Europa, dinheiro do capital nascente, era morte e desolação na América” (DUSSEL, 1993, p. 53). Todo esse processo, quando pensado a partir

²⁴ A “Espanha passou boa parte da Idade Média envolvida na luta contra os muçulmanos, que, desde 711, haviam tomado parte da Península Ibérica. Este processo, conhecido como Reconquista, exigiu a constante formação de exércitos, o repovoamento e a defesa das regiões conquistadas” (SCHMITD, 2010, p. 14-15). A Reconquista e as disputas territoriais para além do controle sobre a terra, também foram motivadas por questões religiosas. O catolicismo, ao propagar a guerra santa contra os infiéis muçulmanos, e a necessária expansão da fé católica, gerou uma relação próxima entre o ser espanhol e o ser católico. Assim os reis católicos defenderiam a unidade política, e com isso, desenvolveram uma prática relativamente nova na Espanha: a intolerância religiosa, sobretudo contra os muçulmanos e judeus (SCHMIDT, 2010). No contexto europeu de expansão comercial e marítima e da transição feudalismo-capitalismo, a colonização escravista da América Latina e do Caribe por Espanha e Portugal significou para estes a possibilidade de fortalecer o poder das estruturas aristocráticas. “Nestas condições, é absurdo pretender, como fazem certos autores, que a Espanha do período dos descobrimentos e conquistas na América constituiu-se uma sociedade capitalista” (CARDOSO, 1988, p. 11).

da recuperação da gênese do capital, “*nada têm a ver com o método pacífico de acumular o que se “ganha trabalhando”*”. (Se o capitalismo se tivesse limitado a métodos pacíficos, ainda não teria saído da infância.) (ROSDOLSKY, 2001, p. 218, grifo nosso).

Dussel (2005) sintetiza essa práxis irracional da violência da seguinte maneira: devido a essa condição “inferioridade” do outro, a Europa, tida como superior, tinha a obrigação moral de desenvolver esses povos “primitivos”; devido à resistência dos povos originários, foi necessário o uso da violência como condição para o avanço da modernidade (guerra justa colonial); essa violência é tida como inevitável, como uma espécie de ritual do sacrifício, onde o “colonizador” busca “salvar” os povos primitivos de sua condição *inferior*; estes são culpados de sua condição, e que adicionada a sua teimosia em resistir ao domínio europeu, gerou o processo que tornou à sua práxis irracional da violência como justificadora para a emancipação destes povos de seu estado “bruto”; para o avanço do caráter civilizatório da modernidade, é inevitável o sofrimento ou sacrifícios dos povos atrasados (imaturos), das outras *raças* escravizáveis, do outro sexo por ser frágil.

Desumaniza-se os indígenas e os negros africanos. Nega-se à cosmovisão destes povos, tornando-as inimigas da civilização, do *ser histórico-particular europeu*, considerada a única humanidade passível de reconhecimento. Assim, ao terem suas almas purificadas pela cruz e pela espada, ou seja, desumanizados e transformados em objetos, poderiam trilhar o caminho do homem europeu civilizado e moderno, caminho edificado a partir das ruínas do mundo pré-colombiano e cabralino e africano.

El 16 de diciembre de 1492, Colón lo había anunciado en su diario: los indios sirven para les mandar y les hacer trabajar, sembrar y hacer todo lo que fuere menester y que hagan villas y se enseñen a andar vestidos y a nuestras costumbres. Secuestro de los brazos, robo del alma: para nombrar esta operación, en toda América se usa, desde los tiempos coloniales, el verbo reducir. El indio salvado es el indio reducido. Se reduce hasta desaparecer: vaciado de sí, es un no indio, y es nadie (GALEANO, 1992, p. 29).

Aimé Césaire denuncia, no livro *Discurso sobre o colonialismo*, a falácia do avanço civilizatório, afirmando que se “levada ao tribunal da “razão” e ao tribunal da “consciência”, a Europa se mostra impotente para justificar-se” (CÉSAIRE, 2020, p. 9). É essencial que coloquemos em evidência o caráter contraditório desse processo, que o avanço de uma noção particular de *humanidade*, levou a uma diversidade de povos à morte. Como refere Dussel (1993; 2005) é preciso negar a negação do mito irracional da modernidade. Significa que precisamos, ao re-conhecer a história, denunciar os crimes cometidos, e que ainda são cometidos, pelo colonialismo em nome da liberdade do capital. E os que se colocam como

emancipadores de sua “condição primitiva”, são na verdade os seus opressores, os responsáveis pelo processo de desumanização que enfrentam desde 1492.

Nenhum contato humano [entre colonizador e colonizado], porém relações de dominação e submissão que transformam o homem colonizador em peão, em capataz, em carcereiro, em açoite, e o homem nativo em instrumento de produção. É minha vez de apresentar uma equação: *colonização = coisificação* (CESAIRE, 2020, p.24).

Antes da invasão colonial, a América pré-colombiana e cabralina, era constituída por uma ampla diversidade na produção da vida material e espiritual, cultural. Os modos de produção originários, com seus diferentes níveis de desenvolvimento, baseavam-se na relação indissociável entre terra e trabalho, mesmo com os conflitos entre os povos, esse pressuposto era estrutural das relações sociais, que tinham como centro da sua dinâmica social à reprodução da comunidade. Cardoso e Brignoli (1983), a partir dos estudos de Pierre Chaunu, apontam três áreas na América Pré-Colombiana e cabralina, tendo como critérios à agricultura e o povoamento:

- a) Região de extensão de 2 milhões de km², ou 5% da superfície do continente, possuindo uma alta densidade populacional, com 35 a 40 habitantes por km², 90% da população total da América pré-colombiana, localizavam-se em São Domingos, os Planaltos centrais do México, possivelmente parte da zona Maia, a região dos chibchas da Colômbia, o setor quéchua-aimará dos Andes centrais;
- b) Outra região, com 2 milhões km², é das planícies e planaltos maias, com densidade populacional de 2 a 5 km², ocupavam a porção da América do Norte (Novo México, Arizona);
- c) No restante do continente, ou seja, 35 de milhões de km² ou 90% do território, a população dedicava-se a coleta, a caça, a pesca, e agricultura primitiva, fatores estes que não permitiam densidade populacional elevada, caracterizando como modos de vida nômade.

Estima-se que antes da invasão colonial à população na América Pré-Colombiana somava não menos que 70 milhões de habitantes, após um século e meio, restavam somente 3,5 milhões (GALEANO, 2020). A acumulação primitiva que o colonialismo colocou em marcha, para além da pilhagem e do saqueio, produziu o genocídio dos povos originários, a destruição de suas culturas e de seus diversos idiomas, o rompimento com o sentido originário da relação

com a terra. No México, antes dominado pelos Mexicas, Mayas e Astecas, centenas de prédios foram destruídos, assim como objetos que representavam os seus Deuses, tendo como justificativa a evangelização católica, além de 80% dos livros antigos próprios destes grupos que foram destruídos. Livros nos quais estavam armazenados conhecimentos sobre sua própria história, astronomia e medicina (BAEZ, 2010). Assim, a invasão colonial escravista²⁵ baseou-se na “destruição, pilhagem e genocídio: basta dizer que os 25 milhões de habitantes do México em 1500 se reduziram a um milhão de 1519 a 1605. Uma redução demográfica de 96% (BAEZ, 2010, p. 23).

Devido a essa destruição, a própria reconstrução da história dos povos pré-colombianos torna-se um desafio. Primeiro pela dificuldade de acesso as fontes, quando comparados à Europa Ocidental. Nesta, a maioria das “análises se baseiam na modalidade tradicional do trabalho do historiador, na qual os documentos escritos têm um lugar privilegiado” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 38). Já no primeiro caso, o peso da Arqueologia e da Antropologia tornam-se importantes, bem como a Etno-história para os estudos das sociedades anteriores ao colonialismo, que se volta para os processos econômicos-sociais (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983). O estudo da África pré-colonial também possui algumas dificuldades no trato com as fontes. “A possibilidade de escrever a história da África negra foi negada durante muito tempo. Um mito herdado da recente era colonial que [...] a via como ‘um continente sem história²⁶’ (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p.51), tratando os povos africanos como meros recebedores de elementos culturais vindos do estrangeiro, sem condições de evoluir através de suas próprias condições, somente recebiam passivamente as influências estrangeiras.

O segundo aspecto desta dificuldade, é que a recuperação da memória dos *vencidos* e da violência que foi a invasão colonial acaba ficando limitada, devido ao acesso as fontes, e a pela produção teórica em ocultar a outra face da modernidade, o seu núcleo irracional da violência. Parte destas histórias estão literalmente embaixo da terra, por isso a importância dos estudos na área da arqueologia²⁷ para re-conhecermos o que existia no território antes da invasão colonial. “É certo que, ao mesmo tempo, diversas pessoas tratavam de recolher dados

25 Para uma visão dos povos originários sobre a invasão colonial, o livro de Miguel León-Portilla (1984) “A conquista da América latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas”.

26 Referência à Hegel e que é alvo de crítica de Enrique Dussel (1993)

27 Pode-se citar os estudos arqueológicos na região de Monte Alegre, no noroeste do Pará, onde a existência humana é datada até 12 mil anos atrás, a descoberta foi feita a partir da análise das pinturas rupestres realizadas em paredes de cavernas, disponível em <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2021/07/historia-da-ocupacao-do-baixo-amazonas-prova-que-humanos-e-floresta-podem-conviver>. Esses mostram a existência de uma pirâmide no norte da Guatemala, possuindo características similares, porém, em tamanho menor, com a de Teotihuacan, próxima a cidade do México. Levando os pesquisadores a questionarem o nível das relações estabelecidas entre os astecas e os maias. A reportagem completa pode ser acessada em: [Arqueólogos descobrem monumento misterioso que estava evidente | National Geographic \(nationalgeographicbrasil.com\)](#)

sobre as civilizações agonizantes ou já mortas; mas não há comparação possível entre as proporções de tais esforços e as da enorme obra de destruição levada a cabo em poucas décadas” (CARDOSO, BRIGNOLI, 1983, p. 38).

Essa práxis irracional da violência se baseou em um discurso, em um primeiro momento religioso, e após científico²⁸, pelo menos assim se apresentava, que buscasse justificar o saqueio das riquezas, os genocídios, enfim, toda a brutalidade contra os povos originários e os povos africanos. Esse discurso “sempre destacou o tom da pele como a base principal para distinguir status e valor. As noções de “bárbaros”, “pagãos”, “selvagens” e “primitivos” evidenciam a cosmologia que orientou a percepção eurocêntrica do outro nos grandes momentos de expansão territorial da Europa (BENTO, 2022, p. 28). Como escreve Aimé Césaire, “as equações desonestas: *cristianismo = civilização; paganismo = selvageria*, das quais só poderiam resultar as abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas seriam os índios, amarelos e negros” (CÉSAIRE, 2020, p. 11).

É no marco da invasão colonial que a ideia de *raça*, que antes se referia somente à animais e plantas, também passou a classificar os seres humanos, e com isso, abrindo “as portas para a construção do moderno ideário filosófico que mais tarde transformaria o europeu no *homem* universal (atentar ao gênero aqui é importante) e todos os povos e culturas que não condizem com os sistemas culturais europeus em variações menos evoluídas” (ALMEIDA, 2021, p. 25). É partir deste marco, que se buscam explicações científicas para a manutenção do domínio europeu, onde dá início “a **segunda etapa** da “Modernidade”, a da Revolução Industrial do século XVIII e da Ilustração, aprofundam e ampliam o horizonte cujo início está no século XV” (DUSSEL, 2005, p. 29, *grifo nosso*). Clóvis Moura refere a relação indissociável entre racismo e capitalismo da seguinte forma: “No particular podemos dizer que o racismo moderno nasceu com o capitalismo. Referimo-nos ao racismo como o entendemos modernamente, o qual procura justificar a dominação de um povo, nação ou classe sobre outra invocando argumentos ‘científicos’” (MOURA, 1994, p. 2).

É parte do processo em que a transição do feudalismo para o capitalismo se mostrava inevitável. É onde o capital industrial avança no domínio sobre outras formas sociais de produção, onde terá a prevalência da subsunção real do trabalho ao capital, onde não somente o trabalho assalariado se expande como relação social predominante, mas também o avanço das

²⁸ A partir do século XVIII com o iluminismo e as revoluções francesa e inglesa, se constituíram “as ferramentas que tornariam possível a comparação e, posteriormente, a classificação, dos mais diferentes grupos humanos com base nas características físicas e culturais” (ALMEIDA, 2021, p. 26).

forças produtivas, do aumento exponencial da capacidade produtiva do trabalho que atinge níveis até então inéditos na história.

Esse contexto de transição e conflitos no território europeu, especificamente nos anos 1792 a 1815, é marcado pelo fato da França estar em guerra com grande parte da Europa, principalmente em disputa com a Grã-Bretanha, anexando aos seus territórios grande parte da Europa, através do imponente exército liderado por Napoleão Bonaparte. Período que ficou conhecido como as guerras napoleônicas. Buscaram, como justificava, libertar os povos que estavam sendo oprimidos e universalizar a revolução burguesa para além do território francês. Porém, logo ficou visível dois aspectos intrínsecos que demonstraram a falácia dessa “missão civilizatória”: os limites do alcance do reconhecimento da *humanidade* à outros povos não europeus; se fizessem isso, significaria renunciar ao fluxo constante de riquezas que o domínio colonial sobre a América produzia, perdendo um dos principais sustentáculos do seu poder. A liberdade da burguesia europeia foi financiada com a escravidão da América²⁹. Assim, conforme escreve o historiador inglês, “o elemento conquista e exploração imperial prevalecia sobre o elemento libertação sempre que as tropas francesas derrotavam, ocupavam ou anexavam algum país” (HOBSBAWM, 2015, p. 135). É nesta contradição que a revolução haitiana de 1791 coloca a revolução francesa em uma encruzilhada.

O povo negro haitiano, escravizado por colonizadores franceses, fez uma revolução para que as promessas de liberdade e igualdade universais fundadas pela Revolução Francesa fossem estendidas a eles, assim como foram contra um poder que consideraram tirano, pois negava-lhes a liberdade e não lhes reconhecia a igualdade. O resultado foi que os haitianos tomaram o controle do país e proclamaram a independência em 1804” (ALMEIDA, 2021, p. 27).

A primeira revolução pela independência na América Latina e no Caribe, protagonizada pelos escravos negros, cumpriu o papel de expor os limites do projeto liberal-iluminista no que se refere a sua universalização no mundo. Não pretendia que todos os homens e mulheres, principalmente aqueles/as que não fossem europeus e brancos, fossem considerados e reconhecidos *humanos*. Mecanismo para justificar que as nações do “centro” continuassem, enquanto entes superiores, a levar a civilização para os povos “bárbaros”, “selvagem”, que

²⁹ No ano de 1807, o imperador francês nomeia seu irmão José Bonaparte rei da Espanha, que pretendia “[...] integrar totalmente a península ibérica no bloqueio continental e a transformá-la em objeto de exploração para lucro exclusivo da burguesia francesa. Os produtos franceses abasteciam o mercado ibérico em condições de monopólio. A península forneceria exclusivamente à manufatura francesa as variedades de algodão e lã merina de que ela necessitava. As riquezas da América Espanhola também passariam a ser controladas pelo império francês” (KAPLAN, 1974, p. 99)

continuam apegados as suas culturas “primitivas”. Na verdade, o racismo se coloca como mecanismo de dominação ideológica para a continuidade do saqueio, da imposição da cultura ocidental *moderna* (MOURA, 1994). Devido a isso, para manter o fluxo do saqueio das riquezas capitaneada pelo colonialismo, “os mesmos que aplaudiram a Revolução Francesa viram a Revolução Haitiana com desconfiança e medo, e impuseram toda a sorte de obstáculos à ilha caribenha, que até os dias de hoje paga o preço pela liberdade que ousou reivindicar” (ALMEIDA, 2021, p. 27-28).

O uso do racismo, neste contexto de efervescência das lutas, buscou justamente recuperar justificativas no sentido de *desumanizar*, para que pudesse deslegitimar as lutas ocorridas na ilha caribenha. Contexto propício para que o uso do conceito de *raça* emergisse “para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente como fundamentos irremovíveis da sociedade contemporânea” (ALMEIDA, 2021, p.28).

Assim, tratou-se de elaborar uma pseudociência que pudesse gerar um conjunto de explicações *científicas* para as diferenças entre as *raças*. Centradas nas características biológicas e/ou físicas, onde a “pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de *comportamentos imorais, lascivos e violentos*, além de indicarem *pouca inteligência*” (ALMEIDA, 2021, p. 29). Esse conteúdo racista que será o motor para que os europeus continuem a dominação em escala global, onde se autointitulam como os governantes naturais e inatos. Por isso, os povos “primitivos”, por serem inferiores, estariam fadados a desorganização, a violência, ao atraso. Não tendo condições de saírem desse estágio sozinhos, tendo que ser tutelados.

Escancarando essa falácia científica, Clóvis Moura rebate da seguinte forma a reatualização do racismo na *era moderna*.

[...] ele não é uma conclusão tirada dos dados da ciência, de acordo com pesquisas de laboratório que comprovem a superioridade de um grupo étnico sobre outro, mas uma ideologia deliberadamente montada para justificar a expansão dos grupos de nações dominadoras sobre aquelas áreas por eles dominadas ou a dominar. Expressa, portanto, uma ideologia de dominação, e somente assim pode-se explicar a sua permanência como tendência de pensamento. Vê-lo como uma questão científica cuja última palavra seria dada pela ciência é plena ingenuidade, pois as conclusões da ciência condenam o racismo e nem por isso ele deixa de desempenhar um papel agressivo no contexto das relações locais, nacionais e internacionais (MOURA, 1994, p. 1).

Nestes termos é que corroboramos com a tese de “[...] que a *raça* é um elemento essencialmente político, sem qualquer sentido fora do âmbito socioantropológico” (ALMEIDA,

2021, p. 31). Ele é usado para contínua reprodução das desigualdades sociais que assolam as sociedades latino-americanas e caribenhas, onde determinados grupos sociais, desde a invasão colonial, têm sua história marcada pela violência, pela negação da sua humanidade, pelas contínuas perseguições, torturas, assassinatos. O racismo, não é um fenômeno casual, conjuntural. Faz parte da própria lógica da reprodução do capital, é natural perante o seu funcionamento. Por isso,

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido por seu caráter *sistêmico*. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um *processo* em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2021, p. 34).

Toda essa elaboração irá condicionar, no âmbito das relações internacionais entre os países independentes, novas formas de abuso aos países subdesenvolvidos. Golpes de Estado, extermínios, ataque a soberania nacional, ditaduras, escravidão, ocupação estrangeira das terras indígenas. Esses serão os resultados da junção de capitalismo e racismo, que principalmente quando do avanço da fase imperialista, como fase superior do desenvolvimento capitalista, acentuará ainda mais esse processo de invasão contra os territórios da América, África, Ásia (MOURA, 1994). Assim, mantendo o discurso, com verniz moderno e sofisticado com justificativas “científicas”, de inferiorizar determinados grupos sociais na pilhagem das riquezas.

Destes, podemos referir que nas histórias das transições ao capitalismo, a práxis irracional da violência foi condição central para sua efetivação. Como observado, não ficou somente na gênese do capital, mas faz parte para que os seus pressupostos, quais sejam, o divórcio do humano em relação a natureza, entre os meios de produção e o trabalho, se reproduzam em escala cada vez mais ampliada e de forma contínua

Sobre esses elementos do passado que se mantêm como mecanismos de manutenção e reprodução dos privilégios da elite brasileira, as reflexões da professora Cida Bento situam que:

[...] foi no bojo do processo de colonização que se constituiu a branquitude. Os europeus, brancos, foram criando uma identidade comum que usou os africanos, negros, como principal contraste. A natureza desigual dessa relação permitiu que os brancos estipulassem e disseminassem o significado de si próprios e do outro através de projeções, exclusões, negações e atos de repressão (BENTO, 2022, p. 29).

A branquitude, para continuar mantendo sua posição, necessita criar mecanismos em vários espaços que sustentem suas posições de classe dominante. O pacto estabelecido, velado,

porém concreto, visa impedir que seja rompida a hierarquia social entre brancos e negros. Esse fenômeno tem “um componente narcísico, de autopreservação, como se o “diferente” ameaçasse o “normal”, o ‘universal’” (BENTO, 2022, p. 18). Na reflexão teórica, principalmente quando buscamos um nível com maiores determinações concretas, demonstra como a burguesia brasileira construiu elaborações ideológicas que visaram reproduzir seus interesses. Estes se sustentam justamente na possibilidade de intensificar a superexploração da força de trabalho. O não rompimento dessa hierarquia possibilita que na produção material, ao realizarmos a mediação com a teoria marxista da dependência, o processo de valorização do valor no capitalismo dependente, resulte em expor os trabalhadores e as trabalhadoras em condições desumanas de trabalho. Por isso, a importância dos aparelhos repressivos do Estado para controlar as ameaças. Também condicionou outras instâncias da sociedade, como escolas, universidades, o poder judiciário, a direções de empresas, os meios de comunicação, onde o controle e a direção estão principalmente nas mãos de homens brancos.

Esses acordos não verbalizados que compõem o pacto da branquitude, que visam manter e reproduzir por gerações os privilégios da branquitude, não são realizados de forma explícita e plenamente conscientes, na maioria das vezes. Porém, foram sendo construídos, principalmente na sociedade brasileira, uma série de barreiras que visam evitar a democratização da sociedade de forma concreta, mesmo que na aparência, se dê um certo aspecto de igualdade entre as classes sociais. Trata-se, na aparência, como mérito de um determinado grupo que conseguiu, pelo seu esforço, subir ao topo da pirâmide social.

Assim, não se pode relembrar o que foi a escravidão em nosso país, e nem como ela ainda reverbera no nosso presente na dominação de classes. “Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas” (BENTO, 2022, p. 23). Por isso, a necessidade de se produzir um esquecimento coletivo sobre sua presença nos tempos atuais. E reforçando o indivíduo como responsável pelas suas condições de vida. Para que esse pacto possa operar, é preciso esconder que o mesmo

[...] é uma aliança que expulsa, reprime, esconde aquilo que é intolerável para ser suportado e recordado pelo coletivo. Gera esquecimento e desloca a memória para lembranças encobridoras comuns. O pacto suprime as recordações que trazem sofrimento e vergonha, porque são relacionados à escravidão (BENTO, 2022, p. 25).

É comum, por parte dos intelectuais vinculados as classes dominantes, tratar as manifestações do passado, como trabalho escravo, servidão, como meros resquícios de um

tempo já superado, um atentado a racionalidade moderna. Porém, esses fatos, demonstram não um resquício, um simples acaso, mas uma dinâmica própria da forma como a transição ao capitalismo dependente deixou “certas pendências” com o escravismo colonial sem solução permanecer e atravessar à nova sociedade. Como escreve José de Souza Martins, é um “passado que se esconde, e às vezes se esconde mal, por trás das aparências do moderno, fazendo da sociedade brasileira uma sociedade em que essa peculiaridade pesa mais do que à primeira vista se vê” (MARTINS, 1994, p. 11).

Revitalizam o racismo como um dos mecanismos para a superexploração da força de trabalho em economias dependentes, especificamente a brasileira (SOUZA, 2020) e o latifúndio como elementos estruturais de dominação (TRASPADINI, 2016; MARTINS, 1994). Não ficam constringidos em reproduzir o trabalho escravo, pagar salários miseráveis, impor relações sociais baseada na dependência, ao estilo dos barracões, em negar a extensão da dignidade da pessoa *humana* para negros, indígenas, mulheres. Por isso, quando os jornais expõem, incrédulos, a existência de formas análogas à escravidão e a servidão na produção de vinhos, arroz, cana-de-açúcar, nada mais fazem o que dar visibilidade para aquilo que existe por detrás das mercadorias que consumimos. São relações que passam por nossas costas, independente se nossa consciência consegue captar ou não, e independente de nossos desejos. Talvez seja esse o real interesse. Esse encobrimento cria um discurso enganoso colocando essas relações em um passado distante. Na verdade, é a forma particular como o capitalismo dependente se constituiu, é resultado de uma classe dominante que não quis acertar as contas com seu passado, e que o reproduz, em suas várias dimensões, como mecanismos para aumentar a exploração da força de trabalho e exaurir a natureza como se fosse um recurso infinito.

É por esses aspectos mencionados, que entendemos acertada a proposição da professora Valdete Severo (2021), ao afirmar a existência de uma racionalidade escravista. Que continua, sobre faces novas, mantendo a reprodução de uma hierarquia entre os humanos baseada na raça, como forma de intensificar a exploração da força de trabalho na economia brasileira.

3.2 ACUMULAÇÃO PRIMITIVA E COLONIALISMO: A IMPOSIÇÃO DA LÓGICA MERCANTIL PARA A QUESTÃO AGRÁRIA

Nesta seção iremos traçar alguns elementos que demonstrem o que foi a acumulação primitiva, enquanto movimento histórico-concreto, e o colonialismo na América Latina e no Caribe a partir da invasão de 1492. Ao fazer isso, tivemos como intuito situar a base material e político-ideológica sobre a qual foi realizada à transição ao capitalismo dependente. A partir

deste objetivo geral, entendemos que foi necessário dar centralidade ao papel que a terra e o trabalho assumem nessa transição, onde ao serem aprisionadas à lógica mercantil, influenciaram no *ritmo* da transição feudalismo-capitalismo na Europa e da futura conformação da dependência.

O colonialismo europeu foi o elemento externo responsável pela desestruturação dos modos de produção dos povos originários, onde impôs outros baseados em relações sociais de servidão e escravidão de negros e indígenas. Esse processo compõe a história do capitalismo, onde a acumulação primitiva colocada em marcha, enquanto método violento de forjar os fundamentos do novo modo de produção, foi a mola propulsora para acelerar o desenvolvimento deste processo na Europa, e tornar esse território o “centro” da história mundial. Devido a dominação colonial, a América Latina e o Caribe tiveram poucas possibilidades para que pudessem se desenvolver na mesma *forma* e *ritmo* que os países europeus.

De forma geral, a América foi dominada diretamente por Espanha e Portugal, não havendo margens para que os modos de produção anteriores a invasão colonial pudessem sobreviver de forma independente. Os laços comunitários foram dissolvidos, atacados, e quando permaneciam, estavam subordinados à produção de mercadorias para que fossem enviadas a Europa. É deste domínio que o capital comercial irá conseguir acumular importantes riquezas, desde a compra e venda de escravos e de outras mercadorias, tornando-se uma alavanca e meio material para a transição feudalismo-capitalismo.

A economia colonial, subordinada e complementar³⁰ às metrópoles ibéricas, tinha como objetivo a extração de riquezas, principalmente ouro e prata, onde foi essencial estabelecer relações sociais baseadas na escravização dos povos, até então, autônomos, ou protagonistas de suas próprias contradições territoriais. Assim, foi preciso fomentar outras atividades econômicas subsidiárias ao centro econômico da América espanhola, que era fundado principalmente na extração de metais preciosos.

Entre a região produtora de prata, situada na atual Bolívia, a região produtora de mercúrio, no atual Peru, a região de Arica, onde era embarcada a prata para Lima (esta última o principal centro administrativo), o Chile, abastecedor de trigo, carne seca, peles, vinhos, e a região de Córdoba – Tucumán, na Argentina, de onde saíam produtos artesanais e animais de tiro, formou-se uma cadeia de inter-relações econômicas. O polo dinâmico desse sistema era, evidentemente, a produção de prata,

30 Atentar as reflexões de Cardoso e Brignoli (1983), que para o entendimento das sociedades latino-americanas não podem ser vistas somente pela sua articulação com o aspecto mais amplo em relação a economia europeia, mas que também é preciso estudar as formações econômicas em suas particulares instituições e no seu funcionamento.

e sua base a mão-de-obra indígena, enquadrada pelo regime da *mita* (FURTADO, 1976, p. 30).

Toda a organização da economia escravista colonial, tanto na América Espanhola como na América portuguesa, foi voltada essencialmente para a extração de riquezas e o seu envio às respectivas cortes. Quando se fala de Brasil, especificamente, o modo de produção escravista, conforme define Clovis Moura, possui duas fases. “Uma fase ascendente, até 1850, quando foi extinto o tráfico internacional de escravos. Outra descendente, de desagregação paulatina. Começa com a Lei Eusébio de Queiroz, que estrangula a dinâmica demográfica via tráfico internacional, garantindo seu desaparecimento efetivo” (MOURA, 1994, p. 15). Utilizamos essa periodização, com base no autor citado, justamente por demonstrar os momentos de nascimento, apogeu, decadência e encerramento deste modo de produção. De forma geral, é possível afirmar que o mesmo “[...] somente poderia sobreviver *com e para* o mercado mundial, mas, por outro lado, esse mercado somente podia dinamizar o seu papel de comprador e acumulador de capitais se aqui existisse como condição indispensável, o modo de produção escravista (MOURA, 1994, p. 38). Ou seja, foi essencial para que a produção e a circulação de mercadorias assumissem um ritmo cada vez mais intenso.

As vantagens para a metrópole eram evidentes em tal sistema. A economia colonial escravista, ao estar subordinada ao centro europeu, tinha grande parte da riqueza produzida internamente, capturada e enviada para o centro europeu. Moura (1994) refere que esta dominação inviabilizou, de forma geral, que no período do escravismo parte do excedente produzido fosse acumulado internamente, e criar as condições para um desenvolvimento independente. Aponta que esse estrangulamento também era fiscal, onde determinou que quase nada ficasse para além do necessário para garantir a reprodução da economia colonial. O que futuramente, no contexto da independência no século XIX, condicionou ou teve decisiva influência para que a transição ao capitalismo fosse pela *via* dependente, subordinada à dinâmica dos países centrais. Essa dominação estrangeira foi impossibilitando que o desenvolvimento do capitalismo fosse independente, sem reforçar o latifúndio, o racismo, tornando-se a sua base, a sua *forma particular*.

É preciso dizer que esse domínio dos países centrais, contou com a fragilidade e cooperação da burguesia nascente nacional. Os setores dominantes (agrário e mineiro³¹), em escala menor, também se beneficiavam deste sistema. Mesmo que o pacto colonial estabelecido

31 Lembrando que a busca por metais preciosos era a principal atividade econômica, onde os demais setores dinamizavam suas atividades em relação ao primeiro, mas o que não significa que não se tinha conflitos entre eles, principalmente no que tange as disputas pela mão de obra. Conferir Donghi (1975) sobre esse debate.

entre estes e a Coroa tenha sido permeado por conflitos, ele foi possível pelo fato de que a invasão colonial não ofereceu somente metais preciosos, mas também trabalhadores (as) e terra. Não era um território “vazio”, mas diverso nas formas de produzir a vida material e espiritual. Essas formas históricas, apesar de toda a destruição que foi o “contato” com os europeus, serviram de base para a organização da economia colonial. Assim, os “altiplanos e das montanhas, do México e Potosí, o núcleo fundamental das Índias espanholas não foi apenas a sua riqueza mineral, mas também a presença de populações indígenas, cuja organização anterior à conquista tornava-as úteis à economia colonial que surgiria depois dessa” (DONGHI, 1975, p. 12).

Outro aspecto é que esse modo de produção “somente poderia desenvolver-se e vender a sua produção substantiva se fosse compradora de uma mercadoria indispensável: o **escravo**”, era ele a “mola propulsora de tudo aquilo que dava vida ao sistema e que, ao chegar, era ordenada de acordo com a sua divisão interna” (MOURA, 1994, p. 38). Seria essa a principal força de trabalho responsável por produzir toda a riqueza que deu sentido a esta organização social. Desta forma, os trabalhadores e as trabalhadoras submetidos(as) ao trabalho escravo ocupariam diversos espaços dentro da divisão interna produtiva, nas atividades nucleares e subsidiárias.

No Brasil, os latifúndios do gado no interior do Nordeste forneciam às *plantations* de açúcar da costa animais de tiro, couro e carne. A economia do ouro gerou também atividades subsidiárias de subsistência, nas próprias zonas onde estavam localizadas as minas (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso) e no Sul da Colônia onde no século XVIII se desenvolveu a produção de charque para consumo dos escravos e de mulas para o transporte (CARDOSO, 1988, p. 56).

Na América portuguesa a economia colonial organizou-se em torno da indústria açucareira em um primeiro momento. No início da economia colonial escravista no território foram concedidos benefícios por parte da Coroa aos europeus que instalassem engenhos para a produção de açúcar, como

[...] isenções de produtos, garantia contra penhora dos instrumentos de produção, honorários e títulos etc. As dificuldades maiores encontradas na etapa inicial advieram da escassez de mão-de-obra. O aproveitamento do escravo indígena, em que aparentemente se baseavam todos os planos iniciais, resultou inviável na escala requerida pelas empresas agrícolas de grande envergadura que eram os engenhos de açúcar (FURTADO, 2007, p. 75-76).

A escravidão indígena perdurou nas zonas afro-americanas³², especificamente no Brasil, “até aproximadamente 1620, sem deixar de ser central em áreas como São Paulo e Amazônia até a sua abolição definitiva em meados do século XVIII” (CARDOSO, 1988, p. 41). Sobre a queda demográfica dessas populações na América portuguesa seguiu-se o mesmo *modus operandi* na América espanhola. Ou seja, a contínua violência manifestada em assassinatos, genocídios, destruição física, cultural, que atravessou toda a América Latina e o Caribe.

Murieron en cantidades incalculables a causa de enfermedades importadas, y él modelo de asentamiento se interrumpió por completo tras la invasión procedente del este. Todas las tribus que los primeros cronistas descubrieron han desaparecido, junto con cientos más que los europeos no llegaron a consignar prácticamente (HEMMING, 1990, p. 102).

Devido à resistência³³ dos povos indígenas em aceitarem o trabalho extenuante nas plantações e nos engenhos de açúcar, os europeus

[...] pronto se vieron empujados a esclavizar a los indios para que trabajaran en el creciente número de plantaciones y molinos (engenhos). La esclavitud, desde luego, era ya una institución conocida por la cultura tupí, pero estaba ampliamente relacionada con el canibalismo ritual. Se esclavizaba a indios de las tribus próximas que eran eventualmente sacrificados, lo que conducía a una declaración de guerra por las familias de los que habían sido esclavizados. En este contexto natural no es difícil comprender por qué el aumento del cultivo de azúcar y la esclavitud suponían la

32 É possível realizar a distinção em grandes blocos na economia colonial que “configuraram-se enquanto zonas diversas quanto a lógica das modalidades em que nelas ocorria a exploração dos trabalhadores diretos.” (CARDOSO, 1988, p. 38). Estes blocos seriam a **Indo-América**, região marcada pela alta densidade populacional indígena, principalmente nos Andes e na Mesoamérica, onde organizou-se a América Espanhola, o uso da força de trabalho dos negros africanos escravizados mesmo existindo em determinadas áreas não foi a relação social predominante; a **Afro-América** seriam as regiões onde a escravidão negra tornou-se a principal relação de produção, “como no sul dos Estados Unidos, a maior parte do Caribe (inclusive as Guianas), boas porções do território brasileiro de hoje e setores relativamente pequenos dos domínios continentais da Espanha (por exemplo, partes da Nova Granada e a costa do Peru)” (CARDOSO, 1988, p. 42); e por fim as regiões de características intermediárias e regiões “vazias”, as primeiras se referem aquelas regiões onde coexistiram as formas tradicionais do trabalho indígena colonial com a escravidão negra, como na Nova Granada, as segundas se caracterizam pela ausência de metais preciosos e por clima não propício a produção agrícola para exportação, localizadas na Costa Rica, e na região dos pampas, na América do Sul, está última ficou grande parte do período colonial sem uma grande densidade do domínio espanhol.

33 “El tramo este-oeste de costa entre los ríos Parnaíba y Paraíba, estuvo ocupado por una tribu numerosa y unida, llamada potiguar (que significa «gente que se alimenta de camarones», o, posiblemente, pentin-guara, que significa «gente del tabaco», por la costumbre de llevar bolas de tabaco en la boca). Los testigos presenciales describieron a los potiguar como los más avanzados de los tupí, que cultivaban amplias plantaciones para mantener a una gran población, y vivían en aldeas armoniosas y sólidamente construidas. Soares de Sousa los admiraba de mala gana como «grandes agricultores, que siempre están muy bien abastecidos gracias a sus cosechas. Son buenos cazadores, y ninguna flecha que salga de su arco perderá su blanco ... Son muy buenos pescadores, en el mar y en los ríos». Su agresividad era notable: eran capaces de movilizar ejércitos calculados en 20.000 guerreros, y expertos constructores de edificios defensivos y trampas, y para Soares de Sousa, «muy belicosos, pendencieros y traidores». Los potiguar representaron un enorme desafío para la expansión portuguesa hacia el Amazonas, y así, un jesuita se quejaba de que «estos paganos tienen el defecto de ser los más numerosos y unidos de todos en Brasil». (HEMMING, 1990, p. 111).

creación de un estado de conflicto permanente con la población de la zona costera (JOHNSON, 1990, p. 217).

Essa reflexão demonstra que o escravismo colonial no Brasil colocou em conflito duas sociedades e suas visões de território, terra e trabalho. E a concepção vitoriosa desorganizou paulatinamente os modos de produção anteriores, inclusive gerando uma grande queda demográfica devido ao modo violento como se estruturou a economia colonial escravista. A chegada da mão-de-obra escrava ocorre em um contexto em que a produção açucareira já havia avançado em sua organização e com a rentabilidade do negócio assegurada (FURTADO, 2007). Com isso, “a implantação da agricultura tropical criou, no início, condições distintas, exigindo importantes investimentos, os quais frequentemente permaneciam sob o controle de interesses comerciais e financeiros metropolitanos” (FURTADO, 1976, p. 21). A renda produzida no Brasil foi constantemente drenada pelo capital comercial, devido ao financiamento da economia colonial, fornecendo o capital para a compra de equipamentos e o sequestro da força de trabalho oriunda da África, fazendo com que a escravidão se tornasse à relação social de produção predominante.

As classes fundamentais desta sociedade se estruturavam no conflito entre os proprietários de terras e os escravos como seu polo dinâmico. “E é essa dicotomia contraditória que lhe é inerente que impulsiona a dinâmica social e não as áreas de estabilidade parcial que nele existiam” (MOURA, 1994, p. 16). O que Moura nos alerta como necessário, na análise, é que tratemos do fundamental, que foi o conflito permanente entre as classes fundamentais, rompendo com o suposto caráter pacífico. Foi preciso, para a reprodução dos fundamentos desta sociedade, a construção de um aparato de repressão e contenção para manter o equilíbrio social. A resistência, em seus diferentes níveis, foi presente em todo processo histórico, contraponto a desumanização que o colonialismo impôs, em síntese, “durante o tempo em que o escravismo pleno funcionou, os negros viviam em um verdadeiro corpo-a-corpo com os senhores e as autoridades” (MOURA, 1994, p. 20).

Na América espanhola, como recompensa aos invasores europeus e seus descendentes, a Coroa instituiu a *encomienda*. Desta forma, “encomendava-se, ou confiava-se a um conquistador um núcleo de população indígena, cabendo-lhe a responsabilidade de cristianizá-la e o direito de utilizá-la como força de trabalho” (FURTADO, 1976, p. 19). A utilização da força de trabalho pelo encomendeiro poderia ser através da *encomienda* de serviços ou de gêneros enquanto forma de tributo. “Essa instituição se desenvolveu durante a segunda década do século XVI. Iniciou como um substituto da escravidão, ou como um compromisso oficial

entre a escravidão extrema praticada pelos primeiros colonos e o sistema de trabalho livre, teoricamente aprovado pela Coroa” (OSÓRIO, 2010, p. 43).

Se institui de forma eficaz, aos interesses da Coroa, em regiões justamente onde a população indígena era mais densa e já havia uma complexa organização social, principalmente quando existia um dirigente local que poderia organizar a força de trabalho a ser submetida ao trabalho compulsório.

Na verdade, o encomendero que tinha sob sua guarda uma comunidade indígena, tratava de obter dos chefes dessa comunidade que ampliassem o excedente tradicional e o transferissem em grande parte ao novo senhor. Nas regiões em que o nível de desenvolvimento material dos índios era muito baixo, não houve possibilidade de extrair-lhes um excedente por intermédio de seus dirigentes tradicionais. A *encomienda* já não funcionou como marco de organização social e apelou-se diretamente para formas de escravidão, submetendo-se os homens a trabalhos intensivos e em condições distintas daquelas a que estavam habituados. Neste último caso, as populações indígenas tenderam rapidamente a desaparecer (FURTADO, 1976, p. 20).

A escravidão indígena, como primeira relação de trabalho imposta pelo colonialismo europeu, foi a principal responsável pela queda demográfica, ela se deu principalmente na mineração³⁴, “insaciável devoradora de homens³⁵” (DONGHI, 1975, p. 13), desorganizando totalmente as sociedades pré-colombianas, principalmente, e submetendo homens e mulheres ao trabalho forçado. “As minas exigiam grandes transposições populacionais e desarticulavam as unidades agrícolas comunitárias; não só extinguíam inumeráveis vidas através do trabalho forçado como também, indiretamente, extinguíam o sistema coletivo de cultivos” (GALEANO, 2020, p. 68). Devido a essa queda demográfica, em 1548, a Coroa espanhola proibiu a escravidão indígena, mas, mesmo assim, ela continuou sendo praticada, principalmente contra aqueles povos “selvagens” que resistiam ao domínio colonial europeu³⁶.

No que se refere a relação entre *encomienda* e a doação de terras não havia uma relação direta, porém, muitos *encomenderos* usurparam as terras dos indígenas. Havia duas formas para se obter terra na América espanhola:

34 Finalmente, a população das ilhas do Caribe deixou de pagar tributos, pois desapareceu: os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d’água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa (GALEANO, 2020, p. 33).

35 Um dos motivos pelo qual os grandes proprietários fundiários entraram em conflito com o setor mineiro, pois, gerava dificuldades de encontrar mão de obra disponível.

36 Como exemplo se tem os araucanos no Chile e os pampeanos na Argentina.

Uma era à mercê (*merced*), concessão gratuita feita pelas autoridades em nome do rei, que por direito de conquista detinha o senhorio de todas as terras. O tamanho mais comum de mercê foi inicialmente a *caballeria*, equivalente a 43 ha. Somente os espanhóis e seus descendentes tinham direito às mercês, o que legalmente excluiu os mestiços da propriedade da Terra. A outra forma era “composição de terras”, pela qual um ocupante de fato (de terras realengas ou indígenas usurpadas) legalizava *a posteriori* posse, mediante um pagamento à Coroa. Durante o século XVII, a maioria das *haciendas*, estâncias pecuárias e grandes propriedades eclesiásticas foram regularizadas através dos sistemas de composição (OSÓRIO, 2010, p. 63).

As riquezas que o colonialismo saqueou da América Latina e do Caribe somente foi possível pela usurpação das terras dos povos originários e da submissão destes e dos negros ao processo de produção de mercadorias. Desta forma, as mercadorias que partiam da América Latina e do Caribe em direção aos portos europeus, constituem-se como síntese do colonialismo e de todo o processo que a acumulação primitiva colocou em movimento aqui no território. No seu interior, essas mercadorias estão marcadas pelo trabalho escravo negro e indígena na produção da riqueza que fluiria para fora da América, enquanto resultado da pilhagem e do saqueio realizada nessas terras. Assim, é possível dizer que as mercadorias produzidas na América Latina e no Caribe tiveram participação central para o desenvolvimento do capital comercial e, mais tarde, do capital industrial, onde a subordinação da terra e do trabalho à lógica da produção mercantil possibilitou que as relações sociais *tipicamente* capitalistas pudessem avançar sobre outras.

O ouro e a prata que foram saqueados da América, e que rumaram a Europa, ao acelerar o acúmulo de riqueza neste território e na transição ao capitalismo, possibilitaram que o capital pudesse assumir a forma de equivalente universal do valor justamente nestes metais³⁷. A partir da plena maturidade do capitalismo como modo de produção, todas as mercadorias passariam a expressar seu valor em uma única mercadoria³⁸. E as mercadorias ao expressarem seu valor no ouro, o valor assume a forma-preço. *Esse processo está no contexto da plena maturidade do desenvolvimento das relações sociais de produção capitalista*. Desta forma, sem a América Latina e o Caribe e suas riquezas, o *ritmo* do capitalismo teria sido outro.

Ainda sobre as relações de trabalho ao qual foram submetidos os povos originários, que significou a destruição do sentido ontológico de como concebiam terra e trabalho, processo que

37 O ouro só se confronta com outras mercadorias como o dinheiro porque já se confrontava com elas anteriormente, como mercadoria. [...] Com o tempo, ele passou a funcionar, em círculos mais estreitos ou mais amplos, como equivalente universal. Tão logo conquistou o monopólio dessa posição na expressão de valor do mundo das mercadorias, o ouro tornou-se mercadoria-dinheiro (MARX, 2013, p. 145).

38 O tipo específico de mercadoria, em cuja forma natural a forma equivalente se encarna socialmente, torna-se agora mercadoria-dinheiro [*Geldware*] ou funciona como dinheiro. Desempenhar o papel de equivalente universal do mundo das mercadorias torna-se sua função especificamente social e, assim, seu monopólio social” (MARX, 2013, p. 145).

se aprofunda conforme a lógica mercantil se expande, foram desde à escravidão até as que não os separavam definitivamente de suas comunidades, *encomienda* e *repartimiento de índios*³⁹, até as modalidades que preferiam a força de trabalho desvinculada totalmente de suas comunidades, e incluindo os mestiços. Mas é necessário referir que elas variavam conforme a região que se analisa, por exemplo, na zona andina o *repartimiento* manteve-se até o fim o período colonial - recebendo o nome de *mita* no Peru, *Concierto* na Colômbia e *Cuatéquil* no México - enquanto no México desapareceu; da mesma forma a *encomienda* e a escravidão (CARDOSO, 1983).

Sobre o trabalho na *mita*, cabe destacar que a reprodução da força de trabalho⁴⁰ era responsabilidade das comunidades indígenas. “A remuneração estipulada que o empresário mineiro deveria pagar ao *mitayo* não era suficiente para sua reprodução, devendo trazer víveres de suas comunidades, muitos não retornavam a mesma devido às dívidas contraídas” (OSÓRIO, 2010, p. 59). Outro elemento, é que os mineiros que estavam no Peru - ao contrário dos que se localizavam no México e que possuíam maior autonomia no financiamento – dependiam cada vez mais do capital que estava nas mãos dos comerciantes, assim,

[...] o impiedoso ritmo imposto à exploração da mão-de-obra durante o século XVIII, à medida que se empobreciam os filões do minério, é em parte uma tentativa de transferir para a mão-de-obra as consequências da crescente dependência em que a economia mineradora se encontra diante da mercantil (DONGHI, 1975, p. 16).

Com a constante drenagem das riquezas locais, principalmente ouro e prata, em direção a Europa para pagamento de dívidas, reduzindo a parte que ficava internamente, resultou na intensificação do impiedoso ritmo da exploração da força de trabalho negra e indígena (CARDOSO, 1983). É possível afirmar, de “que já havia, em minha opinião, uma compensação interna para a extorsão externa, metropolitana, da riqueza originária produzida” (TRASPADINI, 2016, p. 154). A baixa remuneração e a constante intensificação da exploração da força de trabalho, teve como justificativa político-ideológica desta violência, a suposta “inferioridade” deste povos. Tornando-se “- um poderoso instrumento de justificação ideológica do trabalho forçado e de perpetuação da ordem social vigente” (CARDOSO, 1983, p.37-38). A racialização promovida pela modernidade irá ser o caldo ideológico que justificará,

39 “Expressão que designa, em espanhol, um sistema de utilização do trabalho indígena cuja lógica consistia em preservar a existência das comunidades indígenas sem privar os colonos da força de trabalho dos índios. Cada comunidade ficava obrigada a fornecer levas anuais de trabalhadores, separados dela só durante os meses de trabalho exterior” (CARDOSO, 1983, p. 88-89). Também foi usado na América Portuguesa, especificamente na Amazônia até o século XVIII.

40 Sobre este tema, o livro de Claude Meillassoux (1989) intitulado “Mujeres, Graneros y capitales” é uma importante fonte.

desde a invasão colonial, todo o processo que desumanizou os trabalhadores e as trabalhadoras inseridos(as) em relações de trabalho compulsório. Consolidando toda uma estrutura social que segregou e afastou essas populações, inclusive do acesso à terra. A lei de terras de 1850 no Brasil é um marco importante deste processo, que ratifica juridicamente o que ocorria na realidade.

A propriedade sobre os meios de produção essenciais é o elemento central no estabelecimento das relações de produção. Ora, a conquista e o regime colonial abriram caminho a que, na concessão das terras e dos direitos à exploração de minas e outros recursos importantes, na América Latina colonial, os espanhóis e portugueses fossem aquinhoados de forma preferencial. Em relação a certos grupos – é o caso dos mestiços na América Espanhola – alguns autores mencionam um verdadeiro “bloqueio rural”, negando-se-lhes o acesso à propriedade do solo, com a finalidade principal de torná-los disponíveis como mão-de-obra (CARDOSO, 1983, p.36-37).

A propriedade dos meios de produção, incluindo a terra, concentrou-se em poucas mãos, tendo como resultado o monopólio sobre ela, com isso, aprofundando a massa de homens e mulheres que não possuíam terras, tornando-se mão de obra disponível - seja escrava ou “livre” que iriam deslocar-se, ou seriam forçados a tal - para as minas, fazendas, estâncias e regiões de plantação. Esse período “caracteriza-se como a dialética do futuro desenvolvimento capitalista agrário no continente em que a estrutura do latifúndio monocultor e do trabalho escravo/livre vinculado a ele dimensionam as raízes da estruturação originária do capitalismo dependente no continente” (TRASPADINI, 2016, p. 153).

Com a queda na produção de metais preciosos na América espanhola e com a crescente demanda da Europa, principalmente da Inglaterra, por produtos agrícolas, a terra passa a ser um atrativo para a Coroa espanhola e para os grupos dominantes locais, devido à possibilidade de aumentar suas rendas através da produção agrícola. Agora, a terra além de fornecer os insumos para a atividade mineira, também seria voltada para a produção agrária destinada à exportação. Neste sentido, constitui-se uma

[...] instituição que viria desempenhar papel fundamental na estruturação da sociedade latino-americana: a grande propriedade agrícola. As *mercedes* de terras eram feitas no mesmo espírito das doações de índios: como incentivo para que a ação privada abrisse o caminho da conquista e produzisse um excedente em benefício da Cora. A terra, em si, não apresentava atrativo. Contudo, existindo uma demanda de produtos agrícolas, ela podia transformar-se em fonte de um excedente a ser extraído da população *encomendada* (FURTADO, 1976, p. 32).

Ou seja, conforme o mercado mundial estendia seus tentáculos, internamente ocorria o aprofundamento da desorganização das estruturas sociais dos povos originários. A terra era

tensionada por esse contexto a dissipar-se de seu conteúdo originário, e ser submetida ao processo de produção de mercadorias para a troca no mercado mundial. Com isso, o monopólio e a propriedade privada da terra tornaram-se tendências irremediáveis já na época do colonialismo, antes do pleno desenvolvimento das relações sociais capitalistas. E que na transição ao capitalismo não só se mantém, como é aprofundada. Por isso, latifúndio e dependência são intrínsecos um ao outro.

Sobre esse processo de transição, podemos citar alguns elementos que conformaram na crise do sistema colonial, que mais tarde, resultariam nas independências que tomaram conta do cenário político latino-americano e caribenho no século XIX: o peso dos impostos e dos tributos que se acentuavam cada vez mais durante o período colonial, o que gerou descontentamento de certos setores da elite local, principalmente aqueles que não eram protegidos e beneficiados pelas benesses da Coroa; a própria economia espanhola, devido ao parco nível de desenvolvimento econômico não conseguia fornecer às colônias mercadorias para o consumo e manutenção da produção⁴¹; os conflitos na Europa referentes a transição do feudalismo para o capitalismo se agudizam, onde a revolução francesa e industrial⁴² serão um marco importante para a dissolução da economia colonial; o tensionamento pelo fim do monopólio comercial, por parte da Inglaterra principalmente, também é um fermento importante nos conflitos entre metrópole e colônia.

É preciso mencionar brevemente, em caráter de destaque, as influências externas, principalmente inglesa, que impactaram na dissolução do sistema colonial na América. Elas cumpriram papel importante para condicionar a *forma* que assume a transição para o capitalismo na região, ou seja, na situação condicionante da dependência e no domínio das nações imperialistas.

⁴¹ O entendimento de que a riqueza nacional era medida pelo entesouramento dos metais preciosos, expressão do mercantilismo conhecido por “metalismo” ou “bulhonismo”; com a enorme entrada de metais preciosos nos portos espanhóis, gerou o desestímulo para o crescimento da incipiente manufatura, fazendo com que o aumentasse os preços de bens primários (GUAZZELLI, 2010). Além do próprio fortalecimento da aristocracia espanhola ocorrida após a conquista e colonização, onde as riquezas da América não resultaram em investimento da produção nacional. A Espanha não conseguia, devido à fragilidade de sua estrutura econômica, fornecer mercadorias para atender a demanda das colônias americanas. Com isso, acaba submetendo-se aos países estrangeiros, principalmente a Inglaterra, para fornecer os bens demandados pelas colônias. Neste contexto, já se instalava níveis diferentes do desenvolvimento das forças produtivas entre os ingleses, portugueses e espanhóis.

⁴² “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da revolução industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 ser em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793” (HOBSBAWM, 2015, p. 97-98)

Paulatinamente os ingleses foram ocupando, pelas guerras e tratados, o controle comercial e substituindo Espanha e Portugal como nação dominante. O tratado de Utrecht em 1713 é um exemplo disso, fazendo com que estes se tornassem intermediários dos interesses da Inglaterra na América. Sua ação tinha o intuito de romper com o monopólio comercial, e com isso, fazer com que suas mercadorias penetrassem na América colonial. Essa ação também tinha correspondência em setores das elites locais, como “latifundiários, comerciantes, intelectuais e profissionais – cada vez mais interessados no livre câmbio e na autodeterminação política, e, portanto, utilizáveis como base de operação contra o regime monopolista” (KAPLAN, 1974, p. 94).

A ação inglesa não buscava transformar radicalmente às estruturas socioeconômicas que sustentavam o colonialismo, além de ser uma das beneficiadas da sua permanência, temia que esse ataque reforçasse a aliança entre Espanha e França, que se constituía desde o século XVIII. A partir de 1808 os ingleses aliaram-se as tropas espanholas na luta contra Napoleão Bonaparte, e agiram de forma cautelosa no ataque ao monopólio comercial, e ao mesmo tempo buscaram estreitar sua relação com as elites *criollas*.

Suas incitações à revolução são cautelosas; evitam o apelo à guerra social; não estimulam a liberação dos escravos, as negociações com os índios, a desordem social e política; buscam explicitamente à conservação do esquema básico de estratificação e de poder nas colônias. A não ser no que seja requisito indispensável para a substituição das elites governantes. A hostilidade contra insurreição popular e a democracia republicana, relaciona-se à simpatia para os projetos aristocratizante se monárquico (KAPLAN, 1974, p. 93).

O liberalismo econômico inglês, ao buscar abrir mercados para as suas mercadorias e criar formas de romper com o monopólio comercial, estabeleceu relações comerciais, via consenso ou pela imposição político-militar, com as elites coloniais da América. Estas, assentadas na grande propriedade da terra, na servidão e escravidão da mão-de-obra indígena e da população negra. A disputa pelo domínio do comércio e do território da América espanhola e portuguesa ocorreu no século XVIII, principalmente, por Grã-Bretanha e França⁴³.

A revolução francesa e a revolução industrial, ambas do século XVIII, bem como a revolução americana, ocorreram neste período, em “uma época de crise para os velhos regimes

43 A França, tendo em vista, sua rivalidade com a Inglaterra, participa da luta pela independência americana em 1776. “A vitória contra a Inglaterra foi obtida ao custo da bancarrota final, e assim a Revolução Americana pôde proclamar-se como a causa direta da Revolução Francesa. Vários expedientes foram tentados com sucesso cada vez menor, mas sempre longe de uma reforma fundamental que, mobilizando a considerável capacidade tributável do país, pudesse enfrentar uma situação em que os gastos excediam a renda em pelo menos 20% e não havia quaisquer possibilidades de economias efetivas. [...] A guerra e a dívida – a guerra americana e sua dívida – partiram a espinha da monarquia (HOBSBAWM, 2015, p. 104-105).

da Europa e [de] seus sistemas econômicos, e suas últimas décadas foram cheias de agitações políticas, às vezes chegando a ponto da revolta, e de movimentos coloniais em busca de autonomia” (HOBSBAWM, 2015, p. 98). Contexto este que terá repercussões na América Latina e no Caribe, não apenas como reflexos, mas mediados pelas próprias contradições internas e particulares, tendo em vista os interesses em disputa, que modificam, adaptam e conservam certos aspectos deste contexto geral.

Quando as tropas de Napoleão ocupam a Espanha, esse fato repercute na América espanhola como “uma situação inédita: a ausência de rei legítimo, pela abdicação de Carlos IV e de Fernando e a pretensão de sua substituição por um imperador francês visto como usurpador” (KAPLAN, 1974, p. 100). Mesmo com o Imperador Napoleão e o rei José Bonaparte solicitando apoio das elites coloniais, elas negam a autoridade de Napoleão e proclamam sua fidelidade a Fernando VII. A derrota das tropas francesas em 1813 devido à aliança entre Espanha, Portugal e Grã-Bretanha, será um passo importante na dissolução do sistema colonial na América.

Os ingleses mesmo limitados pela sua aliança com a Espanha, com o intuito de derrotar a França, não deixam de intervir⁴⁴ no sentido de fomentar os movimentos de independência. “Sua insistência no pleno acesso do comércio inglês aos portos hispano-americanos representa para os governos revolucionários o contato com o mundo, possibilidades de abastecimento e de rendas alfandegárias” (KAPLAN, 1974, p. 102). Com a derrota das suas tropas, o cenário muda e os franceses passaram a intervir diretamente para romper o monopólio comercial do sistema colonial espanhol. Para tanto, forneceram armas, capitais, soldados, sua frota marítima para as elites coloniais que buscavam construir o movimento de independência.

Após a saída das tropas de Napoleão do território espanhol, com o avanço das ideias de liberdade política, econômica e comercial e com a tentativa de Fernando VII, reempossado como Rei da Espanha em 1813, de fortalecer o *status* colonial da América, intensificam-se os conflitos entre as elites coloniais e a metrópole. E com isso, a dissolução do império espanhol se instala de forma irreversível.

Na consciência das elites *criollas*, o contato com outras metrópoles ao longo do século XVIII e o contexto de revoluções na Europa e a Revolução americana, contribuíram para construir as críticas ao monopólio comercial. As sucessivas aberturas comerciais aos britânicos na economia colonial, gerou repercussões importantes na visão econômica e política das elites *criollas*, estas ao “experimentar as vantagens oferecidas pelo comércio com os ingleses,

44 Havia tentado invasão no Rio do Prata por Buenos Aires 1806 e por Montevideu em 1807.

tornava-se cada vez mais consciente de que o benefício do livre-cambismo em relação à metrópole se tornaria insolúvel e encaminharia para a situação de ruptura do sistema” (GUAZZELLI, 2010, p. 121). Eles perceberam as desvantagens do fortalecimento do monopólio comercial espanhol, que limitaria os seus lucros. As restrições mantidas fizeram com que as elites coloniais buscassem cada vez mais o contato com outras metrópoles, principalmente a Inglaterra, depois de certo crescimento econômico e da diversidade de necessidades que se criaram, devido as relações comerciais e da continuação do contrabando.

A evidente impossibilidade de harmonizar os interesses da Espanha e da América cria e estimula a exigência do livre comércio com todas as nações. Da idéia de liberdade econômica vai-se passando à de suprimir os vínculos e freios sociais e políticos que derivam da submissão à Espanha. A independência começa a aparecer como pré-requisito para a reorganização da economia e da sociedade americana (KAPLAN, 1974, p. 89).

Esse contexto favorece para que as elites nativas comecem a vislumbrar a autonomia na condução da política econômica em relação à metrópole espanhola, já que o sistema colonial privilegiava principalmente os espanhóis da metrópole. “A sensibilização dos crioulos é estimulada pela crescente percepção da pouca flexibilidade das instituições políticas e administrativas, agravada pelas reformas centralizadoras dos Bourbons” (KAPLAN, 1974, p. 90).

As elites crioulas entenderam que a independência lhes retiraria do jugo colonial, mas ela também era vista como um “meio preventivo pra tomar o poder antes que advenha uma subversão incontrolável” (KAPLAN, 1974, p. 102), principalmente de cunho popular, que poderia implicar na liberação das massas indígenas, negros/as escravizados/as e dos brancos pobres. É neste ponto que nos parece central os rumos que assume as lutas pela independência. Afinal, era perigoso que sujeitos classificados racialmente como “perigosos”, “primitivos”, pudessem querer pegar o seu destino pelas suas próprias mãos e construir à nação, o Estado nacional. O resultado seria, devido à sua condição “natural”, o subdesenvolvimento, a violência, a pobreza, a fome. Era preciso afastar as massas de qualquer controle político, econômico, para que a civilização pudesse cumprir seu papel e “superar” o passado. Nesse contexto de efervescência política, o popular desempenhou um importante papel. Esses movimentos, principalmente durante as últimas décadas do século XVIII demonstraram para as elites *criollas*, o perigo que poderia representar o avanço das lutas populares para seus interesses.

Pode-se citar, a título de exemplo, a rebelião liderada por Tupac Amaru no Peru e a revolução do Haiti⁴⁵.

Ambos os casos envolveram grandes massas de trabalhadores compulsórios e atingiram diretamente extensas regiões, de notável importância econômica, tendo causado enorme pânico nos setores *criollos* dominadores; foram, sem dúvida, marcantes quanto aos limites que eventuais movimentos de libertação do jugo colonial impunham em relação à mobilização das camadas populares (GUAZZELLI, 2010, p.129)

Assim, a direção hegemônica deste processo assumiu um caráter elitista, de forma geral, não tendo a intenção de revolucionar a estrutura socioeconômica, inclusive mantendo o latifúndio, a servidão e a escravidão, o que também acabou condicionando a formação dos Estados nacionais durante o século XIX. Os movimentos de resistência ocorridos não podem ser identificados com os movimentos que conduziram hegemonicamente as lutas pela independência e principalmente a formação do Estado nacional. As classes dominantes vendo o perigo que poderia representar para seus interesses, utilizaram a independência como forma de garantir que profundas transformações, como o ataque a concentração de terras, não fossem levadas às últimas consequências. O que se entendeu por nação e os seus inimigos estava condicionado pela concepção que os vitoriosos levaram a cabo durante e após as independências.

Na América portuguesa os conflitos se intensificam, para além dos existentes entre os

[...] indígenas e conquistadores e colonizadores, e entre escravos e senhores, acrescentam-se outras: entre companhias monopolistas e consumidores locais; entre latifundiários e fabricantes; entre os grupos mineiros e o fisco metropolitano; entre classes altas e médias nativas e as autoridades coloniais (KAPLAN, 1974, p.106).

Estabelecem-se divergências importantes entre a metrópole e a classe dominante colonial em relação ao monopólio comercial e o peso dos tributos. Diante deste contexto, “a classe dominante colonial começa a deixar de se identificar com a metrópole e representá-la e defender seus interesses” (KAPLAN, 1974. p. 106).

Assim, tentando sintetizar o colonialismo, e os modos de produção que se constituíram desde a invasão colonial, e seus rebatimentos na debilidade das economias latino-americanas e caribenhas, ou seja, nas raízes da dependência, sobre a qual o capitalismo se desenvolverá ao

⁴⁵ Conforme mencionado anteriormente, a Revolução do Haiti coloca a revolução francesa em uma encruzilhada e escancara os limites da universalização da concepção de *humano* e os direitos correspondentes.

longo do século XIX, é preciso referir que a América foi marcada estruturalmente pelo saqueio de riquezas, que foram enviadas às metrópoles europeias para transformarem-se em capital, através do extermínio das sociedades pré-colombianas. A desacumulação originária ou primitiva, ao mesmo tempo que encarnava a acumulação em um polo, também gerava a escassez em outro. Com isso, o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Caribe assume um outro ritmo, onde a acumulação originária tornou-se com maior envergadura acumulação de capital somente a partir do século XIX com as independências. Esse processo se consolidou a partir de uma estrutura econômica que teve na concentração de terra, no poder das elites agrária-mineira-comercial, na exploração da força de trabalho indígena e negra, com remunerações, quando “livre”, abaixo do necessário para reproduzir a sua força de trabalho.

A questão agrária a partir da invasão colonial escravista e das disputas que a envolveram, assume a forma mercantil, soterrando e subordinando a diversidade em conceber terra e trabalho e modos de viver dos povos originários. Assim, esses elementos a partir do marco da invasão colonial, foram os suportes na produção de valor, e no conseqüente desenvolvimento do capitalismo em geral, e do capitalismo dependente em particular. Ela representa, a partir da concepção dos vencedores, a subordinação da diversidade de povos à produção de riquezas a partir da lógica mercantil, o que inclui a terra, concentrada nas mãos de poucos proprietários, e do trabalho como elementos substanciais para a valorização do valor. No capitalismo dependente o latifúndio é estruturante nas economias latino-americanas e caribenhas, e ao mesmo tempo relegou grandes contingentes populacionais a tornarem-se sem-terra, tanto no campo como na cidade. Assim, o debate da questão agrária articula-se com o próprio debate da formação das cidades, da industrialização, da constituição do Estado nacional, das políticas sociais de forma geral, tendo seu polo central articulado à luta de classes. Reverbera na particularidade que assume a acumulação de capital e na constituição da questão social, que terá na questão agrária, sua base estrutural.

É sobre essa estrutura econômico-social que ocorreu a transição das independências do jugo colonial à dependência. Esse contexto condiciona a própria formação do Estado nacional latino-americano e caribenho, as suas classes dirigentes, o sentido de nacional, os seus inimigos da nação.

4 A TRANSIÇÃO DO ESCRAVISMO COLONIAL PARA O CAPITALISMO DEPENDENTE: O PASSADO TECENDO O PRESENTE DA RELAÇÃO ENTRE QUESTÃO AGRÁRIA E QUESTÃO SOCIAL (1822-1930)

Este capítulo tem como objetivo demonstrar alguns aspectos gerais da transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente. O estudo deste processo demonstra que na formação sócio-histórica brasileira a presença do passado atravessa a tecitura do presente. Na verdade, se relacionam dialeticamente, nunca rompendo de forma definitiva. Revestido de moderno, mas jamais conseguindo se esconder por completo, demonstrando que ainda não resolvemos nossas “pendências” com o passado. Ou seja, com a racionalidade escravista, com o latifúndio e com a desumanização dos trabalhadores e das trabalhadoras como meio para a produção do capital na economia dependente brasileira. Continuam, sob a lógica de um novo modo de produção, fazendo parte das engrenagens que visam garantir a reprodução do capital, que numa economia dependente como a brasileira, não pode prescindir da reposição do latifúndio e da superexploração da força de trabalho. A presença do passado tecendo o presente, e este o usando como suporte para a sua reprodução, tem limitado a transformação radical da sociedade brasileira, a superação das amarras coloniais, que visam reorientar as ações de caráter revolucionário e transformador.

Assim, a transição, a formação e o desenvolvimento do capitalismo teve no monopólio e na propriedade privada da terra, na reprodução político-ideológica de concepções que naturalizavam e justificavam a violência do colonialismo, sua base de sustentação, que reverberam na reprodução da superexploração da força de trabalho no processo de valorização do capital. Forjando uma sociedade autoritária, escravista, colonialista e dependente, que agudiza as contradições próprias do capitalismo, que repele e nega a grande parte do seu povo o reconhecimento de sua humanidade, de sujeito de direitos, esses que são universais aos *europæus*.

Com o estudo da *formação sócio-histórica* buscamos captar como o capitalismo se efetiva na realidade brasileira, ou seja, a mediação daquelas leis universais que regem este sistema e a particularidade histórica-concreta, em seus aspectos nacionais, culturais, políticos. Com isso, as determinações concretas ganham relevo e dão o significado de como a reprodução do capital opera, de que forma o divórcio entre terra e trabalho se impõe. Desta forma, defendemos que a centralidade da questão agrária na análise teórica e política, permite que tenhamos um nível maior de concreticidade da forma como ocorre a acumulação capitalista na economia dependente brasileira. Ou seja, permite entendermos como as desigualdades se

estruturam e atravessam o destino da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo, os processos de resistência que as forças populares produzem contra a desumanização, a superexploração. Em síntese, buscamos demonstrar como a questão agrária no processo de acumulação capitalista, ao ser tensionada, aprofunda a questão social e suas expressões no destino da classe trabalhadora.

4.1 DA INDEPENDÊNCIA AO FIM DO MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVISTA: A FORMAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE (1822-1889)

É durante o século XIX que a transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente ganha um ritmo mais intenso e se efetiva, com profundas transformações internas que impactaram na *forma particular* que esse processo assumiu. Entendemos que este período de formação do capitalismo é central, pois, finca raízes que ainda não foram extirpadas. Esse processo interno e nacional se insere no contexto mundial de amadurecimento e pleno desenvolvimento do capitalismo, onde a exploração colonial da América Latina e do Caribe teve um papel central na imposição do domínio europeu e no *ritmo desigual* que essa dinâmica assume.

Esse processo geral para o Brasil significou, pela determinação dos interesses externos em comunhão com os interesses das classes dominantes nacionais, a constituição de uma forma dependente de desenvolvimento do capitalismo. Essa forma terá seu pleno amadurecimento no último quarto do século XIX, com passagem da fase concorrencial para a fase monopolista do capitalismo. É quando o Imperialismo, enquanto fase superior do capitalismo (LENIN, 2012) e resultado da tendência de centralização e concentração de capital, impõe o aprofundamento da exploração colonial nos países do sul. Essa dominação trava o desenvolvimento de uma forma *independente*, determinando a via *dependente*, como garantia para a continuidade da sucção de riqueza produzida em solo nacional em direção ao centro europeu, e mais tarde estadunidense, com a cooperação ativa das burguesias nacionais, como condição para a manutenção do seu poder econômico e político-ideológico. Na totalidade, essas particulares formas de desenvolvimento, representam aspectos de uma mesma dinâmica, que se alimenta justamente da produção e reprodução da desigualdade social, da exploração de trabalhadores e trabalhadoras e da mercantilização da terra.

Essas forças cristalizam seu poder no âmbito do Estado Nacional e direcionam as transformações na sociedade latino-americana e caribenha para que não resultem em ataques à

estrutura econômica e política que sustentava as classes dominantes. Na América Latina e no Caribe, a formação do Estado nacional é permeada por dois processos indissociáveis: “a internacionalização do modo de produção capitalista que conduz à institucionalização do poder burguês no mundo todo e, por outro lado, os processos de emancipação das colônias ibéricas” (WASSERMAN, 2010, p. 176). Esses dois processos, articulados, conformam a inserção das nações latino-americanas no contexto internacional, criando uma transição particular ao capitalismo. Internamente gestou-se importantes conflitos que foram configurando essa dinâmica, onde a estrutura econômica e político-ideológica conformou uma determinada hegemonia ao sentido de Nação.

No primeiro aspecto, a estrutura socioeconômica foi condicionada pelo contexto mundial do capitalismo, principalmente nas relações de dominação que foram sendo estabelecidas. Assim,

[...] el Estado se desarrolla en el contexto de la inserción dependiente en un orden mundial y en una división internacional del trabajo estructurados bajo la hegemonía de Europa Occidental y de los Estados Unidos, de una economía y un desarrollo de tipo primario-exportador; de una sociedad jerarquía y rígida; y de un orden político elitista-oligárquico” (KAPLAN, 1996. p. 57).

Apesar deste contexto, os Estados e as elites latino-americanas e caribenhas são muito mais produtores do que produtos, criadores do que criaturas, não são meros reflexos da dinâmica externa, mas internamente, criaram estruturas que reproduziram tal dinâmica, tendo em vista sua inserção, subordinada e dependente, na divisão internacional do trabalho (KAPLAN, 1996). Na construção do Estado nacional, as elites dominantes utilizam como referência fórmulas e formas de governo externas, não criando a relação interna necessária com esses processos (KAPLAN, 1996). Devido ao próprio caráter autoritário da transição ao capitalismo e sua correspondente superestrutura política e ideológica (CUEVA, 1983), a grande massa da população e as forças progressistas são combatidas pelas elites agrária, comercial e financeira. O próprio sentido de nacional é vazio tendo em vista a diversidade de povos que viviam no território, onde a formação do Estado apresenta uma forte presença do poder executivo em relação aos outros poderes. Mesmo que nas constituições se apresente os interesses nacionais como base territorial de organização do Estado, que seja “legitimado” pela soberania popular, com direitos garantidos em lei, na prática ocorre o contrário. Aqueles que lutavam e reivindicavam pelo direito à terra, foram tratados como inimigos, logo, os aparelhos de repressão do Estado agiram no sentido de controlar essas convulsões sociais.

Dependencia externa, concentración de los principales instrumentos de poder en minorías nativas y extranjeras, marginación de mayorías, restringen la vigencia de los principios de autonomía y centralización del Estado, de soberanía popular y democracia representativa. Compartido en su encarnación, su control y su uso por elites públicas y nuevas oligarquías, el Estado adquiere las características de autocracia unificadora, o de democracia con participación restringida, o bien resulta un híbrido de ambas (KAPLAN, 1996, p. 64).

Logo se percebe que o poder econômico das elites agrária-comercial-financeira, enquanto força hegemônica, transita e se cristaliza no Estado. Fazendo com que a grande maioria dos trabalhadores e trabalhadoras fossem excluídos/as das decisões sobre os rumos da sociedade. Características que fazem parte da formação do Estado, mas que serão recriadas conforme o capitalismo dependente se desenvolve, tendo em vista manter as condições para a produção e reprodução do capital. A terra, se mantém ao longo do processo histórico como sendo um elemento de sustentação do poder econômico e político das burguesias, onde a acumulação primitiva não se tornou somente um mecanismo da gênese do capitalismo, mas mantém-se viva através da espoliação dos/as trabalhadores/as do campo e da cidade.

A acumulação da riqueza mercantil na economia brasileira, assentada nas relações sociais escravistas, a partir do século XIX se modernizam, principalmente após 1850. Essas mudanças caracterizaram-se por importantes contradições que deram o caráter particular de como a acumulação mercantil *capitalista* se desenvolve na formação sócio-histórica brasileira. Sobre isso, a reflexão de Martins (1994) é essencial, onde escreve que essa modernização não ocorreu

[...] por ações e medidas que revolucionasse no relacionamento entre a riqueza e o poder, como acontecerá na história da burguesia dos países mais representativos do desenvolvimento capitalista. *Ao contrário, na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem.* Portanto, as transformações sociais e políticas são lentas, não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho: foi o próprio rei de Portugal, em nome da nobreza, que suspendeu o medieval regime de sesmarias na distribuição de terras; foi o príncipe herdeiro da coroa portuguesa que proclamou a Independência do Brasil; foram os senhores de escravos que aboliram a escravidão; foram os fazendeiros que em grande parte se tornaram comerciantes industriais ou forneceram os capitais para esse desdobramento histórico da riqueza no país. Nessa dinâmica, é que pode ser encontrada a explicação para o fato de que são os setores modernos e de ponta, na economia e na sociedade, que recriam ou, mesmo, criam, relações sociais arcaicas ou atrasadas, como a peonagem, a escravidão por dívida, nos anos recentes. *Trata-se, portanto, de uma sociedade estruturalmente peculiar, cuja dinâmica não se explica por processos políticos e históricos dos modelos clássicos* (MARTINS, 1994, p. 30, grifo nosso).

Tendo em vista essas reflexões, situamos a centralidade da questão agrária como recurso analítico da dinâmica da formação sócio-histórica brasileira. Ela foi meio, a partir do seu

aprisionamento à lógica mercantil no colonialismo, para que a oligarquia agrária construísse o seu poder, assentando-se justamente no latifúndio, na desigualdade do acesso à terra e ao poder. A partir disto, acumula riquezas, influencia na política, na cultura, nos rumos da sociedade brasileira. Utiliza a mediação do moderno com o atrasado como mecanismo de reprodução dos seus interesses. O atraso é potência para sua hegemonia: a democracia restrita, colocando barreiras para a ampla participação política e das diversas compreensões sobre a realidade; a negação ou alcance extremamente restrito da extensão da cidadania burguesa, incluindo o direito à propriedade privada, para grande parte do povo; direitos que não se aplicam; o uso de justificativas de caráter colonialista para continuar cometendo todo o tipo de atrocidades, genocídios, e violências de forma geral, para garantir o avanço da modernidade. Esses são alguns aspectos que demonstram que o passado se mantém vivo, produzindo processos que bloqueiam as necessárias transformações estruturais de nossa sociedade.

Como dissemos, o modo de produção escravista no Brasil possui duas fases. A primeira (1500-1850) marcada pelo seu pleno desenvolvimento denominada de escravismo pleno, e a segunda (1850-1889) que representa seu declínio a partir de impossibilidade de continuidade do tráfico de escravos, conhecida como escravismo tardio (MOURA, 1994). Desta forma, o século XIX comporta esses dois momentos do escravismo, de ascensão e de crise, período marcado por importantes mudanças na sociedade brasileira. Além do que mudou, e talvez principalmente, é preciso sinalizar aquilo que permaneceu como suporte para a reprodução da dependência.

O início do século XIX no Brasil é marcado pelo processo de independência formal e da formação do Estado nacional brasileiro. Esse contexto teve uma importante participação e interferência dos ingleses na sua condução, que desde o século XVIII ganham terreno no controle da dinâmica interna. Esse domínio fez com que Portugal passasse a cumprir o papel de intermédio entre a Grã-Bretanha e o Brasil. “A quase totalidade da demanda de Portugal e suas colônias é satisfeita pela produção e comércio da Grã-Bretanha” (KAPLAN, 1974, p. 106). O que demonstra as condições de subordinação dos portugueses para a manutenção do controle sobre o Brasil, via continuidade da exploração colonial. Que não seria possível sem a contínua reposição de homens e mulheres sequestrados da África e submetidos/as ao trabalho escravo.

Com o avanço sobre Portugal das tropas de Napoleão Bonaparte, a Coroa portuguesa foge para o Brasil. Este fato, ao mesmo tempo que acelerou a independência⁴⁶, também fez com

46 “A presença da corte estimula mudanças e progresso no Rio de Janeiro e em outras cidades do país. A pequena cidade colonial que é o Rio de Janeiro converte-se numa grande capital, adequada a sede de uma corte européia.

que aumentasse ainda mais o domínio inglês. Dessa forma, “[...] as condições da mudança produzida favorecem e impõem a plena abertura do Brasil aos navios e comércio britânicos e estrangeiros. A Grã-Bretanha aproveita e promove as transformações determinadas pela troca do eixo político do Império português” (KAPLAN, 1974, p.107). A busca da quebra do monopólio comercial planejada pelas classes dominantes coloniais, visando uma maior liberdade comercial, acabou efetivando uma certa limitação à sua ação, devido ao contexto de intensas convulsões sociais na Europa e na América.

Sobre a propagação do livre comércio e o seu significado para a nação que iniciava seu processo de independência formal, o sociólogo Clovis Moura profere as seguintes palavras:

Essa liberdade de comércio bem pouco significou para o Brasil no nível de livre escolha de mercado, pois todas as nações que poderiam ser clientes dos nossos produtos estavam envolvidas nas guerras napoleônicas, restando-nos a Inglaterra como última alternativa. O processo de desenvolvimento interno desse período irá acontecer superestruturalmente, preservando-se a forma fundamental de trabalho que continua a produzir todo o valor dessa economia (MOURA, 1994, p. 46).

Queremos destacar, mais uma vez, que esse contexto de mudanças, com a presença inglesa, foi construindo uma dinâmica de desenvolvimento subordinada aos interesses externos, reforçando o caráter primário-exportador e o papel que ocuparíamos na divisão internacional do trabalho, e as relações sociais que o sustentavam. Mas é preciso dizer que as classes dominantes, que centravam seu poder econômico e político na terra e na escravidão, não eram meros recebedores de ordens estrangeiras, mas agentes ativos desta lógica de dominação. Afinal, era interesse que parte da riqueza produzida internamente não fluísse à metrópole, podendo ser apropriada pela oligarquia agrária. Desta forma,

[...] a abertura dos portos favoreceu também aos proprietários rurais produtores de bens destinados à exportação (açúcar e algodão principalmente), os quais se livraram do monopólio comercial da Metrópole. Daí para frente, seria possível vender a quem quer que fosse, sem as restrições imposto pelo sistema colonial” (FAUSTO, 2013, p. 106).

A transformação é perceptível em menos de duas décadas. Constrói-se um teatro, instala-se uma impressora e publica-se regularmente um jornal. Surgem alguma manufatura que subsistem enquanto não sofrem concorrência inglesa. Bosques e serras são convertidos em terras cultiváveis para produzir alimentos e matérias-primas exigidos pelo consumo da Corte, de seus dependentes e do resto da população. A presença da Corte e a expansão do livre comércio aumentam e diversificam a população, a estrutura produtiva e ocupacional, os serviços e as profissões. A vida social e cultural incorpora elementos e estilos europeus” (KAPLAN, 1974, p. 108). Essas mudanças ocorridas na América portuguesa representaram um fato novo, que “não tinha como haver sido imitado: a colônia transformava-se em sede da metrópole. Foi se produzindo uma enxurrada de documentos para concretizar tal inversão: decisões, legislação, papéis diplomáticos e todos os atos das repartições do real serviço. Precisava-se, porém, publicar essa massa de documentos, com o óbice de que oficinas tipográficas eram proibidas na colônia” (SCHWARCZ; STARLING, 2018, p. 182-183).

Nesse processo de emancipação política, mesmo que impulsionado pelas camadas médias brasileiras e pelas revoltas dos escravos, quem teve a hegemonia na direção destas mudanças foram os proprietários de terra e de escravos. A base material (latifúndio, monocultura e escravidão) se mantém, e permanecerá praticamente intacta pelos menos até 1850. O contexto de convulsões revolucionárias que marcou a América espanhola, aqui adquire uma transição, em certos aspectos, com menor nível de tensionamento entre as classes dominantes, mas apresentando importantes conflitos sociais entre proprietários de terras e escravos (KAPLAN, 1974. MOURA, 1994; SOUZA, 2020). Com a tentativa da metrópole portuguesa de fortalecer o seu domínio sobre o Brasil, D. Pedro, com apoio da elite local, proclama em 1822 a independência do Brasil.

Em termos práticos, esse contexto não produziu nenhuma crise estrutural ao sistema escravista, ao contrário, o fortaleceu, mantendo o caráter primário-exportador da economia, mas principalmente, na expansão da força viva que produzia a riqueza desta sociedade: os trabalhadores negros escravizados. Sobre essa expansão, no ano de 1798, a população escrava era de 1.582.000, ocupando 47,9% da população total, já para o ano de 1818 teve um acréscimo de 350.000 trabalhadores africanos submetidos a escravidão, assim, elevando para 52,5% no total da participação (MOURA, 1994). O que demonstra que as relações sociais de produção longe de serem dissolvidas, são ampliadas como mecanismo para a produção da riqueza mercantil escravista.

Outro aspecto que demonstra o fortalecimento da economia escravista e da oligarquia agrária, é o fato de que, em 1830, o Brasil se tornou o maior produtor de café no cenário mundial, através da exploração do trabalho escravo. Mesmo que neste ano, tenha surgido lei que proibia o tráfico, ela não teve força para ser efetivada, demonstrando o poder econômico e político dos proprietários de terra e de escravos (MOURA, 1994). Este poder, longe de perder fôlego, vai ganhando cada vez mais espaço de influência na formação e consolidação do Estado. O que acabou condicionando o conteúdo da concepção que se teve de nação e dos “verdadeiros” cidadãos. Cria-se uma relação íntima, gestada desde o colonialismo, entre terra, escravidão e poder, onde o monopólio da propriedade privada da terra é umas das expressões da histórica construção da desigualdade social no Brasil, base de sustentação política da oligarquia agrária.

José de Souza Martins, refere que a expansão do poder da oligarquia agrária, durante o século XIX, está vinculada com a relação estabelecida entre a Coroa portuguesa e os proprietários de terra e de escravos durante o escravismo. Conforme o sociólogo brasileiro, a relação de troca estabelecida entre essas frações da classe dominante se caracterizou pela troca de favores, como mecanismo de sustentação econômica e política desta sociedade.

[...] a Coroa portuguesa por pobreza ou avareza, recorria ao patrimônio dos particulares para a realização dos serviços públicos, pagando, em troca, com o poder local e honorarias, isto é, com nada. Esse nada, porém, tinha a virtude real ou potencial de poder ser convertido em riqueza, terras ou dinheiro (MARTINS, 1994, p. 30).

Durante o período em que o monopólio comercial imperou, onde buscou se apropriar de grande parte da riqueza produzida internamente, também foi sendo gestado as possibilidades, através da terra e do trabalho escravo, para que a oligarquia agrária emergisse como classe dirigente destes processos que marcaram o século XIX. O poder local e municipal que estes possuíam, serviu de instrumento de expressão do poder da Coroa durante os séculos XVI, XVII e XVIII, porém, “com a Independência, esse poder acrescido e organizado politicamente pelo absolutismo no período colonial, retornou ao controle dos potentados rurais e locais. Eles se tornaram os guardiões do Estado nacional nascente e, portanto, a fonte de legitimidade política do novo país (MARTINS, 1994, p. 27). O alcance destas mudanças não gerou nenhuma crise na economia escravista, onde o Estado nacional se forma expressando essa estrutura. Assim, a racionalidade escravocrata constitui o conteúdo político e ideológico que tece a formação do Estado nacional brasileiro.

Moura (1994), estabelecendo diálogo crítico com Caio Padro Jr., refere que o autor ao denominar o período da chegada do príncipe regente até a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 como a Era do liberalismo, não acrescenta em sua análise que esse liberalismo era um liberalismo escravista. “A relação umbilical entre liberalismo e escravismo só pode ser vista como um paradoxo (“a ideia fora do lugar”) se tomarmos a ideologia liberal como um tipo-ideal desgarrado das práticas coloniais e escravistas dos países centrais do capitalismo” (CASTELO, 2021, p. 101). Quando analisado a aplicação concreta do liberalismo na realidade brasileira, ficou demonstrado que “o discurso liberal ia até os limites das relações existentes e a sociedade civil brasileira continuava não admitindo a população escrava nos seus quadros institucionais” (MOURA, 1994, p. 46). A modernização técnica, política e econômica foi produzida através da continuidade do trabalho escravo, onde a acumulação de riqueza interna só foi possível devido a este fato. O que possibilitaria, ao fim do século XIX, promover essa acumulação a partir de bases mercantis *tipicamente* capitalista.

O Estado nacional, forjado a partir desta estrutura socioeconômica, foi um

Estado não-igualitário e patrimonial, mutilado por uma categoria povo bem distinta da do Estado moderno, porque o povo estamentalmente dividido entre grupos sociais com direitos desiguais, além daqueles que não tinham nenhum direito, que eram os escravos, de modo algum incluídos na categoria povo (MARTINS, 1994, p. 27).

Assim, o alcance desses direitos ficou restrito somente a oligarquia agrária, que não abrindo mão, caso contrário colocaria em risco a sua hegemonia, dos métodos coloniais e escravista de dominação, repressão e torturas para continuar a extrair excedentes dos trabalhadores e das trabalhadoras submetidas ao trabalho escravizado. Também contra as revoltas populares que pudessem colocar em pauta outro projeto de nação, ou que pudessem criar fissuras ao poder instituído.

A liberdade concebida pelos liberais era uma realidade ficcional para mulheres, negros, indígenas, analfabetos, escravizados e toda sorte de membros das classes subalternas, seja nas metrópoles, seja nas colônias (e, futuramente, nos países dependentes). No cotidiano, vivenciavam violências econômicas e extraeconômicas legalizadas e sancionadas pelo Estado moderno (CASTELO, 2021, p. 101).

É partir desta base material e política-ideológica, que acumulação mercantil irá se modernizar, porém, sem mudanças profundas na estrutura econômico-social. Na sequência elencaremos alguns elementos da segunda fase do escravismo que culminaram enquanto *elementos formadores da transição ao capitalismo dependente*.

A partir do ano de 1850 inicia a segunda fase do escravismo, e ao mesmo tempo o seu encerramento, denominada de *escravismo tardio*. Uma das principais características desta fase foi

[...] o cruzamento rápido e acentuado de relações capitalistas em cima de uma base escravista. Com a particularidade de que essas relações capitalistas emergentes são dinamizadas, na sua esmagadora maioria, por um vetor externo: capitais vindos de fora e instalados aqui como seus promotores dinamizadores e dirigentes. Em face desse fenômeno quase todos os espaços econômicos, que poderiam ser ocupados por uma burguesia autóctone em formação, foram ocupados pelo capital alienígena, na sua esmagadora maioria inglês” (MOURA, 1994, p. 53).

Neste período acelera-se a dissolução do escravismo e a expansão das relações capitalistas no conjunto da sociedade. A formação do capitalismo brasileiro esteve desde sua origem condicionada pela presença do capital inglês, não somente pela via dos empréstimos, mas através da inserção de capital e controle de importantes setores da economia brasileira. É um traço importante deste *desenvolvimento*, tornando-se um dos mecanismos para que a *forma dependente* se consolide. Sempre é preciso salientar, que não é somente a dominação imperialista que gera essa forma, mas a conjugação interna de fatores da própria formação sócio-histórica brasileira, representando aspectos diferentes e desiguais de uma mesma totalidade.

As transformações se aprofundam, principalmente no nível técnico da economia, na forma jurídica, porém, todo esse processo se dá através da manutenção da escravidão, do latifúndio e do aprofundamento da influência do capital inglês na dinâmica interna. A participação deste último teve como efeito, devido a sua influência, garantir que essa modernização não significasse a elaboração concreta de projeto autônomos de desenvolvimento e o rompimento da aliança com os ingleses. As classes dominantes nacionais acomodam seus interesses subordinando à dinâmica da nossa economia ao ritmo das economias centrais, principalmente na exportação de bens primários, na continuidade do latifúndio e das relações escravistas.

Por isso, Moura (1994) denomina esse cruzamento de relações sociais como uma *modernização sem mudanças*, porque o uso do moderno foi utilizado justamente para fortalecer o poder das classes dominantes vinculadas ao modo de produção escravista. Especificamente à oligarquia agrária escravista e o capital estrangeiro. Esse período irá marcar a passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, e na conformação da dependência como *forma* de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. E para isso, a oligarquia agrária, que mantém seu poder através do monopólio da propriedade privada da terra, será a classe dirigente, que associada e/ou subordinada ao capital estrangeiro, que conduzirá esse processo.

Os senhores de escravos aproveitaram o processo de modernização e, ao mesmo tempo, de dependência para manterem os seus privilégios de classe e sobreviveram à passagem do escravismo tardio para o trabalho livre. Ficaram na dependência dessas forças econômicas modernizadoras. Mas, ao mesmo tempo, conseguiram estabelecer táticas de manipulação política para, de um lado, apoiarem esse processo modernizador-subalternizador, mas, de outro, conservar os seus interesses e privilégios que tinham como suporte as relações arcaicas no campo, no caso a permanência da escravidão ou, com o seu término, a conservação dos interesses das oligarquias latifundiárias que constituíam a classe senhorial. A passagem da escravidão para o trabalho livre não afetou por isto os interesses dessas oligarquias, pois, ao perderem os escravos, muito deles já onerosos por serem membros de um estoque envelhecido, continuaram com a posse da terra, símbolo econômico e social do poder. E essa tática apelou para uma solução alternativa que permitisse a essa oligarquia continuar na posse da terra: a vinda dos imigrantes (MOURA, 1994, p. 57-58).

Destacamos, das reflexões proferidas por Moura, a centralidade da terra como centro do poder desta oligarquia, sendo essencial para à manutenção dos seus interesses e da sua capacidade de influenciar politicamente à transição ao trabalho livre. Permanecendo, ao longo do desenvolvimento histórico, como uma das frações das classes dominantes com maior capacidade de barrar qualquer transformação radical da sociedade, incluindo a democratização da terra. Estabelecerá uma fratura nessa transição, que ainda não foi superada, entre o Estado,

cristalizado pelos interesses das classes dominantes nacionais e estrangeiras, e a universalização dos direitos da cidadania burguesa. Neste período da histórica brasileira, esses direitos estavam alicerçados na condição de ser proprietário de terra e de ter reconhecida sua condição de *humano*. Em uma sociedade baseada por mais de três séculos na escravidão do outro, em violência, tortura, castigos, pode-se imaginar o alcance extremamente restrito dessa cidadania que foi sendo construída. Reconhecer a indígenas, negros, pobres a sua condição de cidadão, seria reconhecer a possibilidade de serem proprietários de si mesmos e de ter um pedaço de terra. O que certamente afetaria diretamente os interesses da burguesia nacional e internacional, e do papel que o Brasil ocuparia na divisão internacional do trabalho e nas relações de dominação entre as nações.

Se mesclam aspectos da dominação externa, que se aprofundam no período em que se consolida a fase imperialista do capitalismo, com a concepção de *desenvolvimento*⁴⁷ das classes dominantes nacionais. Sobre a formação da burguesia neste segundo período do escravismo, Moura (1994) escreve o seguinte:

[...] era uma burguesia auxiliar, condicionada, dependente, apêndice e colaboradora dos interesses dos compradores, vendedores ou investidores da nova Metrópole: a Inglaterra. Os seus espaços econômicos, sociais e culturais já haviam sido ocupadas e funcionavam independente da sua liderança. Passou, a partir daí, a ser uma burguesia subalterna, que desempenharia funções caudatárias, porém, jamais assumiria o seu papel social e político de transformadora de uma nova etapa histórica da nossa sociedade através de uma proposta de nova ordenação social (MOURA, 1994, p. 47).

A construção do projeto da burguesia brasileira não idealizou, de forma geral, uma transformação profunda na sociedade, que dissolvesse de forma completa o modo de produção escravista. Esse aspecto nos parece central ao analisarmos a luta de classes e os projetos em disputa ao longo da história brasileira, latino-americana e caribenha. Fica evidente que a burguesia já nasceu comprometida, pela imposição e/ou cooperação consciente, com um projeto de desenvolvimento do subdesenvolvimento, como forma de manter seus privilégios. Internamente significou submeter os trabalhadores e as trabalhadoras a formas agudizadas de exploração, de repressão, torturas, de negação de direitos sociais e do reconhecimento da sua humanidade, não permitindo qualquer alteração profunda ou democratização no poder. A construção da história oficial, escrita a partir da visão dos proprietários de terra e de escravos, não se baseou na diversidade das histórias de resistência, mas projetou e importou modelos

⁴⁷ Intimamente vinculada, de forma geral, a concepção dos países centrais e com o colonialismo. E que na fase imperialista do capitalismo se tornou-se um irradiador interno deste domínio.

estranhos a nossa realidade social. A inserção e domínio do capital estrangeiro em importantes setores da nossa economia, também “foi acompanhada por um processo de subalternização também política e cultural nos colocando sempre como devedores e culturalmente dominados pelas nações do centro, que comandavam o mercado capitalista mundial (MOURA, 1994, p. 53-54).

Ao negar às outras histórias que compõem a formação sócio-histórica brasileira, nega-se o protagonismo dos sujeitos concretos que fizeram a resistência ao avanço do colonialismo. Classificando-os como inimigos da nação, assim, quando o popular se colocou, e se coloca, como força ameaçadora dos interesses do capital, a burguesia brasileira não teve dúvidas em dar as mãos às nações imperialistas como forma de sobrevivência, e impor uma série de repressões, recuperando e mantendo os métodos de tortura, de castigos e de violência colonial, sobre uma nova roupagem, contra os povos indígenas, negros, sem-terra.

Para demonstrar como essa *modernização sem mudanças* condicionou o papel que a terra e o trabalho desempenhariam na transição ao capitalismo dependente, entendemos ser necessário expor alguns aspectos desta segunda fase do escravismo. Com isso, queremos dar ênfase para aqueles aspectos que *estruturam e consolidam a transição ao capitalismo dependente*, não destacando somente o que mudou, mas o que se manteve na tecitura do presente, conforme o alerta teórico-metodológico de Martins (1994).

Sobre os movimentos concretos desta modernização, Clovis Moura refere algumas medidas que garantiram o declínio e o desaparecimento do escravismo, resultando no fortalecimento da oligarquia agrária e da presença do capital estrangeiro em determinar os rumos da economia brasileira. Souza (2020) também aponta a importância dessas medidas, onde escreve a necessidade de dar atenção as mesmas, “pois elucidam como a derrocada do modo de produção escravista, além das questões no âmbito estritamente econômico, foi demarcada por processos políticos que definiram as condições da estrutura social brasileira após o fim da escravidão” (SOUZA, 2020, p. 123). O conjunto de mudanças que passou a sociedade brasileira nesta segunda fase do escravismo, teve uma importante participação do Estado, como regulador jurídico e da repressão contra os inimigos das classes dominantes nacionais e estrangeiras.

A dominação estatal operou um conjunto de medidas coercitivo-legais que interligaram expropriações, exploração da força de trabalho e opressões para a construção e expansão do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador, tendo que articular e mediar um bloco social dominante composto de distintos interesses das classes proprietárias agrárias, comerciais e industriais, nacionais e

internacionais, com hegemonia das oligarquias exportadoras (CASTELO, 2021, p. 104).

Esse caráter é essencial para compreendermos o papel que o Brasil desempenhou no mercado mundial, e como condicionou o *ritmo* e a *forma* do nosso desenvolvimento. As medidas adotadas durante este período visaram preparar o Brasil para ingressar na divisão internacional do trabalho como vendedor de bens primários e comprador de bens industriais produzidos pelas economias centrais. E para isso, era essencial manter a estrutura socioeconômica no seu fundamental, ou seja, nas relações sociais escravistas.

A primeira dessas medidas, a Tarifa Alves Branco de 1844, teve como objetivo proteger a indústria nascente brasileira, ainda com pouca expressão, e construir o caminho para que conseguisse absorver a força de trabalho estrangeira que sobrava do meio rural. A formação do mercado de trabalho, para abastecer a indústria, seria umas das ações para modernizar a sociedade brasileira, o que pressupunha a existência de trabalhadores *livres*. Porém, não significou o fim da escravidão, mas o seu contrário. Ao mesmo tempo que a manteve como relação social predominante, se buscou

estimular a vinda de trabalhadores estrangeiros brancos capaz de dominar “técnicas mais avançadas de produção” e branquear a nossa população, segundo a ideologia predominante. Os escravos, como fica muito claro, estavam excluídos desse processo de mobilidade social, bloqueados pela sua condição de cor e classe e por isto mesmo impossibilitados de competir nesse processo de *modernização* na área do trabalho (MOURA, 1994, p. 67-68).

Esse bloqueio tornou-se elemento estruturante da sociedade que emergiria ao fim do século XIX, impondo a população negra e não branca viver as margens, nas *frangas* da sociedade capitalista (MOURA, 2021; SOUZA, 2020).

A segunda medida foi a Lei de Terras de 1850. As mudanças sobre a propriedade privada da terra tiveram como intuito a manutenção do latifúndio. Esse aspecto é um dos elementos que particularizam a transição no contexto brasileiro, construindo sua *diferencialidade* em relação à outras formações sócio-históricas. Algumas dessas formações, no que se refere a propriedade da terra, tiveram como tendência durante

[...] o século XIX, com a ascensão da burguesia em vários países, [...] a reforma do direito da propriedade e a democratização do acesso à propriedade, de maneira a abolir privilégios nele baseados, dinamizar o mercado e incrementar a igualdade jurídica que dinamizaram a economia capitalista e acentuaram o papel transformador do mercado (MARTINS, 1994, p. 75).

Na Europa, especificamente na Inglaterra, foi um marco, onde a estrutura agrária oriunda do feudalismo e suas classes dominantes correspondentes foram deslocadas do poder. Na América Latina e no Caribe, como exemplos de reforma agrária anticolonial, oriundas do contexto das independências, que buscaram desapropriar e atacar o latifúndio, temos: a Revolução Haitiana, que além da libertação dos/as escravos/as, realizou a distribuição massiva das terras aos ex-escravos; no Uruguai em 1815, com a liderança de José Artigas, que tinha como objetivo desapropriar os latifundiários sem indenização e distribuir as terras aos trabalhadores do campo, mas que foi atacada pelos representantes locais do domínio colonial (STEDILE, 2020).

No Brasil, a tônica foi outra. Se no início do século se teve a iniciativa de abolir o regime de sesmarias e a herança centralizada em um único herdeiro, base da aristocracia fundiária, com a Lei de Terras de 1850 se tem outro caráter. Representou e reforçou juridicamente o poder dos proprietários de terras. E esse poder se dava justamente na condição de continuar tendo o controle de apropriar-se privadamente da terra, evitando a sua liberalização e democratização. O objetivo foi

[...] instituir bloqueios ao acesso à propriedade por parte dos trabalhadores, de modo que eles se tornassem compulsoriamente força-de-trabalho das grandes fazendas. Ao contrário do extinto regime de sesmarias, o novo regime retirava do direito de propriedade a co-propriedade do Estado. No regime sesmarial, o fazendeiro tinha apenas a posse formal, que podia ser objeto de venda, mas o rei, isto é, o Estado, mantinha sobre a terra a propriedade eminentemente, podendo arrecadar terras devolutas ou abandonadas e redistribuí-las para outras pessoas, como foram comuns até o século XVIII (MARTINS, 1994, p. 76).

Com o acesso da terra instituído a partir da relação de compra, por óbvio, ficou vedada a possibilidade para os escravos, mesmo quando libertos, devido ao fato de não terem acumulado renda suficiente para tal aquisição. Com a passagem do poder do Rei de distribuir as terras, conforme seu interesse, para relação de compra e venda, onde o Estado entra como vendedor e mediador destas transações, “não haveria mais nenhuma possibilidade de um decreto abolicionista radical que incluísse no seu texto a doação, por parte do governo imperial de terras capazes de fixá-los nas terras pertencentes à Nação. Pelo contrário” (MOURA, 1994, p. 70). Com esse pressuposto, somente aquelas pessoas livres e com condições financeiras puderam comprar terras, ficando evidente que somente a oligarquia agrária teve essa possibilidade. “Essa impossibilidade de o Estado distribuir as terras aos ex-escravos, quando efetivada a abolição da escravatura, e a quase inexistência monetária dos mesmos realizarem a compra, se criou as premissas da sua marginalização” (MOURA, 1994, p. 71). Faz parte de um contexto que visa realizar mudanças de forma conservadora, sem atacar os interesses das classes

dominantes, representando um “movimento particular de um processo de expropriação *preventivo*. [...] definindo os rumos da economia brasileira: agroexportadora e dependente” (SOUZA, 2020, p. 124). Não sendo mero elemento conjuntural do século XIX, que com o pleno desenvolvimento do modo de produção *tipicamente* capitalista, se teve o aprofundamento destes processos de marginalização e exclusão, tornando-se fonte indispensável para a reprodução do capital na economia brasileira.

Acreditamos que a Lei de Terras, enquanto mecanismo político e jurídico, cristaliza os séculos de dominação colonial, e com isso, garante as bases sobre a qual o capitalismo se constituiu. Que longe de negar seus elementos formadores, o reproduz como marco para a acumulação de capital na economia dependente brasileira. Assim, se estabelece uma lentidão, ou melhor, um bloqueio de qualquer projeto de reforma agrária que visou democratizar o acesso à terra e ao poder. A partir desta lei, a oligarquia agrária garantirá que nenhum governo se estabeleça sem ceder aos seus interesses. Conseguirá com isso, ao longo da história política brasileira, implementar um discurso e uma prática que criminalizam camponeses, sem terras, quilombolas, povos indígenas e suas visões de mundo, que buscam disputar outras concepções para terra e trabalho. Por isso, foi essencial tratar a questão agrária, a partir da Lei Terras, como

[...] caso de polícia. E os sem terras um caso de prisão. A partir das concepções nacionais, os modos de produção indígenas, quilombolas e de diversas expressões migrantes do sistema de colonato, foram sendo na dialética da ideologia dominante, invisibilizados pela cultura da Pátria e/ou visibilizados na construção de estereótipos como bárbaros, selvagens, perigosos. Materializa-se assim a capacidade da burguesia agrária latino-americana e caribenha disseminar suas ideias dominantes, como classe dominante que era (TRASPADINI, 2018, p. 1704).

A política direcionada a omitir as várias histórias foi o recurso utilizado para que a história oficial contada pelas classes dominantes, fosse concebida como a única possível, a mais *racional*. Com isso, ao mesmo que se tentou esconder a violência colonial, e também as resistências, ela é recuperada constantemente para forjar e reproduzir a nova sociedade. O sentido da concepção de nação que foi sendo construído durante esse processo, jamais permitiu que a igualdade formal entre os cidadãos fosse igualdade concreta, real. Não ficando somente restrito a esse período histórico, mas se impondo como fato determinante da dinâmica sócio-histórica brasileira. As fissuras nesta estrutura socioeconômica, no sentido de ampliar o alcance dos direitos, somente foi possível devido a resistência dos trabalhadores e trabalhadoras às condições de exploração, opressão, miséria. A Lei de Terras cristaliza um longo processo aberto a partir da invasão colonial e da imposição da propriedade privada sobre a terra.

Os processos dela decorrentes instituíram a forma necessária dos meios de produção fundamentais à reprodução do capital (propriedade privada da terra e dos meios de produção) antes que se pudesse instituir as relações de produção que lhe são adequadas (trabalho livre assalariado) (SOUZA, 2020, p. 41).

Como se vê, a propriedade privada da terra e o acesso pela compra se instaura em contexto de predomínio de relações de trabalho escravistas, anterior ao pleno desenvolvimento do trabalho “livre”. Este, desenvolve-se como relação hegemônica somente depois que a terra foi aprisionada enquanto propriedade privada e concentrada em poucas mãos. “Com a Lei de Terras de 1850 estavam dadas as condições necessárias à constituição da força de trabalho livre para o capital” (SOUZA, 2020, p. 124). Garantindo que a democratização da terra, do poder, da política, não fosse efetivada em favor dos ex-escravos, principalmente, e dos imigrantes que chegariam em massa ao fim do século XIX. Para estes últimos, criou-se a *possibilidade*, pelo menos teórica e jurídica - e até certo ponto concreta, com o incentivo do Estado ou por recursos próprios - de adquirir um pedaço de terra. Para o escravo, criou-se barreiras praticamente intransponíveis.

Com o monopólio da terra cristalizado pela Lei de Terras de 1850, garante-se “as condições necessárias à constituição da força de trabalho livre para o capital” (SOUZA, 2020, p. 124). Mas essa transição do trabalho escravo/servil para o livre não significou imediata inserção dos ex-escravos no “assalariamento formal e real, mas engendrando a possibilidade posterior de sua inclusão na tipificação do trabalho ao longo da história urbano-industrial latino-americana” (SOUZA, 2020, p. 42). A tendência geral deste processo, no contexto brasileiro, foi implementar a exclusão do negro na nova sociedade, negando o acesso à terra e a possibilidade concreta de ser assalariado, de ter direitos, de ter acesso aos meios de sua subsistência. Restando somente, como forma de sobrevivência, a inserção em condições de trabalho extremamente precárias, com baixos salários e sem proteção social. Conserva-se o latifúndio, ao mesmo tempo que o Estado implementa uma política de imigração de trabalhadores europeus, tendo como objetivo o branqueamento da população brasileira. Feito isso, a exclusão e marginalização dos trabalhadores submetidos à escravidão, dos povos indígenas, dos sem-terra, se estabeleciam como premissas para a transição ao capitalismo dependente.

Estava fechado o circuito, estabelecendo-se a profilaxia que impediria a mobilidade da sociedade brasileira rumo a um estágio com possibilidades iguais para todos os seus filhos. Depois disto a Abolição poderia vir sem nenhum susto ou trauma para as classes senhoriais. Tudo ficou sob controle (MOURA, 1994, p. 79).

Esse processo de *modernização sem mudanças* (MOURA, 1994) é central para o nosso estudo sobre a gênese da relação entre questão agrária e a questão social, porque demonstra, tendo em vista a particularidade da formação sócio-histórica brasileira, que parte dos elementos constitutivos da acumulação de capital na nossa economia estão alicerçados no modo de produção anterior. Explicitando mais uma teia do passado tecendo o presente, condicionando o ritmo lento, arrastado das transformações na sociedade brasileira. Que ao organizar-se sob a lógica *tipicamente* capitalista, e da inerente necessidade de apropriar-se de trabalho não pago como mecanismo de reprodução, estabelecerá engrenagens que particularizaram esse processo geral. A imposição de condições que intensificam a exploração da força de trabalho se constituiu como base para a sustentação do capitalismo *sui generis* brasileiro, tendo em vista a permanente transferência de valor como intercâmbio desigual e a busca pela burguesia nacional de conseguir absorver parte desta riqueza produzida como lucro.

A terceira medida foi a Lei Eusébio de Queiroz, também promulgada em 1850, que foi central para dissolver o modo de produção escravista e impor a constituição de uma outra relação social de produção. Essa lei proibiu o “tráfico internacional de africanos, estancou a grande fonte de reprodução da mão-de-obra cativa, determinando o seu fim em período não muito longo. Esvaziou, assim, a dinâmica demográfica que sustentava a escravidão” (MOURA, 1994, p. 85). Desta forma, a reprodução da relação social predominante que sustentava o escravismo é atingida de forma definitiva, mesmo com as tentativas dos escravistas de burlar essa proibição através do contrabando e do tráfico interprovincial. Além da pressão inglesa pelo fim do tráfico, internamente, as oligarquias agroexportadoras vinculadas a produção do café no oeste paulista, advogavam, por razões econômicas, a transição para o trabalho livre (CASTELO, 2021).

O que resultou no aumento do preço dos escravos, dificultando ainda mais a continuidade do escravismo. Com vistas a fortalecer a política imigrantista, de caráter racista que visou produzir o *branqueamento*⁴⁸ da sociedade brasileira, esse tráfico interno também foi proibido pelo governo. Conforme Castelo (2021) ocorreu uma reorientação deste capital que antes era destinado a compra de escravos.

⁴⁸ Neste interregno de promulgação das leis abolicionistas – da Eusébio de Queirós até a lei Áurea –, temos uma política estatal de importação de força de trabalho europeia e branca para o país, pela qual trabalhadores e trabalhadoras foram explorados em relações sociais de produção semi-serviço, como a parceria e o colonato, majoritariamente na agricultura paulista. Após pressões externas dos seus países de origem e das paralisações e greves nos cafezais e abandonos dos postos de trabalho por parte dos imigrantes, o governo brasileiro mudou os termos da imigração e a deixou mais próxima do que convencionalmente chamamos de trabalho livre. Entre o fim do trabalho escravizado e o trabalho livre, constata-se uma paleta de tons cinzas de trabalhos compulsórios semi-serviço na fronteira mais avançada da acumulação capitalista no país (CASTELO, 2021, p. 105).

Diante de excedentes econômicos liberados por conta do fim do tráfico negreiro com a lei Eusébio de Queirós e acumulados em atividades comerciais e agrárias ligadas às monoculturas de exportações, latifundiários e comerciantes brasileiros iniciaram inversões financeiras em setores básicos das manufaturas têxteis, metalúrgicas, químicas, alimentícias, de móveis e vestuários. O capital estrangeiro se concentrou no avanço das estruturas logísticas e serviços públicos urbanos, como portos, ferrovias, telégrafos e energia (CASTELO, 2021, p. 103).

Foram transformações que ocorreram a partir da continuidade das relações escravistas como fundamentais na produção da riqueza mercantil, em meio a absorção do moderno. Se o capital inglês, principalmente, foi essencial para dinamizar a economia no sentido de realizar a transição ao capitalismo, da mesma forma o trabalho escravo foi a peça fundamental para produzir a riqueza que seria apropriada pelas elites nacionais e estrangeiras. Nas economias centrais, principalmente na Inglaterra, intensifica-se e expande-se a exploração da força de trabalho via mais-valia relativa no processo de acumulação capitalista.

Outra medida que contribuiu para encerrar o escravismo como modo de produção dominante, e ter no capitalismo dependente a solução para este processo, foi a guerra do Paraguai. Essa guerra envolveu a aliança entre Argentina, Uruguai e Brasil contra o Paraguai, onde teve a importante presença dos britânicos, que viam nos últimos um perigoso rival que buscava romper com o seu domínio na América Latina e no Caribe. O Brasil ao ingressar neste conflito enviou de forma massiva milhares de escravos para comporem o exército como soldados, ou melhor, como peões para serem sacrificados em nome da pátria, ou seja, dos proprietários de terra, dos ingleses. “Esses escravos, por sua vez, eram adquiridos pelo Estado ou enviados pelos senhores escravistas, protegidos, politicamente, e não se alistaram nas forças defensoras da Nação” (SOUZA, 2020, p. 126). Além da disputa econômica que envolvia esse conflito, teve-se como intenção política, por parte das “elites *brancas* se preservarem, mandando para a linha de frente aquela população da qual elas queriam se descartar por motivos sociais e raciais: a *escória*, segundo a observação de fundo racista de Von Versen” (MOURA, 1994, p. 95).

O que demonstra como a desumanização e coisificação dos negros, como mero objetos que visam atender aos interesses das classes, coexistiu com a *modernização* da sociedade brasileira em vários âmbitos. Que mesmo com o desenvolvimento de concepções “científicas” ao fim do século XIX, que buscavam explicar a suposta superioridade dos brancos e inferioridade dos não brancos, na verdade não passavam de meros artifícios ideológicos para a continuidade da dominação colonialista sob a égide do capitalismo dependente. Ao fim desta guerra, o Brasil encontrava-se profundamente endividado, principalmente com os britânicos,

gerando “compromissos alienadores da sua soberania que produziam descontentamento e inquietação política em diversos segmentos da sociedade, passada a febre da invocação aos *brios patrióticos* como elemento justificador desse processo de endividamento progressivo (MOURA, 1994, p. 98).

Por fim, a última medida, que está relacionada e presente nas demais, é a política de *branqueamento*. Ela se instaura “como expressão da dominação ideológica das elites brancas no poder que, prevendo o fim da escravidão, buscaram se livrar do negro e seus descendentes, de forma institucionalizada pelo Estado” (SOUZA, 2020, p. 127-128). Todo esse processo foi conduzido principalmente pelas oligarquias agrárias, que para além do controle do acesso sobre a terra, produziram os aparatos jurídicos e políticos-ideológicos para conservar os seus interesses na nova sociedade, pois, era iminente o fim do trabalho escravo e a transição ao trabalho livre. Diante deste contexto, as principais preocupações das classes dominantes para manter o seu poder centravam-se no problema da mão-de-obra e no problema da terra.

O problema da mão-de-obra, em um contexto que se aprofunda as manifestações do trabalho livre na economia escravista e da pressão interna e externa pelo fim do trabalho escravo⁴⁹, seria sanado, quando da abolição da escravidão, com a política de importação de trabalhadores europeus, ação dirigida pelo Estado que ocorria antes mesmo de 1888. Estes eram vistos, pelas classes dominantes, como incapazes de atender as demandas que a construção de uma nova sociedade exigiria. Já os/as trabalhadores/as submetidos ao trabalho escravizado, conforme a leitura político-ideológica de caráter racista e colonialista, “não tinham condições de enfrentar o novo tipo de trabalho que surgia, pois fora preparado para outro no qual a sua força física era a que funcionava basicamente, como uma ligação direta Homem/Natureza” (MOURA, 2021, p. 53).

Não foi meramente uma justificativa baseada em aspectos técnicos, mas com a intenção política de objetivar à marginalização e a exclusão da população não-branca (negros, indígenas). “A *não integração* foi uma política deliberada” (SOUZA, 2020, p. 129). Afinal, quando da abolição, conforme escreve a autora, existiam mais de 500 mil escravos que se somaram a grande massa de população não branca, compondo 60% da população do país, onde mesmo diante deste contingente, a política imigratória foi operacionalizada como forma de

⁴⁹ No princípio do século XIX, a Grã-Bretanha se tornou a principal incentivadora da campanha antiescravagista. A indústria inglesa já necessitava de mercados internacionais com maior poder aquisitivo, o que obrigava à propagação do regime de salários. De resto, ao estabelecer-se o salário nas colônias inglesas do Caribe, o açúcar brasileiro, produzido com mão de obra escrava, recuperava vantagens por seus baixos custos comparativos (GALEANO, 2020, p.115).

suprir a economia brasileira de força de trabalho. Essa foi a escolha, e não a construção de políticas institucionais de *integração* da população negra e indígena a nova sociedade.

Sobre a problemática da terra, vincula-se diretamente à questão do poder, mantê-la sobre o controle da oligarquia agrária foi fundamental para conservar sua hegemonia. Conseguiu evitar a sua distribuição, com isso, excluindo grande parte da população da possibilidade do seu acesso, escravos principalmente. Esse poder acumulado consolidou a sua hegemonia em controlar a condução da transição ao capitalismo dependente, onde deu a direção política-ideológica e repressiva do Estado e do sentido de nação. O papel da Lei de Terras de 1850 para conformar esse processo foi essencial.

Realizamos essas observações no sentido de elencar alguns aspectos que estruturam a transição do escravismo para a *via dependente* de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, sendo: a monopólio privado da terra; a presença do capital monopolista externo subordinando ou em aliança com as classes dominantes nacionais; políticas institucionais operacionalizadas pelo Estado de marginalização de negros e indígenas, que além do objetivo de branquear a população brasileira, criou uma população supérflua ao processo de produção na nova sociedade, uma franja marginal, possibilitando impor, devido a necessidade de sobrevivência dos excluídos, às brutais relações da superexploração da força de trabalho (SOUZA, 2020).

Nesse processo, a *modernização sem mudanças* no período do escravismo tardio (MOURA, 1994) foi determinando a inserção e desenvolvimento de novas técnicas, instituições, regulações jurídicas, ao mesmo que se mantiveram relações sociais escravistas. Constituiu-se uma burguesia e sua fração agrária, como força hegemônica, e industriais, “enraizada no chão das manufaturas e no solo dos cafezais, espaços produtivos nos quais encontramos a combinação entre diferentes relações sociais de produção e a subsunção formal do trabalho ao capital” (CASTELO, 2021, p 104).

Foram os mecanismos que a oligarquia agrária buscou para garantir o atendimento dos seus interesses em um contexto de inevitável declínio do escravismo, sendo essencial para garantir sua hegemonia na nova sociedade manter o poder e o controle sobre a terra. E a Lei de Terras de 1850 justamente cristaliza séculos de domínio mercantil colonialista sobre a terra, agora sob a relação de compra e venda, vedando o acesso a grande parte da população.

Todo esse contexto, onde as oligarquias agrárias, como classe dominante, buscaram moldar para atender seus interesses, estava intimamente determinado pelos interesses externos, principalmente do capital inglês. Devido à escassez de capital interno, foi necessário ceder espaço, seja por acordo ou imposição, ao capital monopolista internacional. Que avançou sobre importantes setores da economia brasileira, podendo desde cedo qualquer possibilidade de

desenvolvimento autônomo, e dinamizando, através de empréstimos e investimentos diretos, as mudanças que conduziram à transição ao capitalismo. Demonstrando a incapacidade interna da burguesia brasileira de assumir esse papel, ao mesmo tempo, que esse processo de aliança/subordinação foi o que garantiu o atendimento de seus interesses. Para isso era central direcionar a forma e o conteúdo dessas mudanças, buscando “diminuir os danos e não permitir que as pautas radicalizadas do movimento abolicionista, como reforma agrária e direitos sociais fossem efetivadas” (CASTELO, 2021, p. 105-106).

Assim, a dinâmica interna da economia brasileira (centrada no latifúndio, na monocultura e no trabalho escravo) vai sendo determinada pela dinâmica do mercado mundial e das nações que tinham o seu controle. A economia brasileira ao voltar-se para fora, impõe toda uma série de mudanças que visam fortalecer esse sentido. O caráter agrário-exportador vai caracterizando a sua inserção na divisão internacional do trabalho ao fim do século XIX, quando a fase imperialista se impõe como manifestação concreta do movimento do capital.

Com a abolição da escravatura em 1888, que não previu nenhuma forma de integração dos escravos libertos a nova sociedade, nem direitos ou terra, consolida-se a *dependência* como condicionante das relações entre o Brasil e as nações imperialistas. “Da conjugação desses dois interesses, internos e externos – que muitas vezes entravam em choques conjunturais e tópicos – foi criada a política institucional que produziu a maneira como essa passagem se realizou” (MOURA, 1994, p. 100). O que internamente significou, quando da hegemonia do modo de produção *tipicamente* capitalista a partir de 1888, a agudização da exploração da força de trabalho, o monopólio da propriedade da terra e o sentido agrário-exportador da nossa economia submetida aos ditames do mercado mundial. O Estado dependente brasileiro, como expressão jurídica-política desta estrutura socioeconômica, foi “moldando um conjunto de métodos da violência como potência econômica para amparar o processo de transição histórica entre modos de produção e o firmamento do padrão de reprodução do capital agromineiro exportador” (CASTELO, 2021, p. 106). A partir destas bases que a acumulação de capital na economia brasileira irá ocorrer, sendo repostas continuamente ao longo do nosso desenvolvimento histórico, estruturando as relações sociais no capitalismo dependente e a radicalidade de como a questão social se constituiu na realidade. Ou seja, para a questão social ser produzida no capitalismo dependente brasileiro, foi necessário um longo processo, desde a invasão colonial, de violência, expropriações, assassinatos, torturas, escravização do ser africano e indígena para separar trabalho e terra como unidade indissociável. Novamente salientamos, o desenvolvimento do capitalismo não foi pacífico, mas imposto, onde a sua pré-histórica jorra sangue e lama por

todos os lados, e que infelizmente não ficou em um passado distante, mas continua tecendo o presente.

4.2 QUESTÃO AGRÁRIA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: TENSIONAMENTO PERMANENTE DA QUESTÃO SOCIAL NA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA (1889-1930)

No item anterior buscamos demonstrar alguns elementos que *estruturam a transição ao capitalismo dependente brasileiro*, onde podemos citar: o monopólio privado da terra; a burguesia nacional aliada/subordinada ao capital monopolista; formação do mercado de trabalho livre e os mecanismos para barrar a integração da população negra e indígena na nova sociedade; orientação da economia com sentido agrário-exportador; Estado dominado pela oligarquia agrária que irá coordenar a reprodução da base material como forma de sustentação das classes dominantes nacionais e internacionais na transição.

Deste modo, apresentaremos alguns elementos gerais que caracterizam esses primeiros momentos de formação e desenvolvimento do capitalismo dependente, que teve a hegemonia da oligarquia agrária na condução dessa transição. Ao fazer isso, queremos demonstrar como o poder desta fração da classe dominante se constituiu na nova sociedade, onde mesmo com as variadas fases da acumulação capitalista ao longo da história brasileira e com a emergência de outras frações da burguesia, jamais foram deslocadas totalmente do poder, mas ao contrário. Sempre mantiveram sua capacidade de direcionar, de tensionar e bloquear qualquer transformação profunda nas bases que sustentam a reprodução do capitalismo dependente. O latifúndio é a expressão desse poder de ditar o ritmo das mudanças na sociedade brasileira, que trava qualquer projeto de reforma agrária, através do controle sobre o aparato jurídico e repressor contra os inimigos da *nação oligárquica*. Como refere Martins (1994), nenhum governo conseguiu governar sem ter de ceder aos interesses desta fração da classe dominante.

A transição ao capitalismo no Brasil, e de forma geral na América Latina e no Caribe, não ocorreu aos moldes “clássicos”, com a dissolução da velha estrutura. O capitalismo não se implanta mediante uma revolução democrático-burguesa, mas ao contrário. Os proprietários de terras e de escravos não foram deslocados do poder nesse processo, o poder acumulado durante o escravismo lhes propiciou as condições materiais e políticas para conduzir essa transição, controlando qualquer tentativa de ruptura que colocasse em risco os seus interesses, principalmente no que tange a democratização do acesso à terra. Mas foi uma transição que se deu no contexto em que o capitalismo consolidava sua fase monopolista, que teve repercussões

internas importantes, condicionando o caráter e a orientação nossa economia. A oligarquia agrária, como classe dominante nacional, submete um projeto de desenvolvimento alicerçado a partir dos interesses externos como forma de sustentar a sua posição.

A partir disso, tendo o controle sobre a terra e a hegemonia no âmbito do Estado, conseguiram implementar uma via de transição ao capitalismo que acomodasse os interesses de poucos, em detrimento da grande massa de trabalhadores e trabalhadoras. Reforçando internamente na economia brasileira o caráter agrário-exportador ao vincular-se ao mercado mundial, e tendo neste o principal espaço para vender as mercadorias produzidas em solo nacional. Essa via de desenvolvimento do capitalismo promove um divórcio permanente em relação as necessidades dos/as trabalhadores/as. “Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização (MARINI, 2011, p. 155). Ao ter a realização ou venda da produção interna no mercado mundial, para o ciclo do capital na economia dependente

o consumo individual do trabalho não interfere na realização do produto, ainda que determine a taxa de mais-valia. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo (MARINI, 2011, p 157).

São processos particulares do capitalismo dependente que estão articulados com a estrutura socioeconômica que serviu de base para o seu desenvolvimento e com a dinâmica desigual sobre a qual o capitalismo como modo de produção dominante opera.

Em suma, a consolidação da passagem do escravismo colonial ao capitalismo dependente conjugou o cativo da terra com a superexploração da força de trabalho, primeiro livre e depois assalariado formal para uma minoria. O Estado de direito sempre se interpôs na produção de um desenvolvimento desigual, excludente de contínuos fluxos regionais migratórios no continente. A história da superexploração é a história do capitalismo dependente sob a égide do Estado capitalista dependente. E, ainda que se apresente como mais exploração, sua particularidade é a de conformar para dentro a manutenção da hegemonia de fora: ou seja produzir riqueza e transferir valor para as economias centrais (TRASPADINI, 2022, 344-345).

Esse caráter de reproduzir internamente a hegemonia de fora será essencial para caracterizar a dialética do capitalismo dependente. Afinal, a presença do capital estrangeiro nesse processo foi essencial para construir uma via de transição que não rompesse com o domínio das nações imperialistas, que inclusive contou com ativa participação da burguesia

agrária brasileira para reproduzir a dependência. Em um contexto de aprofundamento da tendência da centralização e concentração de capital, se buscou outros territórios para investir o capital, gerando um

[...] crescimento substantivo dos investimentos de capital financeiro internacional no país em todos os setores que apresentassem *rentabilidade*. Nesse sentido, os efeitos do imperialismo já se fazem sentir, uma vez que o equilíbrio obtido na balança comercial do país se fazia contando com esse capital, característica que, guardadas as diferenças de contexto, vem marcando a vulnerável política econômica brasileira até os dias atuais (SANTOS, 2012c, p.68).

A dinâmica da economia brasileira dependia da capacidade do mercado mundial em absorver a sua produção, principalmente o café. O desenvolvimento do capitalismo, para além dos recursos internos, teve no capital estrangeiro um elemento central deste processo, principalmente naqueles setores com maior rentabilidade, onde de 1899 a 1910 foram criadas 201 sociedades anônimas, sendo 160 de propriedade estrangeira, representando 80% (ARRUDA, 2012). Assim, a superexploração da força de trabalho não se dá em um contexto qualquer, é atravessada pelo desenvolvimento desigual do capitalismo (MARINI, 2011), internamente apresentou expressões agudizadas das contradições próprias.

A superexploração é a faceta nova das velhas amarras da exploração escravista no continente. A terra segue como mercadoria para os latifúndios, com parte do trabalho ainda sendo escravo ou livre sem direitos, e o trabalho após a alforria formal ganha um novo carimbo de pagamento abaixo das condições de reprodução de vida da classe trabalhadora. A superexploração é a condicionante tanto do desenvolvimento capitalista dependente, como do sentido operativo do Estado de direito destas economias (TRASPADINI, 2022, p. 345-346).

É a partir desta condição básica, da superexploração da força de trabalho, que a acumulação de capital se dá, onde a articulação entre economia e política foi condicionada a reproduzi-lá como condição para a continuidade da *forma* dependente de desenvolvimento do capitalismo. Então, desta matriz resultou um desenvolvimento oligárquico-dependente do capitalismo latino-americano e caribenho, e brasileiro, organizando a dinâmica das nossas economias subordinada aos interesses das nações imperialistas (CUEVA, 1983). O Estado liberal-oligárquico que se ergueu a partir desta base material, foi a “expressão superestrutural do processo de implantação do capitalismo como modo de produção dominante nas formações sociais latino-americanas” (CUEVA, 1983, p. 121). É um Estado caracterizado pelo caráter não democrático e com fortes marcas de autoritarismo, onde a continuidade da violência e dos métodos de repressão, de tortura contra indígenas, negros, camponeses se manteve como forma de sustentar o poder da oligarquia associada/subordinada ao capital monopolista.

Ora, a implantação deste tipo de regime em toda a extensão do continente latino-americano é algo mais que uma simples coincidência, inclusive cronológica. Obedece, sem a menor dúvida, à conformação de um novo tipo de estado acorde com as necessidades, também novas, da evolução econômica e social de nossos países. Tal estado, que em síntese não é senão a expressão de um processo de acumulação primitiva de poder capitalista, com a conseqüente acumulação de poder, emerge de uma maneira sinuosa e conflitiva, através de um movimento que por um lado se encarrega de *subordinar* os elementos pré-capitalistas de poder, pela força quando necessário, e por outro lado de aniquilar, *manu militari* quase sempre, os elementos democrático-burgueses que levantam uma alternativa progressista de desenvolvimento capitalista (CUEVA, 1983, p. 123).

Nessa via de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, latino-americano e caribenho, o Estado teve a função de “forjar um quadro jurídico-político adequado à acumulação primitiva de capital, erigindo-se em uma potência suficientemente autoritária para vencer toda resistência que os grupos prejudicados possam oferecer” (CUEVA, 1983, p. 126). O Estado oligárquico-dependente além de dar continuidade aos processos de expropriação daqueles/as que se mantinham vinculados a terra, também buscou regular os salários. Inclusive, utilizando todo o caráter autoritário para rebaixar as remunerações para um nível vegetativo, abaixo do necessário para a reprodução da força de trabalho em condições mínimas, “aqui, a regulação dos salários e estabelecimento de um processo de *pauperização* absoluta são termos virtualmente equivalentes [...]” (CUEVA, 1983, p. 129).

Assim, o Estado cumpre um papel extraeconômico no sentido de reproduzir a superexploração como tendência estrutural nas economias dependentes. “Ademais, é um fato que, tratando-se de uma via de desenvolvimento do capitalismo como a verificada na América Latina, a ampliação da jornada de trabalho é vital, uma vez que o principal mecanismo de acumulação consiste na extração de mais-valia absoluta” (CUEVA, 1983, p. 130). Acrescentamos, a monopólio da propriedade privada da terra também cumpriu uma função essencial, ao produzir um conjunto de homens e mulheres sem-terra disponíveis para comporem o processo de produção do capital. Mas como destaca Marini (2011) a exploração via mais-valia absoluta não é a única forma, mesmo quando ocorre pela via da mais-valia relativa, a superexploração, como fundamento das economias dependentes, continua atuando. Nos casos em que se tem a prevalência da mais-valia relativa, os salários comprimidos e a jornada de trabalho prolongada se mantêm constante na produção do valor, devido a sede dos capitais monopolistas e imperialistas por superlucros ou lucros extraordinários, sendo os únicos com a possibilidade de implementar essa moderna forma de extração da mais-valia (CUEVA, 1983). Mas que não impediu o capital monopolista de combinar

[...] sua infra-estrutura técnica moderna com as modalidades mais primárias de exploração da força de trabalho, como o prova o simples fato de que a maior parte das greves [...] – manifestando-se a favor da jornada de oito horas e contra o processo de pauperização absoluta – tenham ocorrido precisamente nas unidades produtivas controladas pelo capital estrangeiro (CUEVA, 1983, p. 130).

O Estado oligárquico, utiliza seu aparelho repressivo no sentido de reprimir as lutas dos/as trabalhadores/s aos níveis de exploração que estavam submetidos⁵⁰. Não é mero acaso, devido a forma como a transição se processou, com forte caráter autoritário e não democrático, a imposição de relações de trabalho que intensificam para além do limite o ritmo da exploração, principalmente para os/as trabalhadores/as negros/as e indígenas, onde a coisificação produzida pelo colonialismo reverbera no capitalismo como mecanismos para aumentar a extração de mais-valia. Tal como escreveu Marini (2011, p. 153), analisando a diversidade de relações sociais que marcou a transição ao capitalismo, “o sistema misto de servidão e de trabalho assalariado que se estabelece no Brasil, ao se desenvolver a economia de exportação para o mercado mundial, é uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”. Uma via que continua aberta.

O caráter desta transição demonstra a dialética entre o passado e o presente no desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo, que nos exige elaborarmos teoricamente esse processo em suas determinações concretas, a fim de dar evidência a particularidade da formação sócio-histórica brasileira e o papel que ocupou a questão agrária na acumulação capitalista, impactando diretamente na conformação da questão social. Como escreve o escritor uruguaio sobre a dialética entre o passado e o presente:

Os fantasmas de todas as revoluções estranguladas ou traídas, ao longo da torturada história latino-americana, ressurgem nas novas experiências, assim como os tempos presentes tinham sido pressentidos e engendrados pelas contradições do passado. A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será. (GALEANO, 2020, p. 25).

Esses fantasmas estão materializados no escravismo, que atravessaram as paredes do tempo histórico e continuam fazendo sombra na nossa sociedade. O que reforça ainda mais a necessidade de estudarmos as bases concretas que forjaram os elementos constituintes do capitalismo dependente brasileiro, justamente para identificarmos como o passado foi amarrando o desenvolvimento do presente, para que pudesse manter-se vivo na nova sociedade.

⁵⁰ Ora, é explicável que nestes casos o aparelho repressivo do estado “nacional” atue mais do que nunca com o maior zelo e eficácia, dado que dele depende a manutenção da aliança oligárquico-imperialista, eixo fundamental do desenvolvimento reacionário do capitalismo (CUEVA, 1983, p. 130).

Como escreve Rocha (2021, p. 8-9), influenciado pelas reflexões de Clovis Moura sobre como o estudo da escravidão pode nos proporcionar importantes chaves analíticas para compreendermos o presente,

[...] a sociedade escravista e seu respectivo modo de produção muito nos diz sobre o capitalismo dependente e periférico do Brasil contemporâneo. O latifúndio, a monocultura, a economia agrária de exportação atendendo aos interesses de poucos, em detrimento das necessidades básicas do povo, são processos de longa duração que se estendem para o presente como uma dilatação do passado. O Brasil experimentou uma “modernização capitalista” acomodada às estruturas coloniais arcaicas, e manteve a racialização da exploração do trabalho empurrando o negro para os estratos mais precarizados da sociedade de classes.

Essa reflexão de Rocha (2021) sintetiza os elementos centrais da sociedade brasileira, que mesmo com as alterações nas fases da acumulação capitalista continuam se manifestando. Aos realizarmos a mediação das discussões propostas por Cueva (1983) para a *particularidade* da formação sócio-histórica brasileira, temos na categoria *franja marginal* proposta por Moura (2021) uma importante chave analítica para compreendermos os mecanismos em que a acumulação capitalista opera na nossa economia. Como destacam Teles, Corrêa e Marcelino (2021), nessa relação da transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente “estão resguardadas as chaves explicativas para decifrar como se constitui a força de trabalho livre no Brasil”.

Na economia dependente brasileira, a produção de uma população supérflua ao processo de valorização do capital manifesta aquelas leis tendências estudadas por Marx (2013) no “O Capital”, porém, adiciona determinações próprias e particulares da formação sócio-histórica brasileira. Nestes termos, entendemos que a produção de um excedente de mão de obra opera, no caso brasileiro, antes da acumulação capitalista ter na exploração do trabalho assalariado sua forma dominante.

Essa antecede na própria conformação do trabalho livre, como forma preponderante de relações de trabalho, no Brasil, sendo que antes do fim da escravidão o volume de trabalhadores fora dos processos produtivos já era superior à soma dos escravizados e trabalhadores livres empregados. Assim a formação dessa franja marginal se constitui de maneira esmagadora pelos (as) trabalhadores (as) negros (as), os quais deixam de ocupar o centro da atividade produtiva que lhes fora imposto pela escravidão e passam a ocupar as margens da produção (SOUZA, TELES, 2021, p. 52).

Conforme referido no item anterior, o Estado ao iniciar a organização de um mercado de trabalho livre começa a instituir desde antes da abolição a exclusão da população negra da nova sociedade, através da política imigrantista e da própria Lei de Terras de 1850 que foi

fundamental para impedir a distribuição de terras e sua consequente democratização (MOURA, 1994; SOUZA, 2020; MARTINS, 1994).

A partir de 1888 já se consolidava uma série de mecanismos de barragem dos ex-escravos para serem integrados na nova sociedade, que estavam alicerçados no racismo e na consequente coisificação destes sujeitos (MOURA, 2021). A formação deste mercado de trabalho livre, mas não necessariamente assalariado⁵¹, “estrutura-se condenado a jamais poder incorporar grande parte dos homens e das mulheres nos processos produtivos, cuja memória-história é a da expropriação e exploração desde o escravismo colonial” (SOUZA, TELES, 2021, p. 51-52).

Diante dos mecanismos de desenvolvimento que foram libertados, houve um movimento de proteção a esses imigrantes, através de uma política dirigida e de planos integrativos, enquanto o ex-escravo era sistematicamente repellido daqueles setores mais dinâmicos da economia em desenvolvimento. Tanto na indústria nascente como na agricultura, especialmente no seu setor mais dinâmico que era a lavoura do café, houve um trabalho racional de fixação do imigrante, enquanto as populações negras flutuantes eram transformadas, paulatinamente, em **exército industrial de reserva**. (MOURA, 2021, p. 49, *grifo nosso*).

São mecanismos construídos pelo Estado escravista e continuados no Estado oligárquico-dependente que selam o destino da classe trabalhadora, principalmente da população negra. “O Estado pós-abolição não criou alternativas de sobrevivência e inserção da maioria negra no mercado de trabalho, no acesso à terra e a direitos básicos. Ao contrário, criou barreiras e mecanismos de repressão, criminalização e política de eliminação” (SOUZA, TELES, 2021, p. 52). A marginalização foi uma força econômica para impor salários baixos, negar direitos sociais, intensificar para além do limite a exploração.

O que sobrou para o ex-escravo neste quadro? Exatamente o subemprego, o desemprego, a marginalização progressiva. O que sobrou para a mulher negra? Os trabalhos não qualificados de doméstica, que substituiu os da Mãe Preta e da mucama, o subemprego nas fábricas e a baixa prostituição forçada. Esta foi a realidade que o negro encontrou para resolver, com as suas próprias forças, depois de quatro séculos de escravidão (MOURA, 2021, p. 49).

⁵¹ A criação desse mercado, com a lei da abolição da escravatura em 1888, que culminava uma série de medidas graduais nessa direção (como a condição de homem-livre assegurada aos filhos de escravos etc.), constitui um fenômeno dos mais interessantes; por um lado, definia-se como uma medida extremamente radical, que liquidava com as bases da sociedade imperial (a monarquia sobreviverá pouco mais de um ano à lei de 1888) e chegava inclusive a negar qualquer tipo de indenização aos antigos proprietários de escravos; por outra parte, buscava compensar o impacto de seu efeito, por meio de medidas destinadas a atar o trabalhador à terra (a inclusão de um artigo no código civil que vinculava à pessoa as dívidas contraídas; o sistema de “barracão”, verdadeiro monopólio do comércio de bens de consumo exercido pelo latifundiário no interior da fazenda etc.) e da outorga de créditos generosos aos proprietários afetados (MARINI, 2011, p. 152-153).

São processos que estruturam as desigualdades sociais no Brasil em níveis agudos, não sendo uma construção nova ou conjuntural, mas aberta com o colonialismo, e reproduzida continuamente no capitalismo dependente. Processo que também é destacado por Gorender (2016, p. 223), ao relacionar o papel econômico que a classificação das pessoas pela cor tem na produção de riqueza sob a forma capitalista na economia brasileira.

Os capitalistas agrários e industriais em nosso país, criaram o exército de reserva às custas da imigração europeia e asiática nas regiões de forte dinamismo econômico e fizeram dos negros o que, a meu ver, constitui uma *reserva da reserva*. Classificar as pessoas segundo cor tem sido vantajoso ao funcionamento do capitalismo, pois mantém a reserva de segunda linha dos discriminados sempre disponível para o trabalho em troca de salários rebaixados (GORENDER, 2016, p. 223).

Esses salários rebaixados, como condicionantes para a superexploração, e com a resistência dos setores expropriados, somente pode se sustentar através da violência do Estado, que cumpriu uma importante função para garantir a reprodução do capital na economia dependente brasileira, propagando justificativas ideológicas que reatualizaram as práticas colonialistas de desumanização, repressão e criminalização de indígenas, negros, camponeses (ALMEIDA, 2021; SOUZA, 2020). Por isso, “a franja marginal pode ser compreendida como a semente da superexploração da força de trabalho, perpetuando a marginalização da população negra e radicalizando as contradições da luta de classes em nosso país” (TELES, CORRÊA, MARCELINO, 2021, p. 1035).

Os processos de precariedade do trabalho se constituem desde os primórdios do capitalismo, não sendo um fenômeno novo, tal como sustenta Santos (2012b). Conforme a autora, e pelo diálogo estabelecido com os autores e autoras sobre a transição ao trabalho livre, o poder da oligarquia agrária para barrar qualquer tipo de regulação do trabalho no campo foi um processo central para impor ritmos intensos de exploração.

Sua existência explicita a ausência de regulação do trabalho no meio rural, que contrasta, de modo flagrante, com a importância econômica e o volume dessa força de trabalho no país até os anos 1950. Quanto a isso não se deve esquecer, de um lado, o caráter primário-exportador da economia brasileira e, de outro, o poder político dos latifundiários, fatores que explicam, de modo conjugado, o retardo das medidas de regulação do trabalho no campo (SANTOS, 2012, p. 436b).

Essa ausência de regulação do trabalho, sem acesso aos direitos sociais no campo, e na cidade, com as devidas mediações, reverbera como um aspecto estrutural da formação sócio-histórica brasileira, não ficando somente no período inicial do desenvolvimento do capitalismo, mas sendo uma marca persistente, como bem demonstra Castel (2007), Kraemer (2013) e Couto

(2010). Essa ausência de direitos na história brasileira, ou sua lenta extensão para o conjunto da sociedade, está enraizada em séculos de trabalho escravizado, que submeteu estes/as trabalhadores/as a violentos processos de exploração, coisificação, que atravessou a transição ao capitalismo, mesmo sob a era do trabalho *livre*. Ao negar a condição de humano, nega-se a extensão da cidadania e dos direitos que a compõem, gerando uma Nação vazia de cidadãos.

Essa ausência de direitos tem no poder da oligarquia agrária outro fator central para compreender a sua lentidão em constar no aparato jurídico, mas principalmente em ser efetivado concretamente. “Nas grandes propriedades, a lei que vigorava era a dos coronéis, que se portavam como donos não só dos escravos, mas também dos trabalhadores que dependiam deles para viver” (COUTO, 2010, p. 78). Por óbvio esse poder irradiou para fora da porteira do latifúndio, se espalhando pelas instituições políticas da sociedade brasileira, onde mesmo com o fim da fase oligárquico-dependente após 1930, continuaram sendo uma força importante para a sustentação dos governos. Com isso, controlaram e evitaram qualquer mudança que pudesse atacar a sustentação do seu poder, ou seja, o monopólio da propriedade privada da terra. Vargas, por exemplo, estabeleceu uma articulação com a oligarquia agrária para dar sustentação ao seu governo, com isso, não interferiu nas relações de trabalho no campo, não regulando a relação capital x trabalho, ao mesmo tempo que construiu para certos grupos de trabalhadores urbanos importantes avanços na área dos direitos sociais (MARTINS, 1994; COUTO, 2010).

Se estabelece um mosaico de relações sociais⁵² no conjunto da economia brasileira que demonstra o caráter particular do capitalismo brasileiro, alicerçado na superexploração, e que mesmo em períodos posteriores, e em outras fases da acumulação capitalista, continua mostrando a sua força. Afinal, com a contínua transferência de valor em direção aos países centrais, se aprofunda a sede da burguesia nacional por sugar dos trabalhadores e das trabalhadoras uma maior quantidade de trabalho não pago. A intensificação deste processo tem no racismo uma potência econômica.

Outro ponto que merece destaque, mesmo que de forma breve, é a relação da transição da matriz agrário-exportadora para a urbano-industrial, sendo um dos fatores que compõem as explicações o lugar da não-reforma agrária no Brasil, como resultado de acordo ou pacto entre as frações das classes dominantes.

Com as transformações que ocorreram na composição do capital nas economias centrais, se requisitou cada vez mais os bens primários produzidos pela América Latina e pelo

⁵² Os dados do trabalho análogo a escravidão no Brasil demonstra que essa noção do outro como propriedade privada sua, ainda faz mediação com o presente, que longe de ser uma anomalia ao corpo econômico brasileiro, é própria da sua forma.

Caribe para garantir a mudança no eixo da exploração da força de trabalho na acumulação capitalista, afetando as economias dependentes. Internamente gera-se modificações “com a finalidade de que as sociedades dependentes se readaptem, no sentido de se capacitarem para satisfazer as demandas da nova etapa de expansão do capitalismo mundial” (BAMBIRRA, 2019, p. 65). Por isso, foi necessário:

1º. O aumento da produção de matérias-primas e dos produtos agrícolas para satisfazer as demandas crescentes da nova fase de industrialização nos países capitalistas avançados. [...] 2º. A expansão dos mercados internos desses países, a fim de que sejam capazes de absorver maior quantidade dos produtos manufaturados dos países capitalistas centrais (BAMBIRRA, 2019, p. 66).

Ao mesmo tempo que as economias dependentes reforçam o caráter primário-exportador, internamente, mesmo que de forma subordinada e complementar, inicia-se o desenvolvimento da indústria através da manufatura, impulsionada pelo contexto internacional. O que mais tarde, principalmente após os anos 1930, constituiria “elementos de superação das economias fundamentalmente exportadoras” (BAMBIRRA, 2019, p. 67). O caráter desta transformação possui duas dimensões.

Em primeiro lugar,

[...]as transformações modernizadoras se manifestam na *organização social da produção*, na medida em que se generalizam as relações capitalistas de produção nos setores-chave das economias. Elas passam, assim, a serem predominantes, através da compra da força de trabalho mediante o pagamento de salário e, conseqüentemente, através da formação de um mercado livre de trabalho (BAMBIRRA, 2019, p. 67).

O latifúndio é estrutural ao caráter dependente do capitalismo latino-americano e caribenho, ao contribuir na reprodução do sistema capitalista em escala mundial, as burguesias nacionais mantêm essa estrutura pela necessidade de atender seus interesses, mesmo que subordinados ao capital estrangeiro; já pelo aspecto político, mesmo que a classe industrial tenha sido gestada a partir do seio da burguesia agrária, tornando-se fração hegemônica nos 1930, ela não pôde romper definitivamente. Afinal, os recursos para financiar a industrialização eram gerados a partir das divisas do setor primário-exportador. Acrescenta-se que atacar a estrutura agrária e pautar a reforma agrária, poderia possibilitar o avanço político das forças populares, colocando em risco os interesses das elites como um todo.

Embora em todo esse processo [da industrialização] se originem novas classes, como um proletariado crescente e classes médias, e se gerem paulatinamente as condições [...] para o surgimento de uma burguesia industrial, o poder das oligarquias

latifundiárias, mineradoras, comerciantes e exportadoras não é esmagado, mas sim redefinido” (BAMBIRRA, 2019, p. 69, grifo nosso).

Aqui fica demonstrado o conteúdo, mesmo que carregado de disputas, que se mantém como meio de sustentação do poder das classes dominantes, e de suas frações. O que confirma o acerto político e teórico de Mella (2012) e de Marini (2011), ao apontar que a superação da dependência não é aliando-se a burguesia *nacional*, mas através da dissolução das relações sociais que sustentam o capitalismo dependente.

Em **segundo lugar**, a região passou por transformações que modernizaram a sua base produtiva, possibilitando, através do uso de novos instrumentos, de sistemas de produção e de transporte, o avanço das forças produtivas, e com isso, maior capacidade produtiva do setor exportador. Como consequência apontamos duas questões:

[...] a) A tendência do setor produtor exportador propriamente dito a aumentar seu dinamismo, elevando sua capacidade de absorção de mão de obra em condições salariais relativamente superiores, ampliando assim o mercado interno. B) A criação e expansão dos setores complementares ao setor exportador (sejam eles agrícolas, comerciais, de transporte e comunicações, serviços, etc.), em função da economia exportadora. Esses setores vão adquirindo progressivamente um dinamismo próprio, na medida em que se desenvolvem para atender uma demanda real já existente, e que, por sua vez, gera novas demandas” (BAMBIRRA, 2019, p. 70).

O processo de industrialização é gestado internamente no setor agroexportadora, ao mesmo tempo que se subordina a este, constrói certa autonomia, contribuindo para a expansão de um mercado interno, tanto para atender ao setor agroexportador, como para a indústria nascente. A demanda por bens manufaturados na economia se dividia na parte que se apropriava da mais-valia e os que recebiam salários. Os primeiros, do setor exportador, tinham sua demanda por produtos manufaturados atendida em parte pelo mercado interno, mas principalmente através das importações de mercadorias vindo dos países centrais. No que tange aos segundos crescia a sua demanda por esses bens. Não tendo como sobreviver no meio rural, seja por não terem condições de comprar ou por terem sido expulsos de suas terras, migraram para as cidades, tornando-se trabalhadores assalariados como forma de poder comprar o que antes conseguiam produzir no seu território de origem. Como o desenvolvimento da indústria se dá principalmente nos centros urbanos, inicia-se um processo de uma nova fase da acumulação de capital, para além da produção agrário-exportadora. Por isso, “na medida em que a indústria se desenvolve, ela aumenta por si mesma seu próprio mercado, bem como incorpora a este o consumo dos que vivem de salários e de mais-valia gerados pela própria indústria” (BAMBIRRA, 2019, p. 73).

Até os anos 1950 as economias dependentes conseguiram ter certa autonomia em relação aos países centrais, onde a burguesia pode, de certa forma, sustentar um projeto nacionalista e relativamente *autônomo*. Com a reorganização da divisão internacional do trabalho a partir de 1945, tendo a hegemonia norte-americana consolidada como liderança mundial, a dominação não se dava centralmente pela exportação de mercadorias-máquinas e de empréstimos, mas através da entrada de empresas multinacionais nas economias nacionais, exportando capital, ou seja, sua tecnologia e conhecimento científico. Essa nova atuação, controlou setores chaves das economias dependentes, aumentando a centralização de capital, devido a maior capacidade produtiva. Para as empresas nacionais restou integrar-se ou serem eliminadas por não conseguirem concorrer. Até o fim da segunda guerra mundial, se poderia dizer que o empresariado industrial se firma enquanto burguesia nacional, porém, na próxima etapa, com o fim do conflito bélico, inicia-se a integração monopólica mundial através das grandes empresas multinacionais, com a “desnacionalização da propriedade dos meios de produção, verifica-se a desnacionalização da própria burguesia” (BAMBIRRA, 2019, 98).

Somente com as crises econômicas em escala global geradas pela 1ª e 2ª Guerra mundial, que limitou a realização da produção agropecuária brasileira, que o eixo da acumulação do capital no Brasil desloca-se para o desenvolvimento urbano-industrial. Mas continuou reproduzindo a cisão em relação aos interesses das massas, onde concentrou-se na produção de bens que seriam consumidos pela esfera alta, ou seja, bens suntuários ou de luxo consumidos pelas maiores rendas. “Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador” (MARINI, 2011, p. 164).

Esse desenvolvimento urbano-industrial, e as classes que estavam associadas a mesmas, não rompeu com o latifúndio, dependia deste para sustentar esse processo. Oliveira (2013) aponta três aspectos que são centrais para compreendermos essa continuidade: 1) era necessário ter um excedente de mão de obra para potencializar a acumulação de capital a partir do eixo urbano-industrial, onde a concentração de terra e a consequente expulsão de trabalhadores/as do campo migrando para as cidades cumpriu importante função, que aliada “a legislação trabalhista que igualava reduzindo – antes que incrementando – o preço da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2013, p. 38); 2) intervenção do Estado na economia visando construir as condições para a acumulação capitalista, através de “fixação dos preços, distribuição de ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídios a outras atividades produtivas” (OLIVEIRA, 2013, p. 41); 3) a articulação com setor agrário-exportador

garantiu a “entrada de divisas destinadas ao suprimento das necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa e também pelo abastecimento do mercado interno de alimentos e de matérias-primas estratégicas, como o algodão (NAKATANI et al, 2012, p. 222). A entrada de bens primários, como de alimentos, no circuito urbano-industrial, manteve o custo com a força de trabalho em níveis baixos, através da maior exploração dos/as trabalhadores do campo, que devido à baixa composição do capital no setor agropecuário, teve na expansão horizontal do latifúndio, ou da subordinação de outras formas sociais, um dos principais mecanismos para que a acumulação de capital pudesse aumentar sua escala. Era necessário garantir, no setor agropecuário, a

[...] manutenção de baixíssimos padrões do custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, nível de vida da massa trabalhadora rural. Esta é a natureza da conciliação existente entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola: se é verdade que a criação do “novo mercado urbano-industrial” exigiu um tratamento discriminatório e até confiscatório sobre a agricultura, de outro lado é também verdade que isso foi compensado até certo ponto pelo fato que esse crescimento industrial permitiu às atividades agropecuárias manterem seu padrão “primitivo”, baseado numa alta taxa de exploração da força de trabalho (OLIVEIRA, 2013, 45-46).

Este fato é extremamente relevante, pois, nos fornece subsídios para entender a manutenção do monopólio da propriedade privada da terra, e como a industrialização, e das classes que a representavam, não podiam romper com os latifundiários. A transição da matriz agrária para a urbano-industrial forjou uma “hegemonia comprometida” (BAMBIRRA, 2019), onde a expansão industrial se deu dentro dos limites estabelecidos por esse acordo com as elites agrárias. A burguesia industrial latino-americana, e caribenha o que inclui a brasileira,

[...] apesar de rechaçar o modelo primário-exportador e de abrir fogo contra a velha classe dominante, relutava em apresentar a reforma agrária como premissa do modelo industrial, dado que, como a aliança social não passava pelo campesinato (com exceção unicamente do México), fazê-lo significaria agravar inutilmente o conflito interburguês (MARINI, 2010, p. 111).

O caráter da transição ao capitalismo dependente, e as correspondentes transformações no eixo da acumulação capitalista reforça a continuidade do latifúndio e da superexploração da força de trabalho. Que para além dos aspectos econômicos, ressoam na política e nas alianças construídas pelas frações das classes dominantes nacionais em aliança e/ou subordinada as economias centrais. Ou seja, a acumulação capitalista na economia dependente repõe continuamente a questão agrária nos termos abertos com a invasão colonial, é condição para atender aos interesses acima mencionados. O resultado deste processo é a radicalização da questão social, principalmente de suas expressões no destino da classe trabalhadora. Que como

escreve Souza (2020), tem nos ombros da população negra e indígena o fardo mais pesado das contradições da acumulação de riqueza e miséria. São determinações que estruturam as desigualdades e os conflitos sociais, reverberando dialeticamente de forma agudizada na questão agrária e na questão social.

Finalizando este item, se queremos construir uma outra sociedade é imprescindível atacarmos a lógica mercantil que capturou a questão agrária, caso contrário, as desigualdades sociais continuaram significando a concentração de poder econômico e político, o atraso continuará sendo uma força que nos distancia de superarmos esse passado, que insiste em permanecer. Mas como a contradição é inerente ao movimento da realidade, a resistência, mesmo sob os mais violentos mecanismos de repressão, corporificado nos/as camponeses/as, nos povos originários, nos povos negros, nos pobres, sem-terra, sem-emprego, continuam construindo outra sociedade, livre das amarras do colonialismo, do imperialismo, do capitalismo. Tal como sustenta importante intelectual caribenho:

El pueblo descubre, además, que el Estado anterior tiene sus bases en la sociedad civil oligárquica. La reforma agraria tiende a eliminar las bases sociales del Estado neocolonial. *La nueva estructura agraria tiende a ser la base social del nuevo Estado.* Es también la base de una democracia emergente. Sin reforma agraria no es concebible la transición a la democracia. La reforma agraria aumenta la participación del pueblo en las estructuras de la sociedad civil, del Estado y de la política. Reforma agraria y nacionalizaciones de la banca y el comercio exterior reformulan al Estado a partir de la reformulación de la sociedad civil nacional e internacional y de la eliminación de los propietarios privados que dominaban en la sociedad civil, y que eran parte del Estado neocolonial con sus guardias blancas y demás sistemas de represión económica, política e ideológica (CASANOVA, 1990, p. 22).

5 CONCLUSÕES

Porque foi que cegámos, não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão. Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegámos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem (SARAMAGO, 1995, p. 310)

A elaboração teórica do vivido não é um processo simples, não somente pelo rigor do estudo, mas também pela necessidade de estarmos atentos à todas as falsificações político-ideológicas produzidas pela ciência à serviço das classes dominantes. Essas muitas vezes nos impedem e nos cegam, pois, mesmo vendo a realidade, ela nos escapa em suas múltiplas determinações que produzem as desigualdades sociais que assolam a sociedade brasileira e latino-americana e caribenha. É um processo que nos impede de compreender que para além da história oficial contada pelas classes dominantes, existem muitas outras histórias que, aparentemente, sumiram do nosso radar de análise, mas que estão presentes há séculos, resistindo e defendendo outra sociabilidade que não mercantilize a vida, a terra e o trabalho.

Se o estudo da formação sócio-histórica brasileira, e latino-americana e caribenha, nos demonstra a brutalidade que foi a guerra colonial aberta pelos europeus, ela também revela que a escala da violência foi determinada pela escala da resistência. Se o capital brotou a partir do escravismo, foi devido a contínuos processos de violência, muito longe de ser pacífico. Inclusive, a acumulação capitalista continua a usar destes mesmos métodos para a sua expansão, onde podemos visualizar no cenário atual, a guerra aberta contra os povos indígenas e suas concepções em torno da terra e do trabalho, as balas perdidas que continuam encontrando os corpos negros, onde é nestes que recaem as piores faces das contradições do capitalismo dependente.

Retomaremos algumas reflexões construídas ao longo desta tese para que possamos responder ao problema de pesquisa que orientou este estudo.

Os termos impostos pela invasão colonial escravista em 1492 aos elementos terra e trabalho, impôs um sentido antagônico à concepção dos povos originários. Não houve diálogo, mas a imposição externa pela guerra. Os modos de produção originários, antes da invasão colonial, organizavam a sua vida material, cultural, espiritual e política no sentido de reproduzir os pressupostos das suas sociedades, que estavam alicerçados na indissociabilidade entre terra e trabalho na produção da sua existência. A terra passou a ser violentamente expropriada do seu sentido originário e subordinada à lógica mercantil, tornando-se meramente um recurso natural, onde a sua exploração na América Latina e no Caribe teve como objetivo a produção e a extração de riquezas aqui existentes, para que fossem enviadas à Europa. O trabalho da mesma

forma, onde os povos originários e os povos africanos, que sequestrados dos seus territórios, foram submetidos pela violência à escravidão e à servidão. Quanto maior era o avanço da lógica mercantil sobre a terra e o trabalho, na mesma proporção, maior era a desorganização e destruição dos sentidos originários. Se o ouro e a prata que fluíram para a Europa significaram riqueza e prosperidade para os europeus, no polo oposto, para a América Latina e o Caribe, significou, e ainda significa, a morte, escravidão, o genocídio, a negação da memória de suas formas históricas de viver. O colonialismo, não foi o diálogo entre sociedades antagônicas, mas a negação, a morte, a destruição do não-europeu.

Nestes termos, entendemos que as transições dos modos de produção originários aos modos de produção impostos pelo colonialismo tiveram como característica fundamental a violência, os conflitos, as guerras como motor para essas transformações, direcionadas, principalmente, contra negros e indígenas, e seus modos de viver e de se relacionar com a terra e os seus pares.

Foi um processo que brotou do externo e não de suas próprias contradições. O que se teve foi a imposição de uma concepção antagônica aos povos que aqui viviam ou que foram sequestrados do continente africano, e submetidos ao trabalho escravizado, com o intuito de organizar outros modos de produção que visassem produzir a riqueza sob a forma mercantil.

No Brasil especificamente, o escravismo colonial (GORENDER, 2010, MOURA, 1994) foi o modo de produção predominante que orientou esse processo de saqueio, de expropriação e de contínua violência. Clovis Moura (1994) sustenta que esse período foi dividido em duas fases, uma ascendente (1500 a 1850), que foi o escravismo pleno, e outra descendente (1850 a 1888), chamada de escravismo tardio. A decadência deste modo de produção se deu a partir da proibição do tráfico de escravos em 1850, impossibilitando a reprodução das relações sociais que o sustentavam. A modernidade europeia estrutura-se a partir dessa destruição, do encobrimento do outro, para que pudesse forjar a civilização *humana* e *europeia*, onde a história universal teria nela a plena realização.

Não foi somente o saqueio, a exploração, mas também um brutal processo de desumanização, de negação do outro não europeu, do seu apagamento físico, político e cultural (DUSSEL, 1994; BAÉZ, 2010, CÉSAIRE, 2020). Foi um processo que negou a cosmovisão originária, tratando-a como primitiva, por isso, as ações ideológicas de atacar as formas diversas de compreender o mundo. Primeiramente, pela evangelização e pela espada, mais tarde, através da produção de um suposto aparato científico e filosófico que visou naturalizar e justificar a violência colonial, como forma de converter o *particular modo europeu* como a expressão máxima da universalidade humana, sendo concebido como o caminho a ser seguido para o

desenvolvimento das demais nações. Desse processo se constrói uma hierarquia social baseada na raça e nos diferentes e desiguais níveis de desenvolvimento das estruturas socioeconômicas, que cumpriram importante papel na dominação entre centro e periferia, quando do pleno desenvolvimento do capitalismo (CUEVA, 1993; OSÓRIO, 2016; MARINI, 2011; TRASPADINI, 2016; SOUZA, 2020; MOURA, 1994; MOURA, 2021)

A partir das bases do colonialismo e dos modos de produção organizados a partir da invasão colonial, e que perduraram como dominantes até o fim do século XIX, constituíram-se as raízes sobre as quais brotaria o capitalismo dependente na América Latina e no Caribe, e particularmente no Brasil. Quanto mais o mercado mundial se expandia, e exigia um volume maior de bens primários, mais avançava o domínio mercantil sobre a terra, o que mais tarde, principalmente no século XVIII e XIX, transitou para a sua privatização. A terra tornou-se mercadoria mesmo antes da plena vigência do capitalismo dependente, haja vista que o seu acesso se daria somente pela compra, ampliando à exclusão da grande maioria da população ao seu acesso. No caso do Brasil, a Lei de Terras de 1850 foi a expressão jurídica do que ocorria desde a invasão colonial, mantendo o controle da terra em mãos estrangeiras e da oligarquia agrária. Com isso, o monopólio da propriedade privada e a racialização das relações sociais se tornaram uma das bases para a transição ao capitalismo dependente (SOUZA, 2020; MOURA, 1993).

A terra é transformada em propriedade privada antes da formação de um mercado de trabalho livre no contexto brasileiro. Com a abolição de 1888 acentua-se um processo que já ocorria antes deste marco, que é a marginalização dos ex-escravizados, a sua exclusão do centro da produção (MOURA, 2022). Ou seja, quando as relações sociais transitam para o trabalho livre, os ex-escravizados são excluídos do mercado de trabalho livre que se formava. Essa exclusão é resultado da política do Estado brasileiro para branquear a sociedade que se formava, onde o mercado de trabalho livre deveria ser preenchido, principalmente, por trabalhadores imigrantes europeus.

Ao mesmo tempo que esse processo negava o acesso a propriedade da terra, também restringia o alcance da cidadania burguesa e da possibilidade dos ex-escravizados e indígenas serem integrados a nova sociedade. Com isso, para conseguir os meios de subsistência necessários a reproduzir sua existência, tiveram que se submeter, para sua sobrevivência, aos trabalhos com as menores remunerações, desprotegidos de qualquer legislação social. O racismo, instituído desde o escravismo colonial, irá compor à superexploração da força de trabalho na transição ao capitalismo dependente (SOUZA, 2020). Antes mesmo da acumulação capitalista, na economia dependente brasileira, operar a partir do trabalho assalariado, já se

produzia mecanismos políticos e ideológicos que visaram criar uma população supérflua à valorização do capital.

A questão agrária, subordinada à lógica mercantil a partir da invasão colonial escravista, é mantida na transição ao capitalismo dependente. É a partir do monopólio e da propriedade privada da terra e a da superexploração da força de trabalho, na América Latina e no Caribe, que ocorre concretamente o processo da produção e reprodução do capital. Assim, as contradições da lei geral da acumulação capitalista produzem riqueza na mesma escala que produzem miséria, selando o destino da classe trabalhadora. Porém, devido as particularidades da formação sócio-histórica brasileira adicionam processos próprios que agudizam as contradições inerentes a esse processo.

Diante destes elementos, retomamos o problema de pesquisa que orientou este estudo, sendo: “*Quais os determinantes que constituem a gênese da relação entre questão agrária e questão social no capitalismo dependente brasileiro?*” E como resposta a essa problemática, construímos a seguinte tese:

A questão agrária ao mesmo tempo que forneceu os elementos objetivos e subjetivos para a acumulação de capital na economia dependente brasileira – o monopólio da propriedade privada sobre a terra e a superexploração da força de trabalho-, enquanto pressuposto para esse processo, foi sendo tensionada cada vez mais a ser reproduzida nestes termos, para a continuidade do processo de produção e reprodução capitalista. A questão social, enquanto inerente à acumulação capitalista, tem na questão agrária seu primeiro momento constitutivo. Só existe questão social porque o trabalho foi separado da terra, assumindo a forma do latifúndio, que em uma economia dependente irá cumprir um papel essencial na divisão internacional do trabalho como fornecedora dos bens primários que necessitam os países centrais. Negar esse pressuposto, é limitar a compreensão dos elementos constitutivos da acumulação capitalista e da questão social, e como se expressa na realidade brasileira.

Essa relação permite que possamos chegar as determinações que conformaram a acumulação capitalista no Brasil em particular, e na América Latina e Caribe de forma geral. A questão social tem seu ponto dinâmico e condicionante na exploração, logo, estamos falando da relação entre capital e trabalho e dos conflitos que são inerentes à acumulação capitalista. Assim, a gênese da luta de classes no território tem na disputa pelo sentido dado a terra e ao trabalho um dos seus pontos centrais. A questão agrária, enquanto categoria síntese destes múltiplos sentidos está em contante disputa e ao ser capturada pelo sentido mercantil irá repor

continuamente o divórcio entre terra e trabalho, processo que produz e reproduz a relação capital x trabalho.

Assim, a questão agrária é *pressuposto* e resultado da acumulação capitalista. Como pressuposto, no capitalismo dependente brasileiro, significa a reprodução do latifúndio e da destruição/subordinação de outros modos de produção que persistem no presente se contrapondo ao capital e a superexploração da força de trabalho.

É *resultado*, porque conforme a acumulação de capital amplia a sua escala, a questão agrária é reposta continuamente a partir da lógica capitalista. O aprofundamento desta relação entre questão agrária e acumulação capitalista na economia dependente brasileira, significa o aprofundamento das desigualdades sociais, da miséria, da fome, da destruição da natureza e dos povos, que reverberam na própria dinâmica da questão social, agudizando suas expressões sobre o destino da classe trabalhadora. É sobre a miséria de trabalhadores e trabalhadoras que as classes dominantes sustentam o seu poder, onde ter o monopólio da propriedade privada da terra torna-se um mecanismo central para impor formas agudas de exploração.

A partir desta base se produziu concepções político-ideológicas que buscaram justificar e manter a violência contra os/as trabalhadores/as, a partir da negação de direitos sociais, pagamentos de salários abaixo do mínimo para garantir a sua sobrevivência, imposição de relações de trabalho análoga à escravidão e a servidão. Reproduzir essas determinações internamente é condição para que a burguesia nacional possa capturar parte da riqueza produzida no território. Afinal, a tendência geral do capitalismo de reproduzir diferentes e desiguais ritmos de desenvolvimento, produz a estrutural transferência de valor das nações dependentes em direção as nações imperialistas. A burguesia nacional longe de romper com essa relação da dependência, mesmo que subordinada, torna-se aliada das nações imperialistas, e com isso, reproduzindo internamente estruturas que aprofundam as contradições da acumulação capitalista sobre o destino da classe trabalhadora.

Para concluir, que é sempre uma conclusão provisória, entendemos que para compreender as teias que constituem a formação socioeconômica brasileira na sua totalidade não é possível negligenciar a questão agrária. Não que seja a única chave explicativa de todos os fenômenos, mas tratá-la de forma secundária ou desarticulada do conjunto de mediações necessárias para compreender o real, pode resultar em limites na compreensão das múltiplas determinações que condicionam a formação sócio-histórica brasileira. Com isso, queremos fazer um chamado ao Serviço Social, e as/os intelectuais que produzem conhecimento na área, que busquem articular as suas pesquisas com o debate da questão agrária, afinal, como

defendemos ao longo destas páginas, ela nos fornece muitos elementos para compreendermos como o passado vive no presente, bloqueando as mudanças radicais na sociedade brasileira.

A elaboração desta tese, que longe de oferecer uma resposta fechada para os questionamentos levantados, abriu inúmeros outros, como por exemplo: *Como a relação entre a questão agrária e a questão social no capitalismo dependente brasileira condiciona o sentido de urbano e rural na nossa sociedade? Especificamente, como a questão agrária se manifesta nos territórios urbanos? Se temos um desenvolvimento desigual e combinado entre as nações formalmente independentes, como esse processo irradia internamente? Ou seja, como as desigualdades regionais se constituem internamente na formação brasileira?* São alguns questionamentos e/ou dúvidas que se tornaram caminhos para onde pretendemos desenvolver nossos estudos. Processo que não está desvinculado das disputas políticas, da luta de classes, dos conflitos entre os projetos de sociedade.

Por isso, a superação destas amarras não se dará nos marcos do capitalismo, mas a partir da supressão das relações sociais que o sustentam, tal como nos ensina Ruy Mauro Marini. É preciso liquidarmos com o passado que persiste no presente, que bloqueia as profundas transformações sociais que a sociedade brasileira necessita. É um passado que se veste de moderno, mas que não consegue se esconder. Não consegue porque, se esse passado persiste em tecer o presente, as forças populares também persistem em resistir ao seu avanço, ao mesmo tempo que tecem outro presente, que produzirá outro futuro. A chave, para superarmos a nossa cegueira, tem na elaboração teórica do concreto vivido uma importante aliada para romper a cortina de fumaça que a construção político-ideológica da ciência subordinada ao capital produz. Também está em aprendermos com esses sujeitos que constroem a séculos as histórias de resistência, que denunciam o latifúndio, o colonialismo, o imperialismo e a dependência, os níveis absurdos das desigualdades sociais que assolam o povo brasileiro e latino-americano e caribenho.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.
- ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
- BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 4. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2019.
- BAMBIRRA, Vania. **Teoría de la dependencia: una anticrítica**. México: Serie popular Era, 1978.
- BARTRA, Armando. El capital en su laberinto: de la renta de la tierra a la renta de la vida. México: UAM Xochimilco, 2006. BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BENOIT, A. Héctor R. **Sobre a crítica (dialética) de O capital**. Crítica Marxista, São Paulo, Brasiliense, v.1, n.3, 1996, p.14-44.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRUMER, Anita. Previdência Social Rural e Gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun 2002, p. 50-81.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **O trabalho na América Latina colonial**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CASANOVA, Pablo González. Introducción. In: CASANOVA, Pablo González (coord.) **El Estado en América Latina**. Teoría y práctica. México: Siglo XX editores y Universidad de las naciones unidas (Biblioteca América Latina: actualidad y perspectivas), 1990.
- CASTEL, Vanderléia de Lurdes Dal. **O silêncio dos silenciados: a desproteção social dos trabalhadores rurais**. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, para a obtenção do grau de Doutora em Serviço Social. Porto Alegre: 2007.

CASTELO, Rodrigo. **A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil**. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 94-109, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>. Acesso em 02 de julho de 2023.

CHÃ, Ana Manuela. Agronegócio e indústria cultural: estratégias das empresas para a construção da hegemonia. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

CHARQUEIRO, Leslie Tuane Penteado. **Serviço social campeando a inserção da população do campo na atenção básica em saúde nos pampas**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

CHIMINI, Letícia. **Produção e reprodução do capital nas economias dependentes e as implicações na questão agrária: o acirramento das desigualdades e os processos de resistência do campesinato brasileiro**. Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

CUEVA, Agustín. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global Editora, 1983.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DONGUI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Europa, modernidade e Eurocentrismo**. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FLORENCE, Cintia. **Sementes lançadas em terras distantes: o direito à assistência social para a população rural**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2018.

FURTADO, Celso. **El poder económico: Estados Unidos y América Latina**. Buenos Aires: Biblioteca Fundamental del hombre moderno, 1971.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALEANO, Eduardo. **Ser como ellos y otros artículos**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1992.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2020.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GÖRGEN, Sérgio Antônio. Os Novos Desafios da Agricultura Camponesa. 3. ed. [S.l.: s.n.].

GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos. **A crise do sistema colonial e o processo de independência**. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

GUNDER FRANK, André. El desarrollo del subdesarrollo. **Pensamiento Crítico**, Habana, n. 7, p. 159-172, ago. 1967. Disponível em: <https://biblio.imperialismoedependencia.org/wp-content/uploads/tainacan-items/574/7820/Andre-Gunder-Frank-El-desarrollo-del-subdesarrollo-Revista-Pensamiento-Critico.pdf> Acesso em: 18 de set. 2022.

HEGEL, G, W, F. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEMMING, John. Los indios del Brasil en 1500. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: América Latina Colonial: la América Precolombina y la conquista**. 1. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. 280 p. v. 1.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 35. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**: Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n.3, jan./jul.2001.

IANNI, Octavio. **Origens agrárias do estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JAMES, C.L.R. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos.** São Paulo: Boitempo, 2010.

JOHNSON, H.B. La colonización portuguesa del Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (ed.). **Historia de América Latina: 1. América Latina Colonial: la América Precolombina y la conquista.** 1. ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1990. 280 p. v. 1.

KAPLAN, Marcos T. **Formação do Estado Nacional na América Latina.** Rio de Janeiro: Livraria Eldorado, 1974.

KAPLAN, Marcos. **El Estado latinoamericano.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1996.

KAUSTSKY, Karl. A questão agrária. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1998.

KRAEMER, Luciane. **A assistência social e a população rural na região da produção do RS: a (in)visibilidade como condicionante da garantia de acesso.** Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

KRAEMER, Luciane. **Territorialidade e proteção social: um estudo acerca dos avanços e desafios na implantação do SUAS no meio rural.** Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora em Serviço Social ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

LARA, Ricardo; MARANHÃO, César. **Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço Social.** In: SOUZA, Edvânia A. de.; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e (orgs.). **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital.** São Paulo: Editora Cortez, 2019.

LENIN, V.I. **Imperialismo: estágio superior do capitalismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LENIN, V.I. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LEÓN-PORTILLA, Miguel. **A conquista da América latina vista pelos índios: relatos astecas, maias e incas.** Petrópolis: Editora Vozes, 1984.

LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2021.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MALERBA, Julianna. Conflitos no Campo Brasil 2022: aumento da concentração fundiária, do desmatamento e da violência no campo evidencia as conexões entre as questões agrária e ambiental. In: **Conflitos no campo Brasil 2022.** Goiânia: CPT Nacional, 2023.

MARINI, Ruy Mauro. A crise do desenvolvimentismo. In: CASTELO, Rodrigo (org.). **Encruzilhadas da América Latina no século XXI**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARIUTTI, Eduardo Barros. **Balço do debate**: a transição do feudalismo ao capitalismo. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso. Ensaio de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, Paulo R. **A dinâmica sócio-histórica brasileira sob o galope contido da política de assistência social no meio rural**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

MARX, Karl. **El capital**. Libro I. Capítulo VI (Inédito). 3. ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1974.

MARX, Karl. **Contribuição crítica a economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEILLASSOUX, Claude. **Mujeres, graneros y capitales**. 9. ed. México: Siglo Veintiuno Editores, 1989.

MELLA, Julio. O proletariado e a libertação nacional. In: LOWY, Michel. **O marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 3. ed. amp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MOREIA, Renata Couto; MENDONÇA, Luiz Jorge. Dependência, questão agrária e mudanças sociais na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

MOURA, Clovis. **A dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clovis. **O negro**: de bom escravo a mau cidadão. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

MTE resgatou 1.443 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023. **Ministério do Trabalho e Emprego (TEM)**. Disponível em: <<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt>>

br/noticias-e-conteudo/2023/junho/mte-resgatou-1-443-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>. Acesso em: 26 jul. 2023.

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César Vargas. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. **Revista Serv. Soc.**, São Paulo, n.110, p. 213-240, abr/jun.2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011b.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OSORIO, Helen. **Estruturas socioeconômicas coloniais**. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). História da América Latina: cinco séculos. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

OSORIO, Jaime. Sistema mundial e formas de capitalismo. A teoria marxista da dependência revisitada. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, Vol. 07, n.13, p. 494-539, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21820/15908> Acesso em: 30, março de 2022.

PASINATO, Luis Antônio. **CRAS rural: lugar de efetivação da política de assistência social: estudo sobre o acesso à política de assistência social por famílias assentadas**. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

PRATES, Jane Cruz. **A produção de uma nova cultura a partir da pesquisa e da arte: contribuições do referencial marxiano**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 2, p. 214 - 220, jul./dez. 2014.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROCHA, Gabriel dos Santos. **Prefácio**. In: MOURA, Clovis. O negro: de bom escravo a mau cidadão. 2. ed. São Paulo: Editora Dandara, 2021.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 2001.

ROSTWOROWISKI, Maria. **Historia del Tahuantinsuyu**. 2. ed. Lima: IEP/Promperú, 1999.

SANTOS, Theotonio dos. Subdesenvolvimento e dependência. In: LOWY, Michel. **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. 3. ed. amp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012a.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para o seu debate na “era” Lula da Silva**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/jfqY4MqJPmNRqRRyFtTbZTJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 28 de julho de 2022b.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012c.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Paz e Terra, 2016.

SCHMIDT, Benito Bisso. **A Espanha e a América no final do século XV: o descobrimento e a conquista**. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. 2. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2020.

SEMO, Enrique. **Historia del capitalismo en México: Los orígenes. 1521/1763**. 9. ed. México: Ediciones Era, 1973.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SEVERO, Valdete Souto. **A perda do emprego no Brasil: notas para uma teoria crítica e para uma prática transformadora**. Porto Alegre: Sulina, 2021.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de; TELES, Heloísa. **Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da questão social no Brasil**. Temporalis, Brasília, DF, ano 21, n.42, p.

44-61, jul./dez/2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36842>. Acesso em agosto de 2022.

STEDILE, João Pedro. Conceitos e tipos de reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (org.). **Experiências históricas de reforma agrária no mundo**. São Paulo: Expressão Popular, 2020. v.1.

TELES, Heloisa; CORRÊA, Laís Duarte; MARCELINO, Eduarda Salla. **Quarto de despejo: a marginalização da população negra no mercado de trabalho brasileiro. VIII Seminário de Políticas Sociais no Mercosul (SEPOME)**. Pelotas: UCPEL, 2021. Disponível em: <https://pos.ucpel.edu.br/ppgps/sepome/> Acesso em agosto de 2023.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação: Conhecimento e Inclusão Social em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção de título de doutorado em Educação. Belo Horizonte: 2016.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente**. Dossiê • Rev. Direito e Práxis. 9 (3) • Set 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/VM7MtNgmSCq8tMK8zWVyW4j/?lang=pt&format=pdf> Acesso: 18/10/2021.

TRASPADINI, Roberta. **Apresentação**. In: SOUZA, Cristiane Luíza Sabino de. **Racismo e luta de classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente**. São Paulo: Hucitec Editora, 2020.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro. Introdução. In: TRASPADINI, Roberta Sperandio; STEDILE, João Pedro (orgs.). **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TRASPADINI, Roberta. **América Latina entre transições: das histórias originárias à história da superexploração enraizada no violento passado colonial**. In: MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio et al (org.). **A geografia que fala do Brasil: XIV Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia**. Marília: Lutas Anticapital, 2022.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. In: WASSERMAN, Claudia (coord.). **História da América Latina: cinco séculos**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WOLFE, Marshall. **La evolución social de America Latina**. Santiago de Chile: OIT/ILPES, 1968.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br